

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

Fronteira do Jaguarão:

unidades produtivas e trabalho escravo
na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835.

Gustavo da Silva Gularte

Porto Alegre

2015

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

GUSTAVO DA SILVA GULARTE

Fronteira do Jaguarão:

unidades produtivas e trabalho escravo
na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
História da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em História

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Helen Osório

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Gularte, Gustavo da Silva
Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e
trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço,
1801-1835. / Gustavo da Silva Gularte. -- 2015.
132 f.

Orientadora: Helen Osório.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2015.

1. História Agrária. 2. Fronteira. 3. Escravidão.
4. Rio Grande do Sul. 5. Jaguarão. I. Osório, Helen,
orient. II. Título.

GUSTAVO DA SILVA GULARTE

Fronteira do Jaguarão:

unidades produtivas e trabalho escravo
na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
História da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em História

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Helen Osório

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. César Augusto Barcellos Guazzelli
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, setembro de 2015.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

APERS – Arquivo Público do Rio Grande do Sul

AN – Arquivo Nacional

FAM – Fundo Autoridades Militares

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender a formação da fronteira meridional da América Portuguesa, mais especificamente a área entre os rios Piratini e Jaguarão, através dos processos de expansão agrária e exploração do trabalho escravo, ao longo das três primeiras décadas do século XIX. Por se tratar de uma área de fronteira, foi possível observar em que medida essa condição fronteiriça afetou a estruturação produtiva local, principalmente nas conjunturas de guerras que atingiram a região. Desse modo, a primeira parte desta dissertação observa o início da ocupação daqueles campos e a mediação da distribuição de terras por parte das autoridades militares locais. A segunda parte desta investigação visa traçar o perfil produtivo que foi se estabelecendo, em meio a inúmeros conflitos bélicos, naqueles campos que se estendiam até às margens do rio Jaguarão. Identificamos que o predomínio da criação de gado vacum foi uma realidade posterior ao período analisado; entretanto, a gradativa especialização produtiva de Jaguarão já estava em curso, em virtude da crescente demanda das charqueadas. Por fim, a pesquisa mostra a importância do trabalho escravo naqueles campos, o qual possibilitou a exploração econômica de uma fronteira de ocupação recente. As unidades produtivas locais foram largamente abastecidas pelo tráfico atlântico de escravos, sendo que a maior parcela da escravaria foi empregada nas estâncias, dedicando-se principalmente às atividades pastoris.

Abstract

This research aims to understand the formation of the southern border of Portuguese America, specifically the area between the Piratini and Jaguarão rivers, through the processes of agrarian expansion and exploitation of slave labor, over the first three decades of the nineteenth century. Since it is a border area, we were able to observe to what extent this frontier condition affected the local productive structure, especially in the conjuncture of wars that affected the region. Thus, the first part of this paper looks at the beginning of the occupation of those fields and the mediation of the distribution of land by local military authorities. The second part of this research aims to outline the production profile that was establishing itself in the midst of numerous armed conflicts in those fields stretching to the banks of the Jaguarão River. We have found that the prevalence of cattle breeding was a subsequent reality to the analyzed period; however, the gradual productive specialization of Jaguarão was already an undergoing process, due to the increasing demand of the *charqueadas*. Finally, the research shows the importance of slave labor in those fields, which enabled the economic exploitation of a recently occupied border. Local production units were largely supplied by the Atlantic slave trade, and most of the slaves were employed in the ranches, working mainly in pastoral activities.

Quem concedeu sabedoria aos corações e razão à mente?

Jó 38:36 (KJA)

*Dedico este trabalho inteiramente
àquele que me capacitou para executá-lo:
ao meu Deus e Pai eterno seja a glória!*

Agradecimentos

Embora o trabalho do pesquisador seja, na maior parte do tempo, solitário – analisando a bibliografia, transcrevendo a documentação, levantando hipóteses e redigindo este que é o produto final do esforço de muitos meses de investigação, o término do mestrado seria praticamente impossível sem o precioso auxílio daqueles que nos cercam cotidianamente. Muito antes de iniciar essa jornada, sempre contei com o apoio de duas pessoas muito valentes e admiráveis: Adair B. Gularte e Maria Aparecida da S. Gularte! A conclusão desse mestrado é mérito de vocês dois também!

Sou grato pelo incentivo constante dado por meus irmãos – Rita e Christian. Considero-me privilegiado pelo convívio com vocês dois, pessoas brilhantes e sempre dispostas a ensinar algo ao irmão caçula!

Mas ao lado de um homem bem sucedido em seus propósitos, só pode estar uma companheira de grandes virtudes! E ninguém me apoiou e acompanhou tanto quanto a minha amada esposa, Karina! Ela não demonstrou em nenhum momento qualquer “ciúme” dos livros e documentos manuscritos que ocuparam parte do meu tempo, mas, pelo contrário, sempre esteve disposta a ouvir as pequenas “descobertas” feitas nesta pesquisa...

Registro aqui um agradecimento especial à professora Helen Osório, que, não somente aceitou assinar a orientação deste trabalho, mas também contribuiu imensamente para a sua realização. Agradeço pelas suas muitas sugestões, pelos empréstimos de livros, pelas fontes concedidas... Enfim, uma parcela significativa desta dissertação deve-se ao trabalho criterioso dela.

Alguns colegas de ofício também contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação. Neste momento, lembro-me das preciosas considerações e dicas da Edsiana de Belgrado Aita a respeito do meu texto de qualificação; também não posso deixar de lembrar as sugestões e os incentivos dados pelo Jônatas Marques Caratti desde a elaboração do projeto desta pesquisa.

Agradeço aos historiadores Paulo Moreira e Marcelo Matheus pela disposição em conceder fontes preciosas sobre a população daquela fronteira.

Expresso minha gratidão ao Prof. Fábio Kuhn pelas contribuições dadas na banca de qualificação deste trabalho. Da mesma forma, agradeço ao Prof. Luís Augusto Farinatti por ter se disposto a discutir inúmeras ideias tratadas nesta pesquisa, tanto na qualificação quanto na banca final. Também registro o meu agradecimento ao Prof. Jonas Vargas pelas dicas dadas ao longo da pesquisa nos arquivos e pelos seus apontamentos feitos na banca. Agradeço ao Prof. César Augusto Guazzelli pelas conversas sobre fronteira e por ter aceitado avaliar este trabalho.

Por fim, esse trabalho não seria possível sem o suporte dado pela Capes e pelo PPGH da UFRGS.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – A CONQUISTA DOS CAMPOS “AVANÇADOS AOS ESPANHÓIS” (1801-1820)	23
1.1 Algumas considerações sobre Fronteira.....	24
1.2 A ocupação primitiva dos campos fronteiriços.....	31
1.3 A Campanha de 1801 e a ocupação informal das terras fronteiriças.....	35
1.4 A Atuação do comandante da Fronteira de Rio Grande.....	41
1.5 A relação entre “vizinhos” e a política de restituição de cativos.....	46
1.6 Uma década de Guerras (1811-1820).....	50
CAPÍTULO 2 - ESTRUTURA AGRÁRIA DA FRONTEIRA DO JAGUARÃO (1802- 1834)	62
2.1 Análise do patrimônio produtivo por subperíodos.....	66
2.2 Produção pecuária.....	72
2.3 Agricultura.....	81
2.4 As unidades produtivas.....	84
CAPÍTULO 3 – TRABALHO ESCRAVO NOS CAMPOS DA FRONTEIRA MERIDIONAL	92
3.1 Trabalho escravo para além das charqueadas.....	93
3.2 Estrutura de posse de escravos na área rural.....	95
3.3 Algumas características da população cativa.....	102
3.4 Ocupações dos escravos nas unidades produtivas.....	110
3.5 Senhores e cativos.....	114
Anexo 1. Fragmento do Mapa encomendado pelo Visconde de São Leopoldo e executado por Th. Duvotenay (1810).....	124
Anexo 2. Fragmento de mapa mostrando as áreas onde se localizavam a maior parte das unidades produtivas inventariadas entre 1802 e 1834.....	125
Fontes.....	126
Referências Bibliográficas.....	128

Lista de quadros e tabela

Quadro 1. Perfil das unidades produtivas, Fronteira do Jaguarão.....	86
Quadro 2. Mão de obra escrava nas unidades produtivas, Fronteira do Jaguarão.....	89
Quadro 3 – Estrutura de posse de escravos na área rural, Fronteira do Jaguarão, 1802 – 1834.....	96
Quadro 4 – Estrutura de posse de escravos e dimensão do rebanho vacum.....	98
Quadro 5 - Estrutura de posse de escravos na área rural, Fronteira do Jaguarão, por intervalos.....	101
Quadro 6 – Variação do valor médio de um escravo.....	101
Quadro 7 – Distribuição (%) da população escrava por sexo e origem, 1802 –1834...	103
Quadro 8 – Escravos campeiros – Origem, Fronteira do Jaguarão, 1802 – 1834.....	112
Quadro 9 – Escravos campeiros e roceiros em estâncias da Fronteira do Jaguarão.....	113
Tabela 1. Distribuição do rebanho vacum, por unidade produtiva, 1802-1834.....	85

Lista de gráficos

Gráfico 1. Doações de sesmarias na Fronteira do Jaguarão, 1790-1819.....	34
Gráfico 2. Participação dos bens de produção (%) no patrimônio produtivo total, por subperíodos.....	67
Gráfico 3. Composição do rebanho total (%), por subperíodos.....	73
Gráfico 4. Quantidade média de equinos, ovinos e muares, por subperíodos.....	73
Gráfico 5. Rebanho Vacum médio, por subperíodos.....	75
Gráfico 6. Composição (%) do rebanho vacum, 1802-1834.....	79
Gráfico 7. Composição (%) do rebanho vacum, por subperíodos.....	80
Gráfico 8 - Frequência (%) de meios de produção agrícolas nos inventários, 1802 - 1834.....	83
Gráfico 9 – Participação de crioulos e africanos no total de escravos, por intervalos..	105
Gráfico 10 – Perfil etário dos escravos africanos e crioulos, 1802 – 1834.....	106
Gráfico 11 – Perfil etário dos escravos no censo de 1833.....	108
Gráfico 12 – Escravos com ocupações declaradas.....	111

Lista de Figuras

Figura 1. Mapa da divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro na década de 1850.....	17
Figura 2. Fragmento do “Mappa Corografico da Capitania de São Pedro”, elaborado pelo Ten. Cel. Engenheiro e demarcador José de Saldanha (1801).....	26

Introdução

Diversas circunstâncias e interesses pessoais nos fazem chegar a um determinado tema de pesquisa em história. No caso desta investigação, o interesse em compreender a formação social da fronteira entre Brasil e Uruguai foi o motivo original para o início dessa empreitada. A partir do momento em que passei a ter contato com a historiografia e com a documentação referente à capitania do Rio Grande de São Pedro na primeira década do século XIX, comecei a perceber o processo de expansão agrária que se acentuava naquele momento em duas frentes: na região situada a oeste da Vila de Rio Pardo, sobre as terras do vasto território missioneiro, e no extremo sul da Vila de Rio Grande, sobre as terras dos terrenos “neutros” situados entre os rios Piratini e Jaguarão. Há um conhecimento razoável sobre o processo de incorporação das Missões aos domínios portugueses, certamente em virtude do considerável acréscimo territorial, demográfico e econômico que tal incorporação acarretou para a capitania¹. No entanto, sabe-se muito pouco sobre a outra frente de expansão, o que me permitiu identificar a necessidade de um estudo sobre esse espaço fronteiriço específico. Inicialmente, é importante esclarecer que esta não é uma investigação sobre a formação do município de Jaguarão, mas sobre a formação socioeconômica da região de fronteira do (rio) Jaguarão, que atualmente corresponde aproximadamente à área de quatro municípios: além de Jaguarão, também Arroio Grande, Herval e Pedro Osório (Figura 1).

Desde o início desta pesquisa ficou bem evidente a relevância das atividades produtivas rurais naquela área, uma vez que a grande maioria dos bens inventariados nas três primeiras décadas do século XIX era proveniente do meio rural. A formação do núcleo urbano da futura Vila de Jaguarão ainda era muito incipiente no período abordado neste trabalho, como bem mostrou Sérgio da Costa Franco em seu trabalho pioneiro sobre as origens daquela cidade².

¹ Alguns trabalhos que abordam o processo de incorporação das Missões: CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1979, p. 213-222; PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954; GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história da UFF, Niterói, 2007, p. 181-197.

² FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão: 1790-1833*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, 2007, 120 p. (1ª edição de 1980).

Figura 1 – Mapa da divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro na década de 1850.



Fonte: Adaptado de Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação cidadã do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/upload/MUNI18503.pdf> (acesso em 17/04/2014).

Por esse motivo, o objetivo primordial desta investigação é a compreensão de uma sociedade agrária, que, ao mesmo tempo, moldou e foi moldada pela fronteira. Desse modo, deparei-me com um primeiro problema: como compreender uma sociedade predominantemente rural sem ter nenhum conhecimento da sua estrutura agrária? Por essa razão, este trabalho é uma primeira aproximação do entendimento daquela sociedade, estando centrado na análise da estrutura agrária que se constituiu naquele espaço fronteiriço, no alvorecer do século XIX. De acordo com Ciro F. Cardoso um estudo de estrutura agrária visa: “... estabelecer os sistemas de propriedade e apropriação, classificar as unidades de exploração agrícola segundo o seu tamanho e outros critérios, estudar as relações de produção entre proprietários e trabalhadores

diretos...³”. Como bem observou o autor, esse tipo de estudo engloba a análise do perfil produtivo agrário, bem como a análise da propriedade dos meios de produção, das relações de produção e, por fim, das hierarquias sociais constituídas no meio rural. Ao se abordar uma “estrutura”, deve-se sempre ter cuidado para não considerá-la de uma forma determinista, ou seja, como algo que determina de modo absoluto a atuação dos indivíduos e grupos sociais, mas, neste trabalho, buscarei estar atento aos homens e mulheres que foram agentes da estruturação produtiva daquela fronteira. Para essa análise estrutural me valerei principalmente do método serial de análise da documentação disponível, mais especificamente dos inventários *post mortem*. Acredito ser plenamente possível utilizar um método quantitativo sem desconsiderar os aspectos qualitativos do objeto de análise, pois, sempre que possível, estarei destacando aspectos qualitativos encontrados no material empírico.

Recorrendo aos estudos recentes da história agrária platina, pude perceber a complexidade dessa ampla região, que foi tantas vezes apresentada de forma simplista como sendo um espaço de predomínio das grandes propriedades dedicadas à criação de gado vacum. Para Jorge Gelman o que ocorreu foi uma confusão entre o resultado e o processo, ou seja, sustentou-se a ideia de que essa região encaminhava-se para o predomínio do latifúndio pecuário desde os tempos coloniais⁴. As considerações de Juan Carlos Garavaglia em relação à prática da agricultura em boa parte das estâncias da campanha de Buenos Aires, à diversidade dos rebanhos que eram criados e à presença expressiva de pequenos e médios produtores trouxeram uma nova compreensão acerca da paisagem agrária platina⁵. Seguindo essa mesma perspectiva, Helen Osório observou para a capitania do Rio Grande de São Pedro características semelhantes às encontradas por Garavaglia, ou seja, a presença de unidades produtivas de portes variados, além da combinação entre pecuária e agricultura naqueles campos⁶. Mesmo na região de maior produção pecuária do Rio Grande de São de Pedro no século XIX – Alegrete, Luís Farinatti indicou a diversidade dos rebanhos criados bem como a prática da agricultura

³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, Escravidão e capitalismo*. Ed. Vozes, 1979, p. 36.

⁴ GELMAN, Jorge. *Campesinos e estancieros*. Una región Del Rio de La Plata a fines de La época colonial. Buenos Aires: Editorial los libros del Riel, 1998, p. 14.

⁵ GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Las “Estancias” en la campaña de Buenos Aires*. Los medios de producción (1750-1815). In: FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Rio de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993, pp. 130-136, 153 e 163.

⁶ OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

naquele espaço⁷. A partir desses trabalhos, e também de outros que serão citados ao longo do texto, pude perceber a necessidade de observar se a região fronteira do Jaguarão possuía uma estrutura agrária diversificada, mantendo um olhar atento para os indícios de produção agrícola e para a diversidade na criação de animais, além de observar a presença dos pequenos e médios produtores. Também identifiquei a necessidade de verificar em que nível as relações de produção escravistas se desenvolveram naquele espaço, atentando para a maior ou menor relevância do trabalho escravo naquelas unidades produtivas.

Assim, pude delimitar o objeto desta pesquisa: a formação de uma “nova” fronteira, sendo que o principal elemento escolhido para o entendimento desse processo foi a estruturação produtiva daquele espaço, ao longo das primeiras décadas do século XIX. Investi em uma análise em escala reduzida dos fatores locais que permitiram a formação daquela fronteira, não dando tanto destaque aos tratados diplomáticos, os quais não puderam resolver os problemas de limites entre a América espanhola e a América portuguesa. Ao centrar o foco de análise sobre uma área circunscrita, percebi, não somente a importância das guerras para o acréscimo de rebanhos e terras aos domínios portugueses, mas também o quanto aquele território fronteiro foi moldado pelo processo de expansão agrária, envolvendo a fixação de unidades produtivas e a exploração do trabalho escravo.

Inicialmente, na primeira parte deste trabalho, abordo o contexto de formação daquela região, destacando o movimento de migração para aquelas terras no alvorecer do século XIX, bem como o conflito pela posse daqueles campos e a atuação dos militares naquela fronteira mediando a distribuição de terras. A documentação principal dessa parte do trabalho é a correspondência das autoridades militares, notavelmente as cartas do Marechal Marques de Souza no intervalo entre 1801 e 1820. Na segunda parte do trabalho, além da análise da estrutura agrária, busco analisar o papel do trabalho escravo naqueles campos, investigando principalmente como estava distribuída a posse de cativos naquela área, quais eram as principais ocupações dos escravos e quais eram as características da população cativa naquela fronteira. Nessa segunda parte da dissertação, utilizo principalmente os inventários *post mortem* daquela região.

⁷ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPG em História Social, UFRJ, 2007. Tese de doutorado.

Quanto à escolha do marco temporal deste trabalho, ela tem ligação com dois eventos bélicos importantes: primeiramente a Campanha de 1801, a partir da qual intensificou-se a ocupação das terras que se estendem até o rio Jaguarão por parte dos luso-brasileiros, o que, por sua vez, permitiu a consolidação da posse desse espaço para o império português. No ano seguinte, em 1802, foi estabelecida a Guarda do Serrito, nas margens do Rio Jaguarão, onde se desenvolveu o núcleo urbano da cidade que veio a receber o mesmo nome do rio. Portanto, não é por acaso que, a partir desse momento, é possível ser encontrada uma quantidade regular de documentos específicos sobre essa região, dentre os quais estão os inventários *post mortem*. No entanto, essa regularidade na documentação é interrompida com a eclosão da Guerra dos Farrapos em 1835, motivo de termos escolhido esse momento como marco final desta investigação.

Como já foi mencionado, minha atenção principal está centrada na situação fronteiriça daquele espaço, algo que também foi devidamente considerado por Osório em sua análise da estrutura agrária da Capitania no período colonial tardio:

“... procuramos investigar concretamente como a situação de fronteira política entre os dois impérios coloniais e seu momento de acirramento, a guerra, plasam-se, de que forma e em que medida, na estrutura agrária. (...) Nas formas da produção pecuária, na ocupação de terras e no próprio valor dos distintos bens de produção, em diferentes conjunturas, encontramos reflexos do fato bélico⁸”.

A autora observou o impacto que era causado pela situação fronteiriça, especialmente o efeito gerado pelos conflitos bélicos travados na fronteira, sobre o patrimônio produtivo de toda a capitania. Algumas localidades, por certo, eram mais afetadas do que outras pelas diferentes conjunturas de guerra e paz que atingiam aquele espaço. Assim, escolhi analisar uma região extrema da capitania – a Fronteira do Jaguarão, onde essas distintas conjunturas repercutiram de forma mais intensa, como veremos ao longo desta investigação. Portanto, a questão sobre **como a situação de fronteira afetou a formação da estrutura agrária da fronteira do Jaguarão, bem como a expansão agrária moldou aquela fronteira**, tornou-se a principal questão que guiou esta pesquisa.

O entendimento sobre o que era a fronteira no período colonial é de suma importância para este trabalho. Como será tratado ao longo da dissertação, a fronteira

⁸ OSÓRIO, Op. Cit., p. 40.

estava longe de ser uma linha divisória, mas podia ser caracterizada como um amplo espaço permeável, sobre o qual avançava as frentes de colonização de Portugal e Espanha. Nas últimas décadas do século XVIII, a área que aqui denominamos como “Fronteira do Jaguarão” correspondia a um extenso território situado entre os rios Piratini e Jaguarão, o qual fazia parte do “espaço neutro” previsto pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), onde não deveriam ser edificadas povoações e nem construídas guardas, determinação que acabou sendo completamente desconsiderada. Imperava, desse modo, a indefinição geográfica quantos aos limites daquele espaço. Após o êxito das tropas luso-brasileiras na Campanha de 1801, embora subsistissem inúmeras dúvidas em relação àquela área, passou a vigorar a concepção de que a fronteira se estendia por todo o território guarnecido pela presença militar. Nesse contexto, o rio Jaguarão tornou-se um ponto estratégico para a defesa das terras que já vinham sendo apropriadas pelos súditos de Portugal na América meridional.

Assim, à medida que foi consolidando-se o domínio luso-brasileiro sobre aquelas novas terras, é possível observar que o rio Jaguarão tornou-se nitidamente uma divisa daquele espaço fronteiriço, a ponto de as autoridades militares locais passarem a se referir à “Fronteira do Jaguarão”. O processo de formação dessa área fronteiriça ocorreu num curto espaço de tempo: se no ano de 1786 um demarcador espanhol reclamava a respeito de algumas estâncias portuguesas nas imediações do Rio Piratini, na segunda década do século XIX já havia inúmeros estabelecimentos produtivos ao longo da margem norte do Jaguarão. Além disso, no início de 1812 foi criada a Freguesia de Jaguarão, denotando o aumento populacional daquela região. Em 1833, a despeito de todas as perdas materiais e humanas com os vários conflitos bélicos que atingiram aquela fronteira, a recém-criada Vila de Jaguarão já contava com uma população de 5457 pessoas⁹. Desse modo, aquela jovem sociedade encontrava-se plenamente consolidada ao final do período abordado neste trabalho.

Como foi comentado acima, a dissertação foi dividida em duas partes. A primeira parte é formada pelo capítulo 1 – *A conquista dos campos “avançados aos espanhóis”*, o qual aborda algumas das concepções mais recentes sobre o conceito de *Fronteira*. O capítulo também trata do contexto de formação da região fronteiriça do Jaguarão, buscando identificar o início da ocupação das terras, bem como o avanço do processo de expansão agrária sobre aquele território. Nesse processo, teve grande

⁹ FRANCO. Op. Cit., p. 115.

relevância a Campanha de 1801, pois serviu para afastar a presença espanhola daquelas terras e para concretizar as pretensões de inúmeros luso-brasileiros que cobiçavam aqueles campos “avançados aos espanhóis”. Outra questão abordada no capítulo é a política de restituição de escravos fugitivos, a qual tinha vigência nos períodos de paz, mas, como veremos, era abandonada nas conjunturas de guerra. Por fim, o capítulo traz uma análise qualitativa dos efeitos das guerras sobre a estrutura produtiva da região, principalmente o impacto das intervenções na Banda Oriental. A fonte principal desse capítulo é a correspondência do comandante da Fronteira de Rio Grande expedida entre 1801 e 1820.

A segunda parte, centrada na estruturação produtiva e na relevância da mão de obra escrava, engloba os dois últimos capítulos desta dissertação. No segundo capítulo – *Estrutura agrária da Fronteira do Jaguarão*, observo como se desenvolveram as atividades agropecuárias naquela área ao longo das primeiras décadas do século XIX, verificando constantemente os efeitos da situação fronteiriça sobre a estrutura agrária da região. Nesse capítulo também é analisado como estava distribuído o patrimônio produtivo, destacando os principais fatores de produção. Por fim, o capítulo aborda o perfil da pecuária que era praticada naqueles campos, apontando o nível de diversidade da criação de animais e o desenvolvimento da produção de gado vacum, além de tratar das práticas agrícolas. A documentação principal do segundo capítulo são os inventários *post mortem* que foram abertos nos anos pares entre 1802 e 1834, sendo que as considerações sobre a amostra utilizada e sobre a metodologia de análise da fonte foram feitas no texto desse capítulo.

O terceiro capítulo – *Trabalho escravo nos campos da fronteira meridional* – analisa o trabalho de cativos nas unidades produtivas daquela fronteira. Inicialmente o capítulo investiga como estava distribuída a posse de escravos e, na sequência, busca mostrar em quais atividades estava empregada a maior parte da mão de obra cativa, refutando a perspectiva clássica que negava a presença significativa de trabalhadores escravizados em áreas fronteiriças. Vemos, nesse capítulo, algumas das características da população cativa da região, tendo destaque a participação do contingente de origem africana no total de escravos. Finalmente, o capítulo busca compreender algumas das estratégias de dominação senhorial no caso específico de uma região fronteiriça.

Capítulo 1

A conquista dos campos “avançados aos espanhóis” (1801-1820)

O período abordado neste capítulo foi crucial para a formação e consolidação da fronteira meridional dos domínios portugueses, como veremos mais adiante. O processo de expansão agrária em direção aos campos fronteiriços acentuou-se ainda mais nas duas primeiras décadas do século XIX, sendo impulsionado pelo êxito das tropas luso-brasileiras nas guerras que sacudiram a região platina nessa época. Primeiramente, a Guerra de 1801 serviu como oportunidade ímpar para as pretensões expansionistas da metrópole lusitana e de seus súditos em terras americanas. Todavia, antes desse conflito bélico, já estava em curso o processo de apropriação das terras do espaço “neutro” previsto no Tratado de 1777, as quais se estendiam do rio Piratini ao rio Jaguarão. Desse modo, identificamos doações de sesmarias naqueles terrenos desde a última década do século XVIII, sendo que após 1801 houve uma proliferação de “intrusos” naqueles campos, ou seja, indivíduos que passaram a ocupar aquelas terras sem possuírem título legítimo.

Por ser uma região de fronteira sem limites físicos devidamente estabelecidos, protegida por guardas militares posicionadas nas margens de rios e arroios, a atuação dos comandantes militares teve grande influência na formação socioeconômica daquele espaço. Merece destaque a figura do comandante da Fronteira de Rio Grande, Manuel Marques de Souza, o qual comandou as tropas luso-brasileiras nos principais combates travados naquela fronteira, além de intervir em diversas questões daquela sociedade, como a questão da distribuição das “novas” terras tomadas ao inimigo. A correspondência expedida por Marques de Souza nas duas primeiras décadas do Oitocentos foi a principal fonte documental utilizada neste capítulo. O comandante tinha a obrigação de enviar frequentemente notícias para o governador da capitania a respeito da vila de Rio Grande e sobre as terras mais meridionais dessa vila, ou seja, a Fronteira de Rio Grande. Por causa dessa grande frequência com que o comandante se correspondia com a sede do governo, é possível dispor de uma documentação volumosa e rica em detalhes, não somente para a história militar, mas também para a história social. No entanto, em épocas de guerra havia uma redução significativa na quantidade

de cartas emitidas pelo comandante da fronteira, em virtude do seu deslocamento para o campo de batalha. Não era incomum Marques de Souza comandar suas tropas diretamente do Serrito ou do Chuy, duas áreas extremas da fronteira, de onde mandava notícias para a capital do Rio Grande de São Pedro.

Além das cartas de Marques de Souza, também foi consultada a correspondência de alguns dos seus oficiais subordinados, principalmente dos comandantes da Guarda do Serrito. Toda essa fonte documental gerada pelas autoridades militares não era, evidentemente, imparcial ou isenta de um posicionamento social. Tal como outros grupos sociais que usufruíam determinados privilégios naquela sociedade, esses oficiais militares souberam se valer da sua posição e do acesso ao governador para defenderem seus interesses. Contudo, feita essa ressalva, é possível utilizar essa fonte para tratar de diversas temáticas relacionadas à fronteira, como ficará evidente ao longo deste capítulo.

Outro elemento a ser destacado nesse período de formação desse espaço fronteiriço é a presença marcante da população escrava desde os primórdios da ocupação da Fronteira do Jaguarão. O controle sobre esses cativos preocupou constantemente as autoridades militares daquela região, especialmente nos momentos de guerra, quando se multiplicavam as fugas de cativos. Por esse motivo, os “vizinhos” de ambos os lados da fronteira tiveram que firmar uma política de restituição de cativos, a fim de preservarem o domínio sobre os seus plantéis de escravos.

Por fim, os efeitos das duas intervenções na Banda Oriental (1811-1812 e 1816-1820) sobre a estrutura produtiva da fronteira foram significativos, gerando perdas, sobretudo de cavalos usados nas marchas e na cavalaria, mas também trazendo benefícios consideráveis, principalmente o acréscimo de gado vacum. E não apenas isso: essas duas campanhas foram fundamentais para a consolidação do domínio luso-brasileiro sobre aquelas terras meridionais. Vejamos, então, mais detidamente alguns dos principais fatores que contribuíram para o processo de conquista portuguesa dos campos da fronteira.

1.1 – Algumas considerações sobre Fronteira

Antes de partirmos para a análise desse processo, é necessário esboçarmos algumas concepções mais recentes sobre o conceito de *Fronteira* nos estudos históricos. Há algumas décadas, a historiografia tem contribuído para eliminar a visão anacrônica

que enxergava a fronteira como um limite nacional que isolava as populações de ambos os lados; mas, pelo contrário, tem-se postulado que a fronteira, sobretudo no período colonial, deve ser considerada como um amplo espaço de ocupação recente¹⁰, e não como uma linha divisória pré-estabelecida. Após 1777, para os indivíduos radicados naquele espaço havia o que eles denominavam “Fronteira do Rio Grande” e “Fronteira do Rio Pardo”, fazendo referência às áreas próximas a essas duas Vilas. Exemplo disso são as declarações, feitas por Rafael Pinto Bandeira ao Vice-Rei em 1784, de que, tanto na *fronteira do Rio Grande* como na *fronteira do Rio Pardo*, havia o comércio ilícito. Também o Provedor da Fazenda Real, Inácio Osório Vieira, dizia que a Provedoria ficava muito distante “*das duas fronteiras*”¹¹. Para Tiago Gil, essas “duas fronteiras” eram corredores de circulação de pessoas e bens, não sendo, portanto, limites que isolassem as populações de ambos os domínios. Portanto, aquela fronteira tratava-se de um espaço permeável.

Essa perspectiva a respeito da fronteira é confirmada pela cartografia da época (figura 2). A representação cartográfica elaborada pelo engenheiro e demarcador português José de Saldanha após os combates de 1801 traz essa visão de uma fronteira sem marcos divisórios precisos, sendo que, na percepção do cartógrafo, os domínios portugueses se estendiam até os arredores dos cursos d’água onde havia guardas militares portuguesas¹² e, para além desses cursos d’água, estariam os “Domínios Hespanhoes”, sendo que apenas o rio Uruguai, na região noroeste do Rio Grande de São Pedro, parece servir como uma divisa bem estabelecida com a América Espanhola no mapa de Saldanha.

¹⁰ OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1990, p. 32.

¹¹ GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, pp. 34-37.

¹² No mapa, as guardas portuguesas aparecem com a sigla “G.P.” e as guardas espanholas com a sigla “G.H.”.

Figura 2 – Fragmento do “Mappa Corografico da Capitania de São Pedro”, elaborado pelo Ten. Cel. Engenheiro e demarcador José de Saldanha (1801).



Fonte: NEVES, Gervásio Rodrigues (coord). A natureza na cartografia histórica do Rio Grande do Sul: mapas históricos ambientais do Rio Grande do Sul – Porto Alegre: Metrópole, 2008.

Na primeira década do século XIX, as próprias autoridades metropolitanas naquela região não tinham certeza quanto aos limites das possessões portuguesas naquele espaço:

"... Na Campanha da parte ocidental da Lagoa Merin não foram ainda demarcados os nossos limites por causa das dúvidas que ouveram entre os comissários da Demarcação delles; tendo-se dado conta as respectivas Cortes; das quais não tem vindo decizão; portanto não sei verdadeiramente qual elles seão senão aqueles que temos cobertos atualmente com goardas na margem oriental do Rio Jaguarão; e portanto penso que estes são os que pertensem a S. A. Real; não só por isto, como pelo direito que temos a todas as vertentes da Lagoa Merin de que estão de posse os Hespanhoes como se vê no Tractado de Limites do anno de 1777.¹³" (grifo meu)

¹³ Carta de Manuel Marques de Souza ao Governador Paulo Gama, 28/03/1804. AHRs – Fundo Autoridades Militares (doravante, FAM), maço 6.

Além de esboçar a incerteza quanto aos limites daquela área fronteira, as palavras do comandante da Fronteira de Rio Grande confirmam a perspectiva esboçada no mapa de Saldanha, de que as possessões luso-brasileiras se estendiam até às guardas próximas aos cursos d'água. Dessa forma, a fronteira definia-se, naquele contexto, como uma área guarnecida pela presença militar portuguesa.

Em outra ocasião, o comandante demonstrou novamente incerteza quanto aos limites desse espaço de recente ocupação, em carta enviada ao governador no segundo semestre de 1804:

“... Aproveito mais para participar a S. Ex.^a a parte que ontem de noite recebi do Sargento Major Vasco Pinto, dizendo que da parte Ocidental do Rio Jaguarão, em terreno que penso ser dos Espanhóis, estava um novo estabelecimento, e mandando examinar quem se arranchava naquele lugar, acharam ser o Furriel de Dragões Anastácio, com três soldados, dizendo a uns que era Patrulha, com ordem de chegar ali, e a outros, que tinha consentimento para fazer um arranchamento...¹⁴”. (grifo meu)

A declaração do comandante – “... em terreno que penso ser dos Espanhóis...” – mostra que aqueles indivíduos da fronteira não tinham uma noção precisa quanto aos limites daquele espaço, o qual estava em construção e, por isso, ainda não tinha limites definidos. O rio Jaguarão foi se estabelecendo, ao longo do tempo, como um marco divisório, mas certamente, naquele momento, não era visto como um limite. Essa indefinição geográfica pode ser percebida novamente em outra declaração do comandante da Fronteira de Rio Grande, ao esboçar qual era o seu entendimento sobre aquele espaço: “... campos conquistados, neutrais, e indecisos, que *entendo* do Erval e Arroio Grande até ao Jaguarão...¹⁵”. Quando o comandante declara que entende serem esses campos os do Erval e Arroio Grande até o Jaguarão, em vez de indicar com segurança quais eram os limites dessa área, demonstra mais uma vez essa indefinição geográfica daquele espaço fronteiro no alvorecer do século XIX. Assim, foi apenas com o passar dos anos que alguns marcos geográficos divisórios foram se estabelecendo, inclusive o rio Jaguarão, a ponto de Marques de Souza começar a mencionar a “Fronteira do Jagoaram¹⁶”, a partir de 1806.

¹⁴ Carta de Manuel Marques de Souza ao Governador Paulo Gama, 11/09/1804. AHRS – FAM, maço 6.

¹⁵ Carta de Manuel Marques de Souza a Joze Ignacio da Silva, dezembro de 1806. AHRS - FAM, maço 10.

¹⁶ Carta de Manuel Marques de Souza ao Ajudante de Ordens Joze Ignacio da Silva, 28/05/1806. AHRS – FAM, maço 10.

Contudo, mesmo tratando-se de um espaço permeável e indefinido quanto aos seus limites geográficos, esse espaço tinha uma existência real que devia ser considerada pelos agentes históricos. A advertência feita por Farinatti em relação à noção de “fronteira”, apesar de se referir a um contexto pós-independência, pode servir parcialmente para o período desta análise:

“... é também necessário ter cuidado para não cair no extremo oposto. É preciso atentar para o fato de que esse limite nacional, ainda que incerto e discutido ao longo do Oitocentos, ensejava que se buscasse instituir soberanias distintas de ambos os lados, e que os sujeitos precisavam lidar com essa situação. (...) é imperioso reconhecer que esses movimentos que se faziam de um lado a outro eram diferentes dos que se faziam dentro de um mesmo país. (...) Assim, os sujeitos que habitavam aquele espaço precisavam incluir em seus cálculos formas de *manejar a fronteira*¹⁷.”

Primeiramente, é necessário ter a plena consciência de que as considerações feitas pelo autor tratam de um contexto de formação de Estados Nacionais, e, por isso, consideraremos apenas alguns aspectos dessa perspectiva esboçada acima. No caso da região fronteira do Jaguarão, no período colonial, o fato de aquela fronteira ser um espaço permeável não significa que ela não limitava soberanias distintas, uma realidade que era devidamente percebida pelos sujeitos que habitavam aquele território. Seguindo a mesma perspectiva, Mariana Thompson Flores, em estudo sobre o contrabando na fronteira oeste na segunda metade do século XIX, ressalta que se deve levar em conta “... a questão da contradição da fronteira, que tanto delimita quanto relaciona duas comunidades nacionais”. Essa autora refuta a proposta de uma fronteira de plena integração entre as comunidades dos dois lados desse espaço, destacando “... a existência de elementos que demarcam constantemente a alteridade dessas comunidades¹⁸”. No caso aqui estudado, é possível que existisse um sentimento de pertencer a uma determinada monarquia entre os súditos nascidos na Península Ibérica que haviam migrado para a América meridional. Todavia, uma consciência de alteridade não devia estar largamente disseminada entre a população fronteira na época em estudo, principalmente entre indivíduos nascidos em terras americanas que pertenciam aos grupos menos favorecidos daquela sociedade.

¹⁷ FARINATTI, Op. Cit., p. 82.

¹⁸ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação (mestrado em história) – UFRGS, 2007, p. 39.

Os dois últimos autores citados acima buscaram refinar o conceito de fronteira, aprofundando a noção de “fronteira manejada”, que já se encontrava de modo embrionário em seus trabalhos anteriores. Essa noção parte da perspectiva dos indivíduos e grupos sociais que ali viveram, mostrando como esse espaço era manejado pelos diferentes grupos sociais: para os estancieiros, quando a guerra estourava de um lado da fronteira, os seus rebanhos podiam ser conduzidos para as terras vizinhas; para os peões, havia a escolha de onde era melhor empregar-se; para os perseguidos pela justiça, cruzar a fronteira era a chance de escapar do julgamento e, para os escravos, a fronteira apresentava-se como uma oportunidade de liberdade ou como perigo de reescravização¹⁹. Esse “manejo da fronteira” pôde ser observado em alguns casos por nós analisados, sendo digno de nota o caso de Bento Lopes, o qual teria passado de um domínio ao outro inúmeras vezes, conforme acusação feita pelo então capitão comandante de “guerrilha” posicionado no Serro Largo, Bento Gonçalves da Silva:

“... devo informar que ele vindo de Sam Paulo cuberto de crimes a rezidir nesta Capitania, continuou aqui na mesma vida, roubando, e vendendo para os Espanhóis, escravos, cavalos, e tudo quanto podia (...) finalmente já sem abrigo neste paiz passou para os dominios de Espanha (...) maz sendo a sua indolle incapas de corressão, (...) aborressido já entre os espanhóis, imigrou para este paiz (...) açustado q a nossa justissa hinda lhe acuzasse os seus antigos prossedimentos, tornou a tentar a sua introdussão para os inçurgentes...²⁰”.

Embora não se possa falar nem em “limite nacional” nem em “Estado Nacional”, pode-se dizer que mesmo no período colonial a fronteira delimitava domínios imperiais distintos, fato que gerava certo impacto sobre as populações de ambos os domínios. No caso em estudo, os indivíduos da Fronteira do Jaguarão estavam conscientes quanto à condição fronteiriça daquele espaço, como se pode perceber no uso dos termos “esta fronteira”, referindo-se claramente aos domínios portugueses fixados ao norte do rio Jaguarão, em oposição ao “outro lado”, fazendo alusão aos domínios espanhóis²¹.

¹⁹ FARINATTI, Luís Augusto Ebling e THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *A fronteira manejada: apontamentos para uma historia social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)*. In: HEINZ, Flávio M. *Experiências Nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina.*/ Organizado por Flávio M. Heinz. – São Leopoldo: Oikos, 2009, pp. 161-169.

²⁰ Carta de Bento Gonçalves da Silva ao Brigadeiro Comandante Fellis Joze de Matos Pereira de Castro, 07/06/1818. AHRs – FAM, maço 69.

²¹ Por exemplo: “... Participei a V. S.^a ter-me recolhido a minha Estância em dois dias (...) e hoje que se conta o primeiro de março cheguei a esta guarda do Cerrito às 9 horas do dia logo passei ao outro lado entrando a dar princípio de adquirir algumas notícias, encontrei um espanhol estancieiro da Costa do Rio Negro...”. Carta de Vasco Pinto Bandeira para Manuel Marques de Souza, 01/03/1804. “... É verdade

Em tese recente, Thompson Flores aprofunda essa proposta de um conceito mais equilibrado de fronteira:

“Não se trata de negar as diversas relações que são travadas através da fronteira; elas são notórias. Contudo, é preciso termos em conta que a fronteira é o lugar onde soberanias e leis diferentes se encontram, e que essa dimensão institucional podia colocar empecilhos à capacidade de integração dos fronteiriços, não podendo ser suprimida. Era necessário, portanto, lidar com ela, manejá-la²²”.

Nessa tese, além de outros aspectos abordados em trabalhos anteriores, a autora chama a atenção para a necessidade de se relacionar as dimensões macro e micro de uma sociedade, ou seja, considerar a ação do centro de poder sobre esse espaço periférico, limitando a atuação dos agentes sociais naquele espaço, mas não suprimindo a capacidade de integração dos fronteiriços. Voltando-se ao nível micro, a autora destaca o aspecto manejável da fronteira, ou seja, muitos indivíduos souberam lidar com aquele espaço a fim de se beneficiarem da situação fronteiriça, quando, por exemplo, manipulavam a seu favor as diferentes legislações que vigiam em ambos os lados²³. Sobre esse aspecto manejável da fronteira, a autora conclui:

“... o manejo dos recursos oferecidos pela fronteira representa uma ação consciente por parte dos indivíduos. A fronteira funciona para ele como um espaço de estratégia que deve ser levado em consideração nas suas decisões cotidianas. Os contextos decisórios, no entanto, não correspondem ao exercício de uma racionalidade plena. (...) considerando que nem todas as possibilidades estão colocadas e que, mesmo as que existem, não estão disponíveis a todos uniformemente²⁴”.

Em suma, a fronteira no período colonial não pode ser considerada nem como uma linha demarcatória nem como barreira, mas também não pode ser vista como um

que o comandante do Serro Largo me diz debaixo de amizade que as coisas estão algum tanto barulhadas, porém que contudo não supõem haver coisa que nos incomodem ainda que eles dizem que os Portugueses para aquele lado estão muito bravos e que lhe tomaram mais de duzentas léguas de campo...”. Carta de Vasco Pinto Bandeira para Manuel Marques de Souza, 18/02/1805. "Participo a V. Ex^a que se verificou serrar-se a comunicação dos Orientais com esta Fronteira, pois de hontem té hoje não tem passado individuo algum a este lado; sendo tão frequente passarem todos os dias soldados da goarda de Redondo, e vezinhos a comprar o que necessitão...". Carta de Antônio Pinto da Costa para Manuel Marques de Souza, 19/02/1816. AHRS – FAM, maços 8 e 60. (grifos meus)

²² THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira do Brasil Meridional (1845-1889)*. Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2012, p. 59.

²³ Idem, p. 71.

²⁴ Idem, p. 73.

espaço de plena integração. Para este trabalho, convém considerar a “fronteira colonial” como um espaço em construção, sem ter ainda limites definidos e também um espaço permeável, mas que delimitava, sim, soberanias distintas. Além disso, esse era um espaço que podia ser manejado de diversas formas pelos agentes sociais que habitavam naquela região. A respeito da Fronteira do Jaguarão, tal área pode ser caracterizada também como uma fronteira de expansão agrária, cujos campos eram cobiçados por diversos motivos, mas principalmente para a formação de estâncias que abastecessem a crescente produção do charque na capitania. E essa expansão agrária, por sua vez, foi fator fundamental para moldar esse espaço fronteiriço, como ficará evidente ao longo deste trabalho.

1. 2 – A ocupação primitiva dos campos fronteiriços

A questão de limites na América meridional no período colonial tardio era bastante complexa, de modo que nenhum dos tratados diplomáticos da época conseguiu resolver as divergências que havia entre Portugal e Espanha referentes àquele espaço. E não foi diferente com o Tratado Preliminar de Limites assinado pelos monarcas ibéricos em Santo Ildefonso no ano de 1777. Apesar de deixar claro que o território das Missões Orientais e a Colônia de Sacramento ficariam sob a soberania espanhola, o Tratado não trouxe muitas definições sobre as áreas fronteiriças meridionais. Uma inovação foi a criação de territórios neutros, os quais não poderiam ser ocupados por nenhum dos dois reinos, servindo para separar as frentes de expansão colonial de Portugal e de Espanha. Porém, esses territórios tornaram-se causa de discórdia entre os demarcadores, sendo que a principal dúvida dizia respeito à área ao sul do rio Piratini. Na interpretação dos espanhóis, a área situada entre os rios Piratini e Jaguarão fazia parte do espaço neutro; no entanto, os portugueses consideravam que essas terras lhe pertenciam, pois o texto do Tratado não definiu de forma clara quais eram os limites desses terrenos neutros, sendo que somente os chamados “campos neutrais” situados a leste da Lagoa Mirim foram devidamente demarcados²⁵. Em razão das dúvidas surgidas entre os demarcadores espanhóis e portugueses, nenhum marco divisório foi fixado na área ao

²⁵ GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e Argentina*. Vol I. Porto Alegre; L&PM, 2002, pp. 168-174.

sul do Piratini, tendo os demarcadores retomado o seu trabalho a partir do forte de Santa Tecla²⁶ (no atual município de Bagé).

Pelas reclamações feitas pelo comissário de demarcação espanhol José de Varella y Ulloa, notamos que a fixação das primeiras unidades produtivas nas terras mais próximas à margem sul do rio Piratini iniciou por volta de 1786, ou seja, contemporaneamente à própria expedição de demarcação²⁷. Esse comissário também denunciou a prática desses produtores luso-brasileiros recém-estabelecidos naquela localidade de estarem povoando suas estâncias com gado recolhido nos campos fronteiriços do Jaguarão. No ano em que registrava os seus protestos contra os luso-brasileiros que avançavam para além do Piratini – 1786 – Varella y Ulloa não observou nenhum estabelecimento produtivo fixado nos campos do Jaguarão; porém, já demonstrava um grande receio de que os portugueses dominassem aquela área e pudessem ter pleno acesso à Lagoa Mirim, podendo, dessa forma, introduzir diversos produtos contrabandeados nos domínios espanhóis. Além disso, segundo o comissário, na margem sul do Jaguarão era onde havia abundância de gado *vacum* e, por isso, alertava:

“Os portugueses entrando naqueles campos com ‘partidas sueltas’ extraíram, nestes últimos anos para as estâncias do Piratini mais de 30.000 vacas, cuja desordem crescerá em tais termos, se se estabelecem nas margens do Jaguarão, que dentro de pouco tempo se há de arruinar nosso comércio de couros: hão de ficar desertas as estâncias del Rey e de particulares, e os povos de Montevideo e Maldonado numa suma indigência e miséria²⁸”. (grifos meus)

Essas valiosas observações feitas pelo comissário espanhol deixam claro que, até aquele momento, os súditos portugueses se limitaram a percorrer com as suas partidas as margens do Jaguarão a fim de apresarem o gado que havia naquela localidade, mas sem fixarem estâncias naqueles campos. A menção às “estâncias do Piratini” mostra que era nas imediações daquele rio que estavam os estabelecimentos rurais mais antigos da fronteira meridional da Capitania. Além disso, essas declarações de Varella y Ulloa

²⁶ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1979, p. 203.

²⁷ OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra...* Op. Cit., p. 191-195.

²⁸ José Varela y Ulloa, Comissário de demarcação, a Francisco Antônio Valdés. Campo do Piraí, 25/julho/1786. AHN - Sección Estado: América - Límites de Portugal, leg 4463. Apud OSÓRIO. Op. Cit., p. 195.

mostram que o Rio Jaguarão era um local estratégico para se ter acesso aos rebanhos da Banda Oriental e também para a realização do comércio ilícito via Lagoa Mirim.

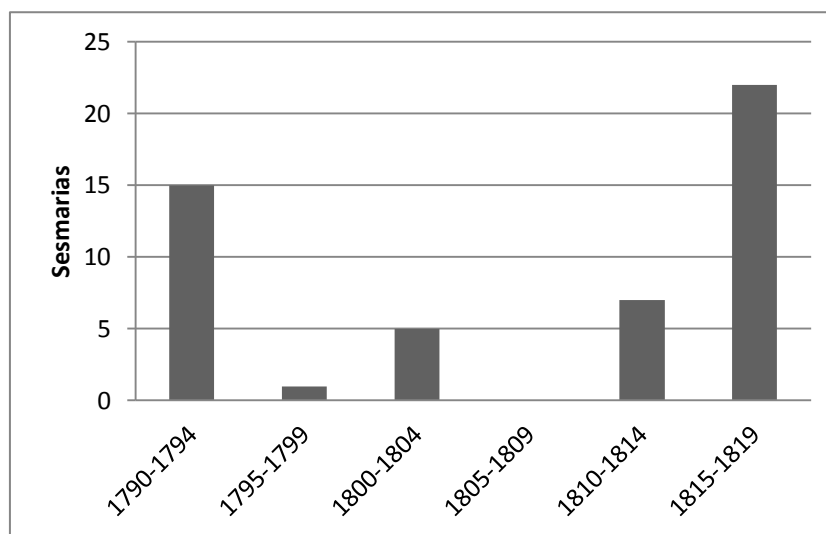
Como sustentou Helen Osório, a expulsão dos espanhóis da Vila de Rio Grande em 1776, somada a essa situação de indefinição de limites, abriu caminho para que os luso-brasileiros fossem gradativamente se apropriando dessas terras que teoricamente não pertenciam nem a Portugal nem à Espanha. Não por acaso, a partir da década de 1790, multiplicaram-se as concessões de sesmarias na área ao sul do rio Piratini²⁹. A Coroa portuguesa acabou, dessa forma, incentivando e legitimando a ocupação desses terrenos em litígio, a qual vinha sendo realizada por iniciativas particulares, conjugando interesses metropolitanos e individuais.

Não temos como precisar com exatidão quando iniciou a ocupação efetiva dos campos da margem norte do rio Jaguarão, mas podemos estimar que tivesse ocorrido antes de 1789, pois encontramos registros de doações de sesmarias na área em questão a partir desse ano. Essas doações geralmente legitimavam uma ocupação da terra que já ocorria antes de ser concedido o título legítimo de posse e, portanto, certamente já havia pessoas ocupando aquelas terras fronteiriças antes de serem doadas sesmarias.

As doações de sesmarias naquela área intensificaram-se entre 1790 e 1794, sofrendo uma retração nos anos seguintes e sendo retomadas entre 1800 e 1802, como podemos observar no gráfico 1³⁰.

²⁹ OSÓRIO. *Apropriação da Terra...* Op. Cit., pp. 194-196.

³⁰ Agradeço a gentileza da professora Helen Osório de conceder as informações do seu banco de dados de doações de sesmarias.

Gráfico 1 – Doações de sesmarias na Fronteira do Jaguarão, 1790-1819.

Fonte: Banco de dados Sesmarias. AHU, AN e AHRS.

Uma parte dos indivíduos agraciados com terras nos primórdios da ocupação daquele espaço (1790-1794) contava com consideráveis rebanhos, o que reforça a ideia de que a expansão agrária em direção a essas “novas” terras, com a fixação de unidades produtivas, foi fator primordial para moldar e garantir a posse dessa área fronteiriça. As concessões cessaram durante o governo de Paulo José da Silva Gama (1803-1809), devido, provavelmente, à delicada situação diplomática com a Espanha após a Guerra de 1801. As doações foram retomadas apenas em 1814, logo após o êxito português na Primeira Intervenção na Banda Oriental. Além disso, na segunda década do século XIX, com a elevação do Rio Grande de São Pedro à condição de Capitania Geral, o seu governador passou a ter o poder para conceder títulos de terras, fato que certamente contribuiu para a elevação no número de cartas de sesmarias concedidas nessa década. Por fim, a maior quantidade de doações de sesmarias deu-se justamente na época da Segunda Intervenção na Banda Oriental, momento de consolidação dos domínios portugueses na América meridional. Não por acaso, o maior pico de concessões de terras naquela área fronteiriça se deu no ano de 1817, quando a vitória luso-brasileira contra as tropas de Artigas já era eminente.

1.3 – A Campanha de 1801 e a ocupação informal das terras fronteiriças

Conflito bélico de curta duração, mas com grandes consequências no espaço que aqui nos interessa, a Campanha de 1801 foi uma oportunidade esperada há tempo por muitos súditos portugueses da Capitania de São Pedro, que cobiçavam, ou até mesmo já ocupavam, as terras fronteiriças. Um pouco antes desses acontecimentos, no cenário europeu, a Espanha havia declarado guerra a Portugal sob pressão dos franceses, iniciando as operações militares em maio de 1801 e pouco tempo depois assinando o Tratado de Paz de Badajóz em junho do mesmo ano³¹. Logo após a assinatura da paz em Badajóz, chegaram à América as primeiras notícias desse conflito na península ibérica, e, assim que as recebeu, o governador Veiga Cabral da Câmara convocou os súditos portugueses para reconhecerem os castelhanos como inimigos e a fazer-lhes hostilidades pela fronteira³². Prontamente se mobilizaram tropas regulares e milícias, além de várias pessoas concorrerem com os seus próprios bens para o sustento desse esforço bélico. A campanha militar que se seguiu teve quatro frentes de combate: as Missões Orientais do Uruguai, a área de Santa Tecla e Batovi, a fronteira do Jaguarão e o litoral atlântico ao sul da Lagoa Mirim e às margens do rio Paraguai, no atual Estado do Mato Grosso³³. Certamente por representar um grande acréscimo territorial e demográfico para os domínios portugueses, a conquista do espaço missioneiro recebeu maior destaque por parte da historiografia, salientando que tal conquista teria se dado sem maiores resistências dos indígenas e das tropas espanholas. Além disso, a conquista das Missões teria sido fruto de um empreendimento misto: por um lado, as autoridades portuguesas locais concederam a permissão para o avanço, por outro lado, houve a iniciativa individual, com destaque para o papel desempenhado pelas milícias e para a atuação de José Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida³⁴. Entretanto, parece ter sido na Fronteira do Jaguarão onde houve maior resistência por parte das tropas espanholas, sendo necessário o envio de tropas regulares sob o comando do então Coronel Manuel Marques de Souza para essa frente de combate. Após os primeiros embates nas imediações do rio Jaguarão, os castelhanos concentraram forças no forte de Serro Largo, local onde seria o principal enfrentamento dessa frente de batalha. As tropas de Marques

³¹ CAMARGO, Fernando. *O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Ed. Clío, 2001. pp. 111-113.

³² GOLIN, Tau. Op. Cit., p. 209.

³³ CAMARGO. Op. Cit., p. 118-120.

³⁴ GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história da UFF, Niterói, 2007, p. 181-191.

de Souza atravessaram o Jaguarão e marcharam rumo a Serro Largo, no final de outubro de 1801. Houve um primeiro confronto entre as respectivas tropas de cavalaria, seguindo-se um combate de artilharia, resultando no êxito das tropas portuguesas e na rendição dos espanhóis³⁵. Marques de Souza deixou um pequeno destacamento em Serro Largo e retornou com o restante da tropa para a margem norte do Jaguarão. Poucos dias depois, Serro Largo foi retomada pelas tropas do Marquês de Sobremonte, o qual planejava atacar as posições portuguesas; porém, a notícia da paz na Europa fez Sobremonte decretar o cessar-fogo. Nesse ponto, podemos perceber que os portugueses, provavelmente, não desejavam limitar as suas conquistas até o rio Jaguarão, mas a contraofensiva de Sobremonte os fez manterem posição na margem norte daquele rio, a fim de garantir a posse dessa área, deixando para um momento oportuno o avanço sobre os campos da Banda Oriental. Assim, a posterior definição do rio Jaguarão como limite fronteiro foi fruto desse processo histórico, e o estabelecimento desse rio como limite certamente não era um objetivo pré-estabelecido pelos agentes sociais daquela época. Quanto à situação dos confinantes, a paz de Badajóz não fez com que os espanhóis desistissem das terras em disputa, pois já no final de 1801 o comandante espanhol no Serro Largo exigiu que Marques de Souza desocupasse a Fronteira do Jaguarão³⁶. Também o cabildo de Montevideu passou a reclamar dessa situação no começo de 1802, e depois de muitas promessas de devolução não cumpridas pelos portugueses, os espanhóis mostravam-se céticos quanto a uma solução diplomática para essa situação³⁷. Então, de que modo os súditos portugueses na capitania de São Pedro livraram-se da ameaça de invasão dos vizinhos castelhanos e puderam garantir a posse das “novas” terras? Para Fernando Camargo,

“Quanto à disputa diplomática, uma série de acasos fez com que, felizmente para Portugal, fosse interrompida por cerca de dez anos. A começar pela invasão de Buenos Aires (1805), seguida pela de Montevideu (1806) e depois pela invasão de Portugal (1807). Em 1814, quando, finalmente, Fernando VII retornou triunfante à Espanha que o aguardava, encontrou o Prata em plena revolução...³⁸”.

Todavia, seguramente não foi apenas “uma série de acasos” que permitiram o êxito da ocupação luso-brasileira daquele “novo” território. Além desses aspectos mais

³⁵ CAMARGO. Op. Cit., pp. 135-139.

³⁶ GOLIN. Op. Cit., p.228.

³⁷ CAMARGO. Op. Cit., pp. 164-165.

³⁸ Idem, p. 181.

amplos, dois fatores operavam conjuntamente naquela fronteira: a formação de estâncias, chácaras e outros estabelecimentos produtivos, aliada à proteção militar efetiva, favoreceu a manutenção da posse daquele espaço “neutro” por parte do Império português na América meridional.

De modo semelhante a outras campanhas militares na fronteira, essa guerra de 1801 trouxe seu ônus e seus benefícios. Por um lado, houve aqueles que disponibilizaram seus bens e suas forças em prol dessa investida militar, de modo que, nos anos que se seguiram a 1801, inúmeras pessoas solicitarem mercês régias, principalmente terras, argumentando que tinham contribuído no esforço de guerra³⁹. Mas, por outro lado, essa campanha militar, além de favorecer a conquista militar dos terrenos “neutros”, permitiu a tomada de grande quantidade de animais vacuns, cavalares e muares. Conforme uma lista de animais que foram tomados aos espanhóis no contexto da guerra, entraram quase 11.000 reses e 1174 equinos no “Rincão de Sua Alteza Real⁴⁰”. Levando em conta que esses números referem-se somente aos rebanhos que foram “fiscalizados”, podemos supor que esse acréscimo de animais tenha sido bem maior, impulsionando a produção pecuária naquela fronteira e favorecendo a formação de novas unidades produtivas.

A partir de 1802 tornou-se recorrente na correspondência do comandante da Fronteira de Rio Grande a informação de que muitos “intrusos” estariam se estabelecendo nessas “novas” terras⁴¹. Pelo o que nos levam a crer esses indícios, ocorreu um significativo aumento na quantidade de pessoas que passaram a se estabelecer nas terras mais próximas à costa do rio Jaguarão a partir do início da primeira década do século XIX⁴². Certamente, não foi por acaso que esse “boom” de ocupação daquelas terras tenha ocorrido naquele momento, logo após os combates de 1801 e da fixação, no início de 1802, de uma guarda militar permanente no ponto estratégico do “Serrito”, na margem norte do rio Jaguarão⁴³. A expulsão das tropas

³⁹ Correspondência de Manuel Marques de Souza, 1802-1809. AHRs – FAM, maços 2 a 14.

⁴⁰ Carta de Manuel Marques de Souza ao Brigadeiro Francisco João Roscio, 24/12/1801. AHRs – FAM, maço 1. Ver também FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão: 1790-1833*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, 2007, p. 22-23.

⁴¹ A primeira referência que encontramos acerca desse processo está na Carta de Manuel Marques de Souza ao Governador Paulo Gama, 02/12/1802. AHRs – FAM, maços 8.

⁴² “Queira vm ao Ilmo. e exmo. Sr General Governador que o Cap. Com. da guarda avançada do Serrito participa estarem muitas pessoas povoando o campo reivindicado na ocasião da guerra, em toda a extensão do Rio Jaguarão. Sobre este assunto espero que S. Ex.ª me determine o que devo executar...”. Carta de Manuel Marques de Souza ao Governador Paulo Gama, 06/07/1803. AHRs – FAM, maços 4.

⁴³ Ver localização do “Serrito” no anexo 1.

espanholas daquelas terras com a Campanha de 1801, somada a proteção militar permitida pela “Guarda do Serrito”, trouxe uma maior segurança para aqueles que desejavam formar suas unidades produtivas naqueles campos. Além disso, enquanto as cortes ibéricas não emitiam nenhuma resolução sobre os terrenos “neutros”, as autoridades do Rio Grande de São Pedro e do Vice-Reino do Prata firmaram um acordo de convivência em 1804, segundo o qual se reconhecia o rio Jaguarão como limite das possessões luso-brasileiras⁴⁴. Esse acordo de 1804 provavelmente contribuiu para uma relativa pacificação daquela fronteira, reduzindo, ou até mesmo fazendo cessar, as agressões mútuas na primeira década do oitocentos.

A ocupação daquelas terras ao longo da primeira década do XIX deu-se de modo informal, uma vez que a Coroa portuguesa não concedeu título legítimo de terra naquela área até, pelo menos, 1810. A esse respeito, o governador Paulo Gama argumentou que: “... não tendo concessões nem título algum, nunca a Corte de Espanha poderá queixar-se e (...) julgo que conceder sesmarias nestes campos é comprometer a Coroa de Portugal...”⁴⁵. Assim, a metrópole portuguesa e as suas autoridades locais mantiveram ao longo de todo esse período uma postura ambígua, tentando, por um lado, manter relações diplomáticas razoavelmente boas com a Espanha, e por outro lado, levar a cabo a expansão de seus domínios, permitindo, de forma dissimulada, que seus súditos se estabelecessem nos “campos indecisos”: “... Recomenda e espera que de baixo da dissimulação e tolerância que se está praticando procure V. S.^a acomodar o dito Oficial em qualquer terreno que exista devoluto nessa fronteira...”⁴⁶. Observamos aqui a repetição de um padrão que era praticado desde as décadas finais do século XVIII, com a concessão dissimulada de terras⁴⁷.

Voltando à questão da ocupação informal daquelas terras, pudemos identificar que, entre 1803 e 1806, ocorreu a maior incidência de cartas das autoridades militares abordando o problema dos “intrusos” naquelas terras fronteiriças⁴⁸. Esses dados reforçam a ideia de que nesses anos acentuou-se o movimento de ocupação daquelas terras. Já em relação à segunda década do século XIX, não encontramos, na

⁴⁴ GOLIN. Op. Cit., pp. 249-251.

⁴⁵ Carta de Paulo Gama ao Visconde de Anadia, 01 de setembro de 1803. In: Rio Grande do Sul. Instituto Histórico e Geográfico..., p. 49.

⁴⁶ Cópia da carta de Paulo Gama ao Marechal Manuel Marques de Souza, 12 de outubro de 1805. AHRs – Fundo: Autoridades Militares, maço 12.

⁴⁷ OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra...*, Op. Cit., p. 153-154.

⁴⁸ Correspondência de Manuel Marques de Souza, entre 1803 e 1806. AHRs – FAM, maços 4 ao 10.

documentação consultada, mais nenhuma referência à introdução de novas pessoas naquelas terras. Para esse período, encontramos apenas informações sumárias das autoridades militares sobre o pedido de terrenos nos termos da povoação do Serrito.

Esse termo “intruso” foi dado pelo comandante da Fronteira de Rio Grande a todos aqueles que haviam se introduzido nos “campos indecisos” e não possuíam título legítimo de propriedade. Apesar de todos esses indivíduos compartilharem a mesma condição de posse precária daquelas terras, apenas aqueles que mantinham boas relações, especialmente com as autoridades militares, conseguiram manter-se naqueles campos sem serem expulsos⁴⁹. Pelo que indicam as fontes, a maioria daqueles que foram denominados como “intrusos” acabaram sendo expulsos dos terrenos que ocupavam. Essa designação de “intruso” também foi aplicada em outros contextos históricos, referindo-se, segundo Paulo Zarth, “ao camponês que ocupava terras públicas ou privadas sem consentimento prévio de autoridades ou de proprietários⁵⁰”. Ou seja, se no caso em estudo, apenas os indivíduos que ocuparam informalmente os terrenos “neutros” receberam tal designação, em outros contextos, o termo “intruso” teve uma aplicação mais ampla, sendo dado também àqueles que ocuparam de forma “ilegítima” terras públicas ou privadas.

É difícil caracterizar quem eram esses indivíduos que foram despejados daquelas terras. Helen Osório observou de uma forma ampla, para toda a região de fronteira, que quem mais sofreu com os despejos foram soldados rasos⁵¹. O requerimento de terra de Joaquim Pedro D’Ávila pode nos trazer alguma noção sobre o perfil desses “intrusos” que foram desalojados das terras que ocupavam. Caso sejam fidedignas as declarações do suplicante, podemos considerar que tratava-se de um indivíduo que jamais teve a propriedade da terra, conseguindo, no entanto, viver “a favor” em terras alheias até a sua velhice, provavelmente na localidade da coxilha de Canguçu⁵². Quando estabeleceu seu arranchamento nos “campos avançados no Rincão de Santa Roza” após a Guerra de 1801, teria sido violentamente expulso pelas tropas que guarneciam a Fronteira do Jaguarão, pois, de acordo com o comandante Marques de Souza, essas terras tinham sido indicadas para o Tenente da Legião Joaquim Silvério de Souza Prates⁵³. Essa

⁴⁹ OSÓRIO. *Apropriação da Terra...* Op. Cit., pp. 207-218.

⁵⁰ ZARTH, Paulo. *Do arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ed. Unijuí, 2002, p. 170.

⁵¹ OSÓRIO. Op. Cit., p. 210-218

⁵² Carta escrita em nome de Joaquim Pedro D’Ávila ao governador, 23/08/1806. AHRs – FAM, maço 10.

⁵³ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Paulo Gama, 27/11/1806. AHRs - FAM, maço 10.

localidade foi bastante cobiçada, pois muitos “intrusos” haviam se estabelecido nesse rincão, no qual ficaram espalhadas reses que pertenceram aos espanhóis derrotados em 1801. Desse modo, a posse desse terreno era uma oportunidade não somente para alcançar a propriedade da terra, mas também para a formação de uma unidade produtiva pastoril. O suplicante devia já ter prática com o manejo do gado, pois alegava possuir um rebanho considerável, além de ter servido à Sua Majestade como “pião”. Entretanto, prevaleceu, por fim, a posição e as relações sociais do Tenente Prates nessa disputa de terras.

A informação de Joaquim Pedro D’Ávila de que era “carregado” de família, não havendo a menção a posse de escravos em seu requerimento, leva-nos a indagar se esse indivíduo podia ser considerado como “camponês”. A característica básica do camponês é a utilização da mão de obra familiar e a sua vocação produtiva pode variar, havendo camponeses agricultores e camponeses pastores, sendo que estes últimos eram na sua maioria também agricultores⁵⁴. Em outra situação, encontramos o caso de alguns soldados comandados pelo capitão de milícias José Vieira da Cunha, os quais também eram “carregados de famílias” e não possuíam nem terras nem escravos, tendo que se submeterem a um tipo de arrendamento da terra e pagarem $\frac{1}{4}$ da sua produção aos donos daqueles campos. Desse modo, aqueles soldados-lavradores se introduziram nos “terrenos avançados aos espanhóis” com o consentimento desse capitão, a fim de plantarem suas lavouras⁵⁵. Portanto, é bem provável que grande parte daqueles que foram considerados como “intrusos indesejados” pelas autoridades militares tivessem um perfil camponês, tal como indicam os casos analisados acima.

Esses casos deixaram evidente a importância das relações com as autoridades militares locais, aspecto que será tratado a seguir.

⁵⁴ GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. *Mucha tierra y poca gente: un nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850)*. Historia agraria: Revista Semestral del Seminario de Historia Agraria, Universidade de Múrcia, nº15, enero-julio de 1998, p. 35.

⁵⁵ "... Entrou a representar eu a V. Ex. acharce na minha Companhia nove ou dez soldados carregados de famílias sem possuírem hum [padasso] de terra nem hum escravo, achandoce estes atualmente em terras alheias, pagando quarto das suas plantas, aos senhorios das terras (...) porém que sabendo eu donde ouvece porção de terras suficientes para lavrar nos terrenos, que forão avanzados aos Hespanhoes; que premetice eu que lavracem, e plantacem aqueles necessitados...". Carta de José Vieira da Cunha ao Governador Paulo Gama, 28/10/1804. AHRS - FAM, maço 6.

1.4 – A Atuação do comandante da Fronteira de Rio Grande

Passando por todos os níveis da carreira de um oficial militar, Manuel Marques de Souza chegou a alcançar o cargo de governador interino da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Sabemos que ele tornou-se comandante da fronteira de Rio Grande no começo do ano de 1794⁵⁶. Após sete anos de atuação como comandante da fronteira, obteve um dos seus maiores êxitos militares: a conquista do forte castelhano de Serro Largo, em 1801, feito que trouxe grande prestígio ao comandante. A atuação de Marques de Souza nessa campanha militar de 1801, bem como nas demais campanhas na Banda Oriental, garantindo a defesa e expansão dos domínios lusos no sul da América, mostra o quanto a sua figura era importante para os interesses metropolitanos naquela região. Isso explica em parte por que a Metrópole confiou largos territórios debaixo da autoridade de homens radicados na campanha, como era o caso de Marques de Souza. Todavia, esse serviço ao monarca tinha a sua contrapartida, ou seja, a apropriação particular dos espólios de guerra, principalmente terras e gado.

Ao longo das duas primeiras décadas do século XIX, ainda não haviam sido instalados órgãos administrativos metropolitanos nessa área de ocupação recente; portanto, as autoridades militares detinham o poder de mando em questões tanto militares quanto civis nessa região. Isso é o que afirma o próprio comandante da fronteira: “... (regia) igualmente o povo, não tendo outra justiça para decidir as suas dúvidas e pleitos...”⁵⁷. Marques de Souza era, portanto, um representante do poder central naquele território, transmitindo as determinações régias aos súditos portugueses que habitavam aquela fronteira. Contudo, também defendeu os interesses locais perante os poderes centrais em vários momentos, como em um interessante caso, no qual alertou o governador da capitania sobre a importância de observar o sistema de mercês, especialmente em relação aos oficiais que contribuíram para a campanha de 1801. Este episódio trata-se de uma disputa entre o fazendeiro Manoel Correia da Silva e o Tenente João Fez Setim por terras situadas na fronteira do Jaguarão. Em carta de 28 de maio de 1805 ao governador da capitania, Marques de Souza relatou que o tenente Setim teria sido o primeiro a receber permissão para ocupar aquela terra e apontou diversas razões para que essas terras não fossem passadas a Manoel Correia da Silva, argumentando que

⁵⁶ Carta de Manuel Marques de Souza sem indicação de destinatário, 15/10/1809. AHRS - FAM, maço 14.

⁵⁷ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador D. Diogo de Souza, 15/10/1809. AHRS – FAM, maço 14.

este indivíduo era um estancieiro abastado que jamais havia contribuído para as despesas da guerra. O comandante conclui:

“... por este motivo penso que sem uma manifesta injustiça ao merecimento e serviços do mencionado Tenente, (...) conceder ao suplicante os referidos Campos, (...) nunca pode equivaler aos funestos inconvenientes que em tal caso se seguirão do dissabor com que precisamente servirão os Oficiais da tropa, considerando que de nada lhes vale os seus serviços feitos na mesma Campanha a vinte e tantos anos, e que não encontram em V. Ex.^a aquele asilo que deviam esperar como seu General Governador; e certamente perderão todo aquele zelo que os deve animar, e estimular, mediante a proteção de V. Ex.^a...⁵⁸”. (grifo meu)

Essas declarações do comandante são interessantes não apenas para entender esse caso específico, mas por que mostram que as lógicas de Antigo Regime⁵⁹ eram valorizadas e utilizadas por Marques de Souza, a tal ponto que o comandante chega a “cobrar” do governador que observasse essas práticas, ou seja, os serviços prestados à Coroa deviam ser recompensados com Mercês régias. No caso apontado, a realização do serviço militar, incluindo até mesmo a utilização de recursos próprios do oficial, deveria ser premiada com a concessão das terras que estavam em disputa entre o subordinado de Marques de Souza e o fazendeiro Manoel Correia da Silva.

A atuação do célebre Rafael Pinto Bandeira, estudada por Tiago Luís Gil, serve para pensarmos a trajetória de Marques de Souza, pois há alguns pontos em comum entre ambos: exerceram o comando militar sobre o mesmo espaço geográfico, ocuparam postos militares semelhantes, tinham a lealdade de diversos indivíduos, foram acusados de participar de negócios ilícitos na fronteira, etc. De acordo com Tiago Gil, a metrópole precisava contar com os serviços de homens como Pinto Bandeira, que

⁵⁸ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Paulo Gama, 28/05/1805. AHRS – FAM, maço 8.

⁵⁹ Sobre essa perspectiva da reprodução das práticas de Antigo Regime na sociedade colonial ver: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *“Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade do império”* In: Penélope, nº 23, 2000, p. 67-88; FRAGOSO, João. *“A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”*. In: FRAGOSO, João; Bicalho, Maria Fernanda Baptista; Gouvêa, Maria de Fátima Silva (Org.) *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-71; BICALHO, Maria Fernanda. *“Dos ‘Estados nacionais’ ao ‘sentido da colonização’: história moderna e historiografia do Brasil colonial”* in: *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.67-87; HESPANHA, António M. *“Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português.”* In: *Na Trama das Redes – Política e Negócios no Império português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 43-93.

tomavam para si a tarefa de defesa dos domínios lusos, e por isso tiveram parte de seus atos ilícitos tolerados por Portugal. Além das suas funções militares, Pinto Bandeira chefiava o contrabando na fronteira com os domínios espanhóis, sendo acusado inúmeras vezes dessa prática ilícita, mas conseguia manter seus negócios contando com a tolerância das autoridades metropolitanas. Além disso, Pinto Bandeira liderou um poderoso bando que atuava nos negócios ilícitos da fronteira. Este potentado atraiu os integrantes de seu bando de diversas formas, merecendo destaque a oferta de promoção militar, as alianças matrimoniais, a distribuição do espólio de guerra e as concessões de terras. Cabe comentar que Marques de Souza também se valeu destas duas últimas prerrogativas para manter a lealdade de seus comandados, algo que pode ter aprendido diretamente com Pinto Bandeira, pois ambos mantiveram vínculos ao longo das décadas de 1770 e 1780⁶⁰. Não é sem motivo, portanto, que o autor identifica Marques de Souza como uma espécie de herdeiro político de Pinto Bandeira, levantando a hipótese de que o comandante da Fronteira de Rio Grande teria se tornado o líder que deu continuidade ao bando daquele célebre potentado após o seu falecimento. O fato de Marques de Souza ter encabeçado um protesto, em 1804, de vários indivíduos da elite da fronteira meridional contra a entrada de milhares de mulas contrabandeadas por Antonio Manuel de Jesus e Andrade serve como indicativo dessa liderança. Isso sem falar da sua posição de autoridade militar máxima naquela fronteira.

Contudo, a liderança de Marques de Souza foi consolidada não apenas pela imposição do seu cargo, mas principalmente através da proteção concedida aos seus subordinados. Adriano Comissoli realizou uma interessante análise sobre as bases do poder de liderança que tinha Marques de Souza, sendo que a principal base que sustentava seu poder era justamente essa capacidade de dispensar bens àqueles que lhe requeriam, obrigando-os a pagarem o auxílio com os recursos que dispunham. O autor argumenta que

“A transação entre o líder e o liderado funcionava na base da troca de favores, ainda que estes refletissem o acesso desigual aos mesmos recursos, de modo que enquanto peões ofereciam braços para o trabalho e para guerra junto a alguma lealdade, os comandantes os compensavam com dispensas,

⁶⁰ GIL, Op. Cit., pp. 150-153.

fardamentos, cavalos, carnes, tabacos, erva mate, prostitutas e a possibilidade de saque ao inimigo.⁶¹” (grifo meu).

Não é por acaso que o comandante da fronteira expressa ao rei o seu desejo de permanecer até o fim de sua vida nas terras da fronteira. Em 1802, o príncipe regente Dom João desejava lhe promover ao posto de comandante das Tropas da Capitania do Pará, mas Marques de Souza insistia que desejava viver no meio dos seus parentes e amigos. Para Comissoli,

“Acima de tudo, sua performance de capitão devia-se ao conhecimento e controle sobre os homens meridionais. Realista, Marques de Souza reconhecia que o triunfo militar era tributário não só de suas qualidades pessoais, mas também por ser ‘ajudado por homens que conhecendo-o de longo tempo lhe obedecem de boa vontade, e confiadamente acompanham em qualquer conflito’. Essa obediência, revelava, não era acidental, mas fruto da convivência.⁶²”

Desse modo, podemos constatar o quanto Marques de Souza já havia se consolidado como um potentado local no alvorecer do século XIX, agindo muitas vezes de acordo com interesses próprios, como indica uma acusação anônima feita contra ele. É possível, no entanto, pensar que Marques de Souza não tenha alcançado tanto poder quanto Pinto Bandeira, até porque esteve durante muitos anos sob a autoridade dele. Da mesma forma, não sabemos se Marques de Souza se envolveu tão intensamente com a prática do contrabando, pois não chegou a sofrer tantas acusações quanto seu antecessor; mas, de fato, admirava abertamente a trajetória daquele comandante, a ponto de declarar que desejava viver no meio de seus amigos à “imitação de Rafael Pinto Bandeira”, e, certamente, buscou reproduzir práticas realizadas por seu antecessor.

Uma dessas práticas, evidentemente, foi a atuação no contrabando na fronteira. Mais de uma vez o comandante tratou desse assunto abertamente com o governador da Capitania: “Necessito saber de V. Ex.^a se aquela insinuação que eu tive a mais de dois anos para deixar entrar couros do Domínio vizinho deve ainda existir, ou se devo impedir totalmente a entrada deles, ou se deve haver alguma reserva...⁶³”. Aqui cabe

⁶¹ COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. Rio de Janeiro: PPG em História Social, UFRJ, 2011. Tese de doutorado, p. 179.

⁶² Idem, p. 183.

⁶³ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Paulo Gama, 14/11/1807. AHRS – FAM, maço 12.

comentar que os couros eram um dos principais produtos contrabandeados dos domínios espanhóis. Em outra ocasião, o comandante comenta a respeito dos itens que deviam ser tolerados e sobre os que deviam ser impedidos de entrar em terras portuguesas:

“... As (ordens) que recebi do Ilmo e Exmo antecessor de V. Ex.^a eram de pronta execução. As mais essenciais que ainda existem são unicamente facilitar o comércio clandestino, por terra, com os confinantes; e por isto entram diariamente espanhóis que traquinam no giro do sobredito negócio. Facilitar a entrada de cavalos mansos, assim como couros de touro, novilho e vaca daquele domínio de Espanha...⁶⁴”.

Mais uma vez os couros deveriam ser tolerados, ao passo que o gado em pé deveria ser barrado, pois certamente essa introdução estava prejudicando os negócios dos estancieiros que desejavam vender a sua produção para as charqueadas. Todavia, no início de 1813, o próprio comandante chegou a solicitar ao governador a permissão para contrabandear novilhos das estâncias espanholas, como se pode perceber em suas palavras:

"... A continuação da falta de 28 mezes de soldo, sem ainda ter esperanças de receber algum; e os capatazes de duas Estancias (...) tratarão unnicamente do seu interesse, de sorte que pouco rendimento venho a ter este anno (...) me animo hir suplicar a V. S^a queira conceder-me licença para mandar comprar ceiscentos até oitocentos Novilhos nas Estancias do Povo de Rocha, para entrarem por Santa Thereza e Chuy para ver se com este pequeno negocio posso remediar algumas maiores percisoens que o soldo supria...⁶⁵".

Retomando a importante questão da concessão de terras, Luis Farinatti apontou que a prerrogativa de informar os requerimentos de terras ao governador permitia ao comandante da Fronteira deter um considerável poder político naquele espaço, sendo que “... esse poder político dos comandantes militares tinha implicâncias diretas na reprodução da ordem econômica e social, uma vez que eles interferiam na distribuição e garantia dos direitos sobre a terra, em fins do período colonial.⁶⁶”. Essa atuação política de Marques de Souza, interferindo na distribuição das terras daquela fronteira,

⁶⁴ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Dom Diogo de Souza, 15/10/1809. AHRS – FAM, maço 14.

⁶⁵ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Diogo de Souza, 28/02/1813. AHRS – FAM, maço 39.

⁶⁶ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPG em História Social, UFRJ, 2007. Tese de doutorado, pp. 102 e 103.

certamente impactou a formação econômica e social daquela região. A respeito da questão sobre qual grupo foi favorecido pelo comandante, podemos dizer que a maioria das suas informações sobre requerimentos de terras naquele espaço, entre 1801 e 1813, foram favoráveis a oficiais militares. No entanto, há a necessidade de novos estudos, que investiguem os laços de compadrio de Marques de Souza, a fim de elucidar a rede social deste potentado local e identificar quem eram os indivíduos que mantiveram vínculos mais próximos com o comandante.

1.5 – A relação entre “vizinhos” e a política de restituição de cativos

Assim que foi restabelecida a paz na fronteira após os conflitos de 1801, as autoridades portuguesas buscaram por diversos meios manter a harmonia com os vizinhos castelhanos. Como já foi mencionado anteriormente, a interrupção nas doações de terras fronteiriças na primeira década do século XIX foi uma medida para evitar novos protestos dos confinantes espanhóis. Outra medida foi a tentativa de coibir o roubo de gado das estâncias orientais, pois esta prática constante dos luso-brasileiros gerava inúmeros protestos do comandante de Serro Largo e era um fator que poderia comprometer seriamente a “... boa harmonia, amizade e boa correspondência com os confinantes...”⁶⁷. No entanto, parece que a maior parte das hostilidades da Guerra de 1801 foi rapidamente superada, pois, nos primórdios de 1802, o comandante da fronteira de Rio Grande já noticiava que os confinantes estavam se mostrando amigos⁶⁸. Apesar de todas as consequências deixadas por uma campanha militar, podemos considerar que após o conflito bélico de 1801 seguiu-se uma década de relativa paz entre luso-brasileiros e castelhanos naquela fronteira. O próprio comandante da Guarda do Serrito – Vasco Pinto Bandeira – tinha livre circulação no outro lado do Rio Jaguarão e mantinha boas relações com as autoridades militares de Serro Largo, a ponto de ser recebido naquela Guarda espanhola e jantar com os comandantes militares castelhanos, sendo que, em outra oportunidade, foi a vez do Tenente Coronel espanhol Dom Francisco Xavier de Vianna visitar a Guarda do Serrito e ser recebido com urbanidade⁶⁹.

⁶⁷ Carta de Manuel Marques de Souza ao Governador Paulo Gama, 27/02/1805. AHRs – FAM, maço 8.

⁶⁸ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador, 10/02/1802. AHRs – FAM, maço 2.

⁶⁹ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Paulo Gama, 15/01/1805. AHRs – FAM, maço 8.

Também entre os habitantes de ambas as margens do rio Jaguarão manteve-se boas relações, sendo “... tão frequente passarem todos os dias soldados da goarda de Redondo [Arredondo], e vezinhos a comprar o que necessitão...⁷⁰”. Isso não quer dizer que não houvesse também episódios de criminalidade envolvendo os indivíduos de ambos os domínios, mais especificamente o roubo de animais, tentativas de assassinato e o contrabando, tal como pode ser verificado na correspondência do comandante da Fronteira de Rio Grande.

A questão mais delicada, que não teve uma pronta solução após os combates de 1801, foi o problema envolvendo a restituição de escravos que fugiram durante a guerra. Em vários dos episódios de guerra entre os súditos espanhóis e portugueses no sul da América, tornou-se comum não serem restituídos os escravos que fugiam em meio ao conflito, buscando acolhimento do outro lado da fronteira. Além disso, abria-se espaço, nesses momentos, para a captura desses indivíduos escravizados como presas de guerra. Todavia, nas décadas finais do século XVIII, o interesse maior das autoridades metropolitanas era manter, em tempos de paz, uma política de restituição dos escravos fugitivos. Essa política de restituição foi formalizada no Tratado de Santo de Ildefonso e depois endossada pelos vice-reis do Brasil e do Prata. No contexto da conquista da Colônia de Sacramento pelos espanhóis em 1777, somente não foram devolvidos os cativos que quiseram espontaneamente se abrigar nos domínios espanhóis⁷¹. Mas, logo na sequência dos conflitos bélicos dessas décadas finais do Setecentos, foi restabelecida a política que dificultava a fuga para os domínios estrangeiros, pois “... havia interesse, em ambos os lados da fronteira, em garantir a segurança da propriedade privada e o pleno exercício do domínio senhorial...⁷²”. Desse modo, a política de restituição estava em plena vigência antes dos acontecimentos de 1801.

A situação de guerra no alvorecer do século XIX mais uma vez acarretou no rompimento da política de restituição, pois cada lado buscava enfraquecer o inimigo, ao apresar escravos e acolher os fugitivos⁷³. Após intensa correspondência entre autoridades luso-espanholas tratando dessa questão, e depois de muitas reclamações de proprietários luso-brasileiros, as quais passavam do comandante da Guarda do serrito

⁷⁰ Carta de Antonio Pinto da Costa para Manuel Marques de Souza, 19/02/816. AHRS – FAM, maço 60.

⁷¹ ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Niterói: PPG em história, UFF, 2012. Tese de doutorado, p. 160.

⁷² ALADRÉN. Op. Cit., p. 167.

⁷³ ALADRÉN. Op. Cit., p. 211.

para os comandantes espanhóis, o vice-rei do Prata decidiu por uma política de reciprocidade na devolução dos cativos, ou seja

“... os cativos reclamados pelos portugueses só seriam devolvidos se estes também restituíssem os pertencentes aos súditos espanhóis, desde que estivesse provado que eles tinham fugido antes ou depois da guerra. Todos os que passaram aos domínios de Sua Majestade católica durante o conflito seriam libertados, prática que foi seguida também pelos portugueses.⁷⁴”.

Na documentação por nós analisada, aparece em inúmeras cartas das autoridades militares daquela fronteira a preocupação com a restituição dos escravos que passaram aos domínios de Espanha a partir de 1801. Até o ano de 1803, o comandante Marques de Souza reclamava da não devolução dos cativos, que teriam fugido em grande número para aquele território ao sul do Jaguarão. Porém, foi nesse ano que o comandante do Serro Largo esboçou a resolução do governador de Montevideú, colocando em vigor novamente a política de restituição de cativos:

"... Pero las ordenes com que me hallo me obligan a corresponder conforme me correspondan, y como desentendiendome de ellas hubiese yo remetido al Comand. del Serrito Don Ant. Pinto de Costa um negrito crioulo del Tenente de Milicias Don Francisco Abila vecino de Portugal, que se trajo robado un desertor de esa corona,y habiendo dado parte de ello al Sr Gov. de Montevideo me manda este nuebamente me arregleen estos casos debolber esclavos, a la dicha orden en cuja virtud espero se sirba V.S. abrir la puerta remitiendo los esclavos reclamados por esta comand. (...) y yo podre poner en practica mis sinceros deseos de agradar a V.S. y serbirte sin faltar a los deveres de mi empleo y cargo...⁷⁵". (grifos meus)

Cabe destacar nas palavras de Dom Florencio de Jezus Nunes o conceito de reciprocidade na devolução dos cativos – “corresponder conforme me correspondan”. Quanto ao “vecino de Portugal” citado por aquele comandante, trata-se do Tenente de milícias Francisco Antônio D’Ávila, indivíduo estabelecido como intruso no “rincão do

⁷⁴ Idem, p. 222.

⁷⁵ Cópia da carta do comandante do Serro Largo, Dom Florencio de Jezus Nunes, ao Comandante da Fronteira do Rio Grande, Manuel Marques de Souza, 27/07/1803. AHRS – FAM, maço 4.

Serrito”, o qual, possivelmente, teve a sua vida abreviada pelas mãos de um dos seus 12 escravos arrolados em seu inventário no ano de 1811⁷⁶.

A partir de 1803, ao que tudo indica, firmaram-se a solidariedade e a cooperação dos comandantes do Serrito e do Serro Largo na restituição recíproca dos escravos fugitivos presos em suas guardas. Desse momento em diante, transparece, na documentação consultada, a preocupação das autoridades luso-brasileiras em vigiar, capturar e devolver os escravos dos espanhóis para também receberem de volta os escravos fugitivos dos domínios portugueses⁷⁷.

Nesse ponto, surge uma pergunta: seria essa permanente vigilância das guarnições militares somada à solidariedade entre as autoridades luso-espanholas na restituição de cativos uma explicação para a manutenção e expansão do sistema escravista na fronteira? Primeiramente, é necessário reconhecer que essa não é a explicação única para esse fenômeno, mas foi, provavelmente, um fator que favoreceu a continuidade da exploração do trabalho escravo naquela zona fronteira. As autoridades ibéricas na região tinham consciência sobre o modo de proteger a propriedade sobre cativos naquela área limítrofe, como se pode observar nos argumentos do comandante do Serro Largo:

“... bajo este concepto para la debolucion de los desertores y esclavos que puedan passarse a estos domonios del Rey mi amo, no esperaré yo a que se me reclamen, porque en el mismo acto de que se presentem, los remitiré sin demora a entregar al Sr comandante del Serrito, segun tengo ya praticado; que es el unico medio de que se contenga la desercion de la Tropa em ambos dominios, y lo mismo la fuga de los escravos con el exemplo de que no son abrigados en nuestros respectivos territórios...⁷⁸”. (grifos meus)

⁷⁶ Inventário de Francisco Antônio D’Ávila. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, auto nº 11, estante 149A, 1811. Na avaliação de seus escravos, um deles não teve seu valor avaliado e foi descrito apenas como “Germano criminozo pello assassino feito ao falecido seu senhor”.

⁷⁷ Alguns exemplos são: Carta de Manuel Marques de Souza a Jozé Ignacio da Silva, 23/08/1804. AHRs – FAM, maço 6; Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Paulo Gama, 15/01/1805. AHRs – FAM, maço 8: “Que ele deseja fazer conservar a união e amizade connosco, e que jamais, por pte deles, haverá a menor dicensão: que continuará a fazer entregar os dezertores militares e escravos, como agora praticou restituindo trez do vizinho João Batista Gomes, sem serem reclamados; para tanto cada vez se aumentão os meus desejos de que apareção na fronteira do Rio Pardo os dois que o Major Arelhano reclamou...”; Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Paulo Gama, 14/08/1805. AHRs – FAM, maço 8: “... Nesta Fronteira foi apanhado hum preto Hespanhol, o qual fico a remeter restituído para o Comd do Serro Largo, a maneira do que ele atualmente está praticando.”

⁷⁸ Cópia da carta do Sargento Major Dom Caetano Ramires de Arelhano ao Brigadeiro Manuel Marques de Souza, 06/10/1804. AHRs – FAM, maço 6.

Desse modo, era necessário que os escravos fugitivos não recebessem abrigo no território estrangeiro, a fim de ser garantida a propriedade dos senhores de escravos em ambos os lados da fronteira. Em sua tese, Gabriel Aladrén sustenta, através da análise de diversos casos de fuga de cativos, que havia grandes dificuldades para o sucesso de tal empreitada. E, mesmo que a fuga tivesse sucesso, havia poucas probabilidades de esses indivíduos escravizados obterem a liberdade em terras platinas⁷⁹. A respeito da primeira década do século XIX, o autor supõe que o desenvolvimento populacional e econômico e a maior presença militar em todo espaço platino tornaram ainda mais complicada a empreitada da fuga. É necessário considerar que a maioria dos casos que ficaram registrados na documentação analisada pelo autor foram situações nas quais a fuga dos cativos foi malograda; no entanto, não temos como saber e nem como dimensionar os inúmeros casos de escravos que fugiram sem nunca mais serem encontrados, e, portanto, sem serem citados por quaisquer das fontes disponíveis. Talvez houvesse mais casos de fugas bem-sucedidas do que casos que resultaram em captura, atenuando essa visão de que escapar do domínio senhorial era algo tão difícil. Resta-nos supor que, enquanto a escravidão teve plena legitimidade nos dois lados da fronteira, haveria, de fato, grandes obstáculos para aqueles indivíduos escravizados cruzarem a fronteira e obterem a liberdade. A favor desse argumento pesa o fato de haver uma expressiva participação da população cativa na população e nos bens inventariados na fronteira do Jaguarão ao longo das três primeiras décadas do século XIX, o que será analisado com mais vagar nos próximos capítulos deste trabalho. Como veremos, a população cativa teve grande relevância na formação daquela sociedade fronteiriça.

Assim, retomando a hipótese formulada no início deste capítulo de que a expansão agrária verificada naquelas terras teria sido um fator fundamental para a consolidação daquele espaço de fronteira, podemos pensar também que tal expansão e desenvolvimento agrário não teria sido possível sem o recurso ao trabalho escravo.

1.6 – Uma década de Guerras (1811-1820)

Já eram muito antigos os interesses portugueses na região do Rio da Prata, quando ocorreram as intervenções portuguesas na Banda Oriental na segunda década do

⁷⁹ ALADRÉN. Op. Cit., pp. 183 e 190.

século XIX. A participação de comerciantes portugueses no comércio realizado através do Rio da Prata ocorria desde a época da primeira fundação de Buenos Aires, em meados do século XVI. Não foi sem motivo que súditos portugueses fundaram a Colônia do Sacramento em 1680, garantindo a presença luso-brasileira efetiva na Banda Oriental. As elites comerciais lusitanas presentes em Sacramento suprimiram de escravos e de diversos gêneros atlânticos os comerciantes portenhos durante muitas décadas. A perda definitiva de Colônia em 1777 não significou, de acordo com Fabrício Prado, o fim da presença de comerciantes lusitanos na região platina, pois o papel de porto de entrada de mercadorias contrabandeadas dos domínios portugueses passou a ser exercido pelo porto de Montevideu, como fora antes exercido pela Colônia⁸⁰. Desse modo, a crise da autoridade espanhola em terras americanas na segunda década do século XIX teria se tornado uma oportunidade para a metrópole portuguesa voltar a ter uma presença efetiva e oficial no Rio da Prata.

A crise da Monarquia espanhola iniciou com a invasão das tropas napoleônicas no território espanhol em 1808, levando à abdicação de Carlos IV em favor de Fernando VII. Com a prisão deste monarca, a soberania em terras americanas foi revertida aos Cabildos. Não tardou para que Buenos Aires proclamasse uma junta governativa, depondo o Vice-rei. Esse episódio motivou a formação de um “exército observador” comandado pelos Marechais Marques de Souza e Joaquim Xavier Curado, ficando este exército de prontidão nas fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo. Com o assédio das tropas de Artigas a Montevideo, as tropas de observação portuguesas passariam ao ataque, autodenominando-se como “exército pacificador”. Em agosto de 1811, o exército luso-brasileiro cruzou a fronteira em direção a Maldonado, alcançando rapidamente o êxito. Mesmo após o armistício, a presença militar portuguesa na Banda Oriental estendeu-se por todo o ano de 1812, sendo que as tropas de Marques de Souza permaneceram no Forte de Santa Teresa até o final daquele ano⁸¹.

O que convém destacarmos são os custos e os benefícios dessa intervenção militar para os habitantes da fronteira. Em seu trabalho de doutorado, Márcia Eckert Miranda sustenta a ideia de que a maior parte dos encargos advindos das intervenções

⁸⁰ PRADO, Fabrício. *A Presença brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino*. In.: O Continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil. Neumann, Eduardo santos & Grijó, Luis Alberto (org.). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, pp. 69-76.

⁸¹ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Dom Diogo de Souza, 04/12/1812. AHRS – FAM, maço 32.

na Banda Oriental recaiu sobre os moradores da capitania do Rio Grande de São Pedro. No momento dessa primeira intervenção na Banda Oriental, cerca de 78% do efetivo militar era composto por milicianos, ou seja, uma parte expressiva da população, que não fazia parte das tropas regulares, teve que realizar a defesa do território⁸².

Para os moradores da fronteira, o principal encargo da guerra foi, certamente, o fornecimento de animais. A necessidade de animais cavalares e vacuns por parte dos combatentes luso-brasileiros que estavam em marcha era evidente:

"... Marchou a coluna desacetete dias seguidos com aquelas faltas de Boys e cavalos, procedidas da estação rigorosa, não podendo caminhar mais que (...) duas leguas, e pouco mais, mas coneguei que chegarem tambem os sento e secenta cavalos Reyunos que V. Ex^a mandou receber do Capitão Manoel Xavier de Paiva; e igualmente os Boys, a exceção de 11 mortos, e 17 estropiados que não poderam caminhar..."⁸³

Sabemos que a Guarda do Serrito possuía um campo para a cavallhada, o qual continha aproximadamente 1400 cavalos, segundo informações dadas no final de 1804. Após o início da primeira Intervenção, havia 2031 cavalos na invernada do Serrito. Houve um acréscimo de equinos naquela Guarda com o início da guerra, e supomos que essa quantidade a mais de cavalos tenha sido obtida mediante doações. Também identificamos que outros 155 cavalos destinados às tropas luso-brasileiras foram recebidos de vários distritos da fronteira de Rio Grande. Esses números indicam que uma parte do fornecimento de animais, sobretudo equinos, foi suprida por súditos portugueses que residiam naquela fronteira. Além disso, ao final dessa guerra iniciada em 1811, o número de cavalos reunidos no Serrito caiu para 1740, o que nos dá uma dimensão do consumo de animais que ocorria em uma campanha militar. Como veremos no próximo capítulo, a média de equinos por proprietário de Jaguarão sofreu uma acentuada queda justamente na década das intervenções na Banda Oriental.

Todavia, houve também benefícios consideráveis com essa primeira intervenção. Em primeiro lugar, a ocupação prolongada da Banda Oriental, que durou até o fim de 1812, propiciou a tomada de grande quantidade de animais daqueles campos. Um indicativo disso são as reclamações das autoridades espanholas em relação ao “roubo”

⁸² MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo, Editora Hucitec, 2009, p. 122.

⁸³ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Dom Diogo de Souza, 30/09/1811. AHRS – FAM, maço 32.

de animais das estâncias orientais. O comandante da fronteira também chegou a relatar a respeito do confisco de gado das terras orientais, ao final de 1812⁸⁴. Outro benefício foi a distribuição de sesmarias entre os rios Quaraí e Ibicuí, contribuindo para consolidar o domínio português sobre aquele espaço da fronteira⁸⁵.

Logo após a vitória luso-brasileira nessa campanha militar, foi criada a Freguesia do Espírito Santo do Serrito de Jaguarão, em 31 de janeiro de 1812⁸⁶. Helen Osório destacou a importância administrativa da freguesia numa época em que havia apenas uma Vila em toda a Capitania:

“Até então, a divisão eclesiástica das freguesias moldou a vida administrativa da capitania e foi um referente espacial muito importante. Mapas de população, de produção de trigo, organização das tropas de ordenanças e de milícias, os ramos dos dízimos, tudo referenciava-se pelas freguesias (...). Estancada a criação de freguesias na década de 1770, apenas na década de 1810 foram criadas outras seis. Três destas novas freguesias, Piratini (1810), Pelotas e Jaguarão, conformaram o núcleo charqueador da capitania e expressavam a capacidade expansionista da colonização lusitana rumo à Banda Oriental⁸⁷.”

A criação de uma freguesia no “Serrito de Jaguarão” no ano seguinte ao da primeira intervenção na Banda Oriental demonstra uma estabilização do domínio lusitano sobre aquela “nova” fronteira. A criação da freguesia também indica o rápido crescimento populacional de uma região que começou a ser povoada cerca de duas décadas antes.

Após o final da primeira intervenção na Banda Oriental, houve um breve período de paz na fronteira. Porém, mal se restabeleceu a normalidade nas relações entre os “vizinhos” fronteiriços, com o retorno, por exemplo, da proibição do roubo de gado de estancieiros orientais, e um novo conflito começou a se anunciar. A atuação de José Gervásio Artigas novamente ameaçava os interesses luso-brasileiros no sul da América. As suas ideias antimonárquicas e republicanas, incluindo a defesa do federalismo, e as suas propostas de reforma da estrutura fundiária da campanha oriental, deixaram as autoridades portuguesas em estado de alerta. Fabrício Prado resume os objetivos da

⁸⁴ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Dom Diogo de Souza, 14/11/1812. AHRS – FAM, maço 32.

⁸⁵ MIRANDA. Op. cit., p. 124.

⁸⁶ FRANCO. Op. Cit., p. 53.

⁸⁷ OSÓRIO, Helen. *Território, administração e expansão da fronteira meridional: o Rio Grande de São Pedro*. In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (org). 1808 – A Corte no Brasil. Niterói: Editora da UFF, 2010, p. 319.

política fundiária de Artigas nos seguintes termos: “... terras confiscadas aos inimigos da revolução teriam títulos outorgados para os indivíduos em sua posse, especialmente quando estes tivessem promovido benfeitorias ou estivessem produzindo gêneros agropecuários.⁸⁸”. Além disso, Artigas pretendia formar um “protetorado” que incluía várias regiões, inclusive o território das Missões e a fronteira do Jaguarão. Sua principal conquista se deu em 27 de fevereiro de 1815, quando suas tropas tomaram Montevideú. Em fevereiro de 1816, o comandante da Guarda do Serrito relatava que havia sido cortada a comunicação dos orientais com os luso-brasileiros daquela fronteira, a ponto de cessar o trânsito de pessoas que iam comprar diversos produtos na povoação portuguesa da costa do Jaguarão⁸⁹. Também cessou a restituição de escravos que fugiram dos domínios portugueses para o Serro Largo⁹⁰. Em vista disso, o comandante Marques de Souza alertava:

"... Parece-me ser útil avizar aos Estancieiros e moradores da dita costa (do rio Jaguarão) que ponhão em segurança as suas cavalhadas, e escravos, ainda que sofrão prejuizo da falta dos braços deles para agricultura; pois com aproximação dos insurgentes hande fugir emmensos...⁹¹".

A agressão à Fronteira do Rio Pardo e às Missões foi o estopim para o início da segunda intervenção portuguesa na Banda Oriental, a qual teve início em setembro de 1816⁹². A defesa da fronteira não era o único objetivo do governo luso-brasileiro ao invadir a Banda Oriental, mas havia o interesse das elites luso-brasileiras em “restabelecer o controle dos grupos mercadores e proprietários de terras aliados, das rotas do tráfico de escravos...⁹³”.

Na Fronteira do Jaguarão, a notícia da ordem de ataque do comandante artiguista Otorguéz fez com que muitas famílias abandonassem seus estabelecimentos, desestabilizando a produção naqueles campos. Esse transtorno gerado pela notícia do ataque foi solucionado pessoalmente pelo comandante da fronteira de Rio Grande, e, quando ocorreu a investida das tropas artiguistas naquela localidade, ela foi completamente rechaçada. Os “insurgentes” conseguiram somente em uma ocasião invadir a Fronteira do Jaguarão, realizando o roubo de fazendas secas, escravos e

⁸⁸ PRADO. Op. Cit., p.82.

⁸⁹ Carta de Antonio Pinto da Costa a Manuel Marques de Souza, 19/02/1816. AHRS – FAM, maço 60.

⁹⁰ Carta de Antonio Pinto da Costa a Manuel Marques de Souza, 22/02/1816. AHRS – FAM, maço 60.

⁹¹ Carta de Manuel Marques de Souza a Antonio Pinto da Costa, 13/02/1816. AHRS – FAM, maço 60.

⁹² MIRANDA. Op. Cit., p. 134.

⁹³ PRADO. Op. Cit., p. 83.

cavalos mansos, mas foram abatidos por duas partidas de milicianos luso-brasileiros, sendo uma das partidas comandada pelo “dezembaraçado paizano Bento Gonçalves⁹⁴”.

Como havia ocorrido anteriormente, os maiores encargos da guerra recaíram mais uma vez sobre a população da capitania, pois o Rio Grande de São Pedro servia como via de acesso à Banda Oriental⁹⁵. Porém, a via de acesso mais imediata para as terras orientais era logicamente a região da fronteira, sobre a qual pesaram de forma mais intensa os encargos dessa nova campanha militar. Em meados de 1816, no momento da preparação para a invasão da Banda Oriental, o comandante da fronteira já relatava a necessidade de animais para as tropas, notavelmente equinos, além de peões para conduzirem os rebanhos necessários ao esforço de guerra⁹⁶. No meio do conflito, a perda de animais foi constante, chegando a morrer 400 cavalos em apenas uma marcha entre Serrito e Serro Largo⁹⁷. Foi certamente por causa dessa perda contínua de animais cavалares que Marques de Souza noticiou, em agosto de 1818, que a cavallhada na “fronteira de Jaguarão” encontrava-se bastante reduzida⁹⁸.

Em diversos momentos, o comandante da fronteira de Rio Grande protestou ao governador da capitania por causa das requisições de animais que vinham sendo feitas sobre os estancieiros daquela região. Em setembro de 1817, Marques de Souza argumentava ao governador “... que todo o servisso desta Fronteira se tem feito nos poucos Cavalos dos Estancieiros, que não estão prezentemente em estado de continuar pela suma magreza...⁹⁹”. Em primeiro lugar, cabe questionar se eram apenas os estancieiros que arcavam com o ônus daquela guerra, pois é necessário considerar que boa parte dos indivíduos que ocupavam uma posição privilegiada naquela sociedade conseguiu se livrar das requisições, as quais foram suportadas em grande medida por lavradores e pequenos criadores¹⁰⁰. Assim, os protestos do comandante podem ser entendidos como uma defesa dos interesses de uma elite estancieira, à qual ele próprio

⁹⁴ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Marques de Alegrete, 20/09/1817. AHRS – FAM, maço 64.

⁹⁵ MIRANDA. Op. Cit., p. 142.

⁹⁶ Correspondência de Marques de Souza com o governador Marques de Alegrete, entre julho e agosto de 1816. AHRS – FAM, maço 60.

⁹⁷ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Marques de Alegrete, 23/11/1816. AHRS – FAM, maço 60.

⁹⁸ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Marques de Alegrete, 25/08/1818. AHRS – FAM, maço 69.

⁹⁹ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Marques de Alegrete, 27/09/1817. AHRS – FAM, maço 64.

¹⁰⁰ MIRANDA. Op. Cit., p. 143.

pertencia. De qualquer modo, a perda de bens produtivos daquela fronteira com o prolongamento do conflito contra Artigas era um fato inegável, afetando as atividades produtivas daquele espaço, como se pode perceber em outra carta, com data de 24/01/1818:

"... Afirmo a V.Ex^a que esta Fronteira não pode assistir com mais do que se lhe tem tirado, para a Real Fazenda, tanto Lavradores como Fazendeiros e Negociantes; há Districto que não tem mais que duas ou trez carretas, e Cavalhadas não lhe ficou nem para costeiro das Estancias, pois alem dos quatro mil que tive ordem de aprontar se estão tirando mais mil; queira Deos seja este o ultimo recurso..."¹⁰¹

Sendo fidedignos os dados trazidos pelo comandante sobre a quantidade de animais cavалares “tirados” das estâncias – cerca de 5000 somente nesta última requisição, eles confirmam a tendência de redução drástica nas cavalhadas dos produtores da fronteira, conforme pode ser verificado nos inventários *post-mortem* de Jaguarão. A partir desses dados, também podemos encontrar uma resposta satisfatória para a queda acentuada na participação de equinos no rebanho total dos produtores da fronteira do Jaguarão a partir de 1810, o que será analisado com mais vagar no próximo capítulo.

Contudo, se por um lado diminuíram os equinos, o rebanho vacum dos estabelecimentos da fronteira aumentou consideravelmente ao final dessa década. Entre 1812 e 1819, é possível que tenha ingressado na capitania do Rio Grande de São Pedro uma quantidade média anual de 125 mil reses trazidas da Banda Oriental¹⁰². A partir de 1811, surge um grande número de pedidos de licença ao governador da capitania para trazer gado da Banda Oriental, oscilando entre 700 e 8000 animais a quantidade de gado presente nessas solicitações. No ano de 1813, Osório encontrou a maior quantidade de pedidos: 54 pessoas que solicitaram a entrada de um total de 168.300 cabeças de gado. Esses números nos dão uma ideia da grandeza da introdução de gado realizada em meio às invasões da Banda Oriental. Porém, não sabemos o quanto desse imenso rebanho foi tomado dos campos da margem sul do Jaguarão, nem sabemos quantas dessas reses

¹⁰¹ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Marques de Alegrete, 24/01/1818. AHRS – FAM, maço 69.

¹⁰² OSÓRIO, Helen. *Guerra y comercio em La frontera hispano-portuguesa meridional – Capitania del Rio Grande, 1790-1822*. In: FRADKIN, Raúl O.; GELMAN, Jorge (org). *Conflictos, Negociaciones y comercio durante las guerras de independencia latino americanas*. Gorgias Press, 2010, pp. 186-188.

permaneceu nos estabelecimentos rurais da Fronteira do Jaguarão. Uma parcela desse rebanho deve ter sido incorporada às estâncias daquela fronteira, mas a maioria deve ter sido encaminhada às charqueadas pelotenses, pois parte dos solicitantes encontrados pela autora citada acima identificavam-se como “charqueadores”, como foi o caso do requerimento de Domingos de Castro Antequera, importante charqueador estabelecido em Pelotas.

Na correspondência consultada, encontramos, a partir de 1817, inúmeros relatos tratando da tomada de gado bovino da Banda Oriental. As autoridades luso-brasileiras deram licença aos seus súditos envolvidos naquele conflito militar para retirarem gado de proprietários orientais aliados aos “insurgentes”. No entanto, segundo o próprio Marques de Souza, o roubo de gado no Serro Largo se deu de forma desenfreada por um número imenso de pessoas da Capitania que se aventuraram pelo domínio confinante¹⁰³. Os “excessos” no roubo de gado pela fronteira do Jaguarão foram notórios:

“... os excessos que tem cometido os guerrilhas excedem a maior expressão; elles embebidos com a ambição de suas correrias não executam as ordens que lhes dá o Comandante da Fronteira do Serrito; passam e repassam o Jaguarão sem fazerem as devidas participações...”¹⁰⁴.

Apenas uma pequena parte desse rebanho tomado “irregularmente” acabava sendo confiscado pelas autoridades luso-brasileiras, e um número menor ainda era informado para as autoridades superiores, havendo poucos registros da quantidade de animais confiscados. Dessa forma, torna-se difícil dimensionar o total de animais que foram arrebanhados dos campos ao sul do Jaguarão. Em uma relação “dos gados confiscados” feita por um oficial da Guarda do Serrito em abril de 1817, consta um total de 693 reses apreendidas. Deste total, foram vendidas 336 reses que pertenciam a “espanhóis que foram para a pátria”, ou seja, que aderiram ao projeto artiguista, sendo que os animais restantes da relação tiveram o nome de seus proprietários devidamente especificados, dando a entender que foram devolvidos¹⁰⁵. Em outra relação, na qual constam somente as quantidades de reses que foram arrematadas por diferentes súditos portugueses, encontramos um total de 7622 reses.

¹⁰³ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Marques de Alegrete, 26/04/1817. AHRS – FAM, maço 64.

¹⁰⁴ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Marques de Alegrete, 24/01/1818. AHRS – FAM, maço 69.

¹⁰⁵ Carta de Silvestre Teixeira Pinto sem indicação de destinatário, 15/04/1817. AHRS – FAM, maço 64.

Dentre os compradores de gado listados nessas duas “relações” teve destaque o charqueador João Francisco Vieira Braga, fato que reforça a ideia de que parte significativa desses rebanhos tenha seguido diretamente para as charqueadas. O trânsito de gado pela fronteira com destino às charqueadas era uma realidade que foi relatada em algumas ocasiões pelos comandantes militares, como no caso abaixo:

“... As (ordens) mais essenciais que ainda existem são unicamente facilitar o comércio clandestino, por terra, com os confinantes; (...) e impedir o do gado em pé, que vem às Charqueadas; o que é assaz difícil, apesar de ser apreendido para a Real Fazenda quanto se apanha...¹⁰⁶”. (grifo meu)

O comandante da fronteira também relatava a dificuldade de reunir milicianos no mês de dezembro de 1818, por ser uma época de colheita e de condução de tropas de gado para as charqueadas¹⁰⁷. Segundo Jonas Vargas, entre 300 e 400 mil cabeças de gado eram abatidas nas mais de 30 charqueadas de Pelotas, durante todo o verão¹⁰⁸, fazendo, desse modo, com que muitos habitantes da fronteira se envolvessem na condução de tropas de gado para aqueles estabelecimentos nos meses finais de cada ano. Também na Fronteira do Jaguarão foram se estabelecendo algumas charqueadas ao longo da primeira década do século XIX. Podemos estimar que houvesse pelo menos quatro charqueadas naquela região até 1820¹⁰⁹; todavia, não sabemos exatamente quando iniciou a fixação desses estabelecimentos naquela fronteira. O comandante da Fronteira de Rio Grande se mostrava relutante em liberar a formação desses estabelecimentos naquela região no contexto imediatamente posterior a Campanha de 1801. Além da insegurança que havia naquelas “novas” terras no alvorecer do século XIX, Marques de Souza alegava outro problema:

“... outro motivo por que também impedi charquearem naquele lugar hé por ser objeto dos charquiadores dar extração a gados Hespanhoes intruzos, estando fora do alcance das minhas vistas, longe das goardas, e distante da estrada em hum retiro que só de proposito se vai aquele lugar...¹¹⁰”.

¹⁰⁶ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Dom Diogo de Souza, 15/10/1809. AHRS – FAM, maço 14.

¹⁰⁷ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Marques de Alegrete, 13/12/1817. AHRS – FAM, maço 65.

¹⁰⁸ VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Rio de Janeiro: UFRJ - PPGH, 2013 (Tese de doutorado), p. 195.

¹⁰⁹ Fenômeno observado nos Inventários *Post mortem* de Jaguarão, que serão analisados no capítulo 2.

¹¹⁰ Carta de Manuel Marques de Souza ao governador, 08/10/1802. AHRS – FAM, maço 2.

A partir dessas declarações, percebe-se que o ato de arrebanhar “gado espanhol” para o abastecimento das charqueadas era uma prática corrente, a qual, certamente, prejudicava inúmeros estancieiros da Capitania. A despeito da relutância inicial do comandante Marques de Souza em liberar a produção do charque na Fronteira do Jaguarão, estabeleceram-se algumas charqueadas naquela fronteira, tal como observamos acima. Inclusive podemos pensar que a imensa introdução de gado na Capitania, que fora propiciada pelas intervenções na Banda Oriental, tenha incentivado a formação dessas e de outras charqueadas em torno dos diversos rios e arroios daquela fronteira. Infelizmente, os registros na documentação consultada sobre a existência desses estabelecimentos são escassos.

Em suma, no mesmo momento em que as exportações de charque aumentavam enormemente¹¹¹, ocorria o processo de consolidação dos domínios portugueses na fronteira meridional. Assim, podemos concluir que a demanda crescente das charqueadas foi, provavelmente, um dos mais importantes fatores que impulsionou a expansão agrária em direção àquelas terras mais meridionais da América.

Com o fim da guerra contra Artigas em janeiro de 1820, a conquista dos campos da fronteira do Jaguarão estava consolidada, e o acesso para o abundante rebanho da Banda Oriental estava aberto. Não foi sem motivo que a vitória contra Artigas foi tão comemorada pelo comandante da Fronteira:

“Com extraordinario prazer e profundo respeito vou por este modo, dar a V.Ex^a os mais plauziveis parabens pelo feliz resultado das detreminações de V.Ex^a, para a total derrota do Revolucionario Artigas, que tam teimozo tem cido no seu orrorozo Sistema. Temos aqui dado louvores ao Nosso Bom Deos...¹¹²”.

Neste capítulo, observamos que a ocupação primitiva daquele espaço de fronteira se iniciou antes de 1789, ano no qual identificamos as primeiras doações de sesmaria na Fronteira do Jaguarão. Desse modo, já estava em marcha um processo de expansão agrária sobre essas terras mais meridionais da Fronteira da Vila de Rio Grande

¹¹¹ VARGAS. Op. Cit., p. 68.

¹¹² Carta de Manuel Marques de Souza ao governador Conde da Figueira, 28/01/1820. AHRS – FAM, maço 78.

antes que eclodissem os conflitos militares do início do século XIX. As guerras serviram para garantir a posse sobre terrenos que já estavam sendo apropriados por luso-brasileiros, de modo que as doações de terras se acentuaram a partir de 1814 e atingiram o seu auge em 1817.

Vimos a importância da Guerra de 1801 para a apropriação das terras que se estendiam até às margens do rio Jaguarão. Essa guerra também permitiu a tomada de grande quantidade de animais da Banda Oriental, fornecendo um impulso inicial para muitos produtores recém-estabelecidos naquela fronteira. No contexto imediatamente posterior a 1801, a manutenção da posse dos terrenos “neutros” foi fruto de vários fatores, dentre os quais destacamos a proteção militar efetiva e a formação de estabelecimentos produtivos.

Durante todo o período analisado, o comandante da Fronteira de Rio Grande exerceu grande influência na formação socioeconômica da região em análise. Marques de Souza controlava a distribuição de diversos bens naquele espaço, principalmente terras e rebanhos. Por essa razão, foi vital para aqueles que migraram para a Fronteira do Jaguarão manterem vínculos próximos com aquele comandante.

Em relação à fuga de escravos para o outro lado da fronteira, identificamos que predominou uma política de restituição dos cativos aprisionados tanto na Guarda do Serrito quanto na Guarda espanhola de Serro Largo. Com o início da guerra de 1801, ocorreu o rompimento dessa política, mas, a partir de 1803, foi firmada novamente a solidariedade entre aquelas guardas militares situadas dos dois lados da fronteira, a fim de ser realizada a pronta devolução dos cativos fugitivos. Essa solidariedade, certamente, favoreceu a continuidade da exploração do trabalho escravo em terras fronteiriças.

As guerras da segunda década do século XIX, de modo semelhante à campanha de 1801, também trouxeram seu ônus e seus benefícios. Pudemos constatar que parte do custo da guerra recaiu sobre os moradores da fronteira, especialmente o fornecimento de animais cavaleiros. As cavalcadas da fronteira diminuíram, mas o rebanho vacum aumentou consideravelmente. Este último processo foi nitidamente fruto da imensa tomada de gado dos campos da Banda Oriental naquela década de guerras, fazendo com que o saldo final dessas campanhas militares fosse bastante positivo para muitos produtores da Fronteira do Jaguarão.

Portanto, podemos considerar que a força das armas, somada à força da expansão agrária, garantiu a conquista efetiva dos campos da fronteira meridional. Se no final do século XVIII a posse da área compreendida entre os rios Piratini e Jaguarão era totalmente incerta, ao final da década de 1810, o domínio luso-brasileiro sobre aquela área estava praticamente consolidado.

Capítulo 2

Estrutura Agrária da fronteira do Jaguarão (1802-1834)

O conhecimento a cerca da estrutura produtiva dessa região específica ainda é bastante escasso. Em sua obra, “*Origens de Jaguarão*”, Sérgio da Costa Franco faz menção à atividade pecuária e comercial desenvolvida naquela região, ao abordar o patrimônio do primeiro comandante da Guarda do Serrito, o Sargento-Mor Vasco Pinto Bandeira. Esse autor também indica alguns indícios da prática da agricultura, encontrados num processo judicial a respeito de uma disputa de terras, e menciona, por fim, o fundador da primeira charqueada de Jaguarão, José Pereira da Fonseca¹¹³. Apoiando-se em uma base empírica insuficiente, Franco “pincela” algumas das características da economia nascente de Jaguarão: pecuária, comércio, agricultura e charqueada. Outro trabalho que traz alguns dados sobre a economia desenvolvida nessa região aponta a crescente importância da produção pecuária na segunda metade do século XIX, além de salientar a relevância do comércio no núcleo urbano de Jaguarão e tratar, por fim, da estagnação da produção do charque ao longo desse período¹¹⁴. Mais recentemente, Gabriel Aladrén analisou o relevante papel da escravidão na formação da fronteira meridional da América portuguesa, entre 1777 e 1835, levantando questões importantes sobre a região que aqui nos interessa. Em relação à estrutura econômica dessa zona de fronteira, Aladrén utilizou como referência, com algumas ressalvas, o modelo proposto na tese de Fernando Henrique Cardoso, postulando que a pecuária, sendo a atividade dominante na fronteira, exigiu níveis variados de trabalho escravo e teria se tornado efetivamente escravista a partir do final do século XVIII¹¹⁵. Apesar de suas análises englobarem os dados de três regiões distintas, em um breve trecho de sua obra, Aladrén analisou separadamente os inventários de Jaguarão e Cachoeira, a fim de mostrar as diferentes características que a escravidão assumiu nessas duas frentes de expansão territorial. Tendo consultado a totalidade dos inventários do cartório de órfãos e ausentes de Jaguarão do período entre 1802 e 1836, o autor deu ênfase aos dados

¹¹³ FRANCO, Op. Cit., pp. 35-40.

¹¹⁴ MARTINS, Roberto Duarte. *A Ocupação do Espaço na Fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Arquitetura da Universidade Politécnica da Catalunha. Barcelona, 2001.

¹¹⁵ ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados...* Op. Cit., pp. 84-87.

dessa fonte referentes aos plantéis de escravos, contribuindo para mostrar a importância do recurso à mão de obra escrava por parte da população livre daquela fronteira, uma vez que os dados do autor indicam claramente um elevado grau de disseminação da propriedade escrava entre aquela população. No entanto, como o foco do seu estudo não era a análise da estrutura produtiva daquela região específica, o autor se limitou a abordar o grande patrimônio fundiário e pecuário do maior estancieiro de Jaguarão, Manoel Amaro da Silveira, além de apontar uma maior diversidade de ocupações entre os grandes senhores de Jaguarão, em comparação aos de Cachoeira¹¹⁶.

Em vista dessa necessidade de um conhecimento mais sólido sobre a estrutura agrária dessa região, a análise em série dos inventários *post mortem* das três primeiras décadas do século XIX referentes à região do Jaguarão pode nos dar uma visão mais aproximada do perfil produtivo desse espaço. Os inventários nos permitem ter acesso ao patrimônio constituído por um indivíduo em um dado momento e, por ser uma fonte homogênea e reiterativa, podem nos fornecer uma visão de conjunto das unidades produtivas de uma região¹¹⁷. No entanto, as camadas mais despossuídas da sociedade sempre terão uma representatividade mínima nesse tipo de fonte, devido aos seus poucos bens e ao elevado custo para elaboração de um inventário¹¹⁸; mas, apesar disso, havia pequenos produtores que deixaram bens inventariados, como veremos adiante. Trabalhamos nesta investigação com uma amostra que engloba todos os inventários abertos nos anos pares, entre 1802 e 1834, que se referem à região do Jaguarão e tem patrimônio majoritariamente rural. Assim, tendo excluído dois autos com perfil exclusivamente “urbano” e comercial, fichamos 75 inventários, que representam 50% de todos os inventários classificados como sendo do município de Jaguarão presentes no APERS. Além desses autos, incluímos dois inventários abertos no cartório de órfãos de Pelotas e um realizado no Cartório de Órfãos de Rio Grande¹¹⁹, os quais pertenciam a proprietários de Jaguarão, chegando nossa amostra total a 78 inventários. Também fichamos alguns inventários que foram abertos nos anos ímpares, pois traziam indícios

¹¹⁶ ALADRÉN, Op. Cit., pp. 126-130.

¹¹⁷ FARINATTI, Op. cit., p. 35.

¹¹⁸ GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da terra: estrutura agrária e conflitos e fundiários na campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação (mestrado em história) – UFRGS, 2005, p. 20.

¹¹⁹ Agradeço à professora Helen Osório pela gentileza de ceder seu banco de dados de Inventários *post mortem*, no qual constam esses três autos. Além desses inventários, também foram utilizados outros 18 autos do Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão presentes nesse banco de dados, a maior parte deles dos anos 1806 e 1820. Todos os demais processos que incluem a amostra de 78 inventários desta pesquisa foram transcritos e fichados por mim.

sobre a produção do charque e sobre as perdas ocasionadas pela Guerra Cisplatina, sendo que esses autos serão citados individualmente ao longo deste trabalho.

Tomando todo o recorte temporal de nossa investigação, de 1802 a 1834, o patrimônio produtivo¹²⁰ da região distribuía-se da seguinte forma: 39% escravos, 34% animais, 25% terras e 2% equipamentos e produtos. Primeiramente, chama a atenção o elevado percentual de participação dos escravos no patrimônio produtivo. Em nenhum outro período ou região de perfil agrário semelhante, que foram consultados até o momento, os escravos sobrepujavam os animais¹²¹. Seja na campanha de Buenos Aires, seja em toda a capitania do Rio Grande de São Pedro ou somente na região de Alegrete, o padrão comum é os animais comporem a maior parcela dos bens produtivos rurais. Porém, como veremos adiante, esse padrão repete-se na região em questão na maior parte do tempo, não ocorrendo somente entre 1812 e 1820. No que tange à disseminação da mão de obra escrava nos inventários da amostra, encontramos uma frequência de 95% de inventários com escravos, percentual muito próximo ao encontrado por Aladrén em sua pesquisa – 92,5%. Tudo leva a crer que estamos diante de uma sociedade acentuadamente escravista e suficientemente capitalizada para investir na mão de obra cativa. Por esse motivo, analisaremos em um capítulo a parte o trabalho escravo nesta fronteira.

Quanto à participação das terras no patrimônio produtivo, o seu baixo percentual tem ligação com o reduzido valor dos bens de raiz naquele momento, o que pode ser explicado pela grande disponibilidade de terras naquela área de colonização recente e pelos riscos que envolviam possuir campos em uma área de fronteira aberta. Nas duas primeiras décadas do século XIX, em vista da indefinição metropolitana em relação àquelas terras, houve uma grande quantidade de indivíduos que ocuparam de modo informal aqueles terrenos. Por todas essas razões, havia apenas 60% de produtores com terras arroladas em seus inventários naquela região, sendo que três destes não tiveram suas terras avaliadas, e em um caso a estância do casal não possuía título. Desse modo, é necessário levar em conta que uma parcela significativa desses terrenos registrados

¹²⁰ O patrimônio produtivo incluía o valor dos animais, terras, benfeitorias, instrumentos, equipamentos, culturas, produtos pecuários e escravos avaliados.

¹²¹ GARAVAGLIA *Pastores e labradores de Buenos Aires. Una historia de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1999, p. 127; OSÓRIO, Op. Cit., p. 71; GARCIA, Graciela Bonassa. Op. Cit., p. 24.

nos autos não devia corresponder à propriedade formal da terra, resultando, certamente, em um percentual ainda menor de proprietários desse tipo de bem imóvel.

Analisando o momento inicial de ocupação das terras de Alegrete, Graciela Garcia também encontrou um baixo percentual das terras na composição do patrimônio produtivo daquela região, bem como uma grande quantidade de produtores “sem terra”, fenômeno que a autora atribuiu às diversas possibilidades de ocupação informal daqueles campos¹²². Em relação à Jaguarão, o fato de 40% dos produtores não ter terras arroladas dentre os seus bens inventariados parece que não foi um impeditivo para que esses indivíduos estabelecessem suas unidades produtivas naquela fronteira. Um indicativo desse fenômeno eram as constantes reclamações das autoridades militares em relação ao abundante número de “intrusos” que tinham se estabelecido naquelas terras com seus animais, arranchamentos e demais benfeitorias¹²³. Acreditamos que parte desses “intrusos” tenha conseguido permanecer por mais tempo naqueles campos e tenham contribuído para que houvesse esse considerável percentual de produtores “sem terra” em Jaguarão. Cabe comentar que uma parcela desses produtores “sem terra” declarou que vivia a favor em terras alheias (14% da amostra), sendo que oito deles viviam a favor em terras de seus pais, três a favor em terras de pessoas de fora da família e dois eram agregados a algum proprietário de terra. Desse modo, percebemos que havia diversas possibilidades de acesso à terra nessa região na primeira metade do século XIX. Porém, muitos tinham um acesso precário à terra, estando sob o risco constante de expulsão daqueles campos.

A maioria desses campos inventariados estavam localizados entre a costa do rio Jaguarão e os arredores do Arroio Grande; uma parte menor dessas terras situava-se entre o Erval e o rio Piratini (ver anexo 2). Porém, havia três casos de proprietários de terras em Jaguarão que possuíam também terras na “Cisplatina”, além de um caso em que o único bem de raiz do falecido era um campo “no outro lado do Jaguarão”. Para os criadores daquela fronteira o investimento em terras na Banda Oriental era uma necessidade devido ao caráter extensivo da pecuária que se praticava. Além disso, a posse de terras nos “dois lados” do Jaguarão possibilitava aos criadores diminuir os efeitos nocivos das guerras, pois, quando o conflito estourava de um lado, podiam

¹²² GARCIA, Op. Cit., pp. 22-26.

¹²³ Esse fenômeno pode ser observado na correspondência do comandante militar da Fronteira de Rio Grande, Cel. Manuel Marques de Souza, entre 1801 e 1809 - AHRM, Fundo Autoridades Militares, Anos 1801-1809, Maços 1 a 14.

manejar os seus rebanhos para o outro¹²⁴. Apesar de falarmos em “investimento” nessas terras, não sabemos qual foi a sua forma de obtenção, mas algumas, possivelmente, tenham sido obtidas por apropriação simples sem que houvesse qualquer custo.

2.1 Análise do patrimônio produtivo por subperíodos

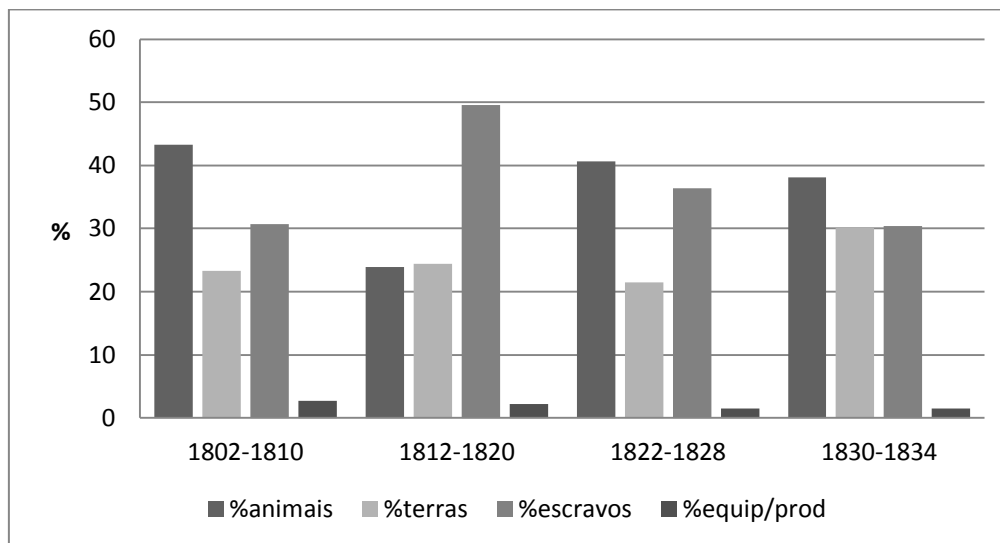
Para termos uma melhor noção sobre a estruturação produtiva dessa região e podermos analisar como a situação de fronteira incidiu sobre ela, convém periodizar a nossa análise. Devido aos muitos conflitos bélicos que ocorreram naquela fronteira nas primeiras décadas do século XIX, torna-se difícil dividir a análise da estrutura produtiva dessa região em poucos subperíodos com o mesmo número de anos. Desse modo, considerando as diferentes conjuntas de guerra e paz e, ao mesmo tempo, levando em conta a quantidade de inventários da amostra para cada ano, definimos quatro subperíodos de análise: um primeiro, formativo e de paz (1802-1810), para o qual temos 11 inventários; um segundo subperíodo (1812-1820), no qual ocorrem as intervenções na Banda Oriental, e para o qual contamos com 29 inventários; o terceiro subperíodo (1822-1828) é de breve paz e eclosão da Guerra Cisplatina, e para esses anos temos 14 inventários; o quarto e último subperíodo (1830-1834) é um momento de recuperação econômica e estabilização da região, para o qual contamos com 24 inventários.

Helen Osório observou que nos períodos de guerra, em virtude da instabilidade das possessões portuguesas, os bens semoventes sobrepujavam em valor as terras e suas benfeitorias. Já nos anos de paz, a autora observou que havia uma elevação na participação dos bens imóveis no valor total dos meios de produção¹²⁵. Veremos até que ponto essa perspectiva se aplica ao nosso objeto de estudo.

¹²⁴ FARINATTI, Op. Cit., pp. 84-85.

¹²⁵ OSÓRIO. *O Império Português...* Op. Cit., pp. 67-70.

Gráfico 2 - Participação dos bens de produção (%) no patrimônio produtivo total, por subperíodos.



Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

No subperíodo entre 1802 e 1810, apesar de tratar-se de uma década relativamente pacífica, o percentual das terras no patrimônio produtivo encontra-se abaixo dos dois bens semoventes de maior valor, como podemos ver no gráfico 2. Além do seu baixo valor nesse momento, outro fator que pode explicar essa reduzida participação das terras nos bens produtivos é o fato de haver 45% de produtores “sem terra” nas duas primeiras décadas do século XIX, sendo que, após 1822, esse índice cai para 32%. Desse modo, também no segundo subperíodo (1812-1820), as terras apresentam um percentual reduzido. Nessa década, na qual ocorrem as duas intervenções dos exércitos luso-brasileiros na Banda Oriental, observamos que apenas um dos bens semoventes, os escravos, teve uma notável alta. No entanto, não foi o seu valor médio nem o número médio de escravos por inventário que aumentou; pelo contrário, esses índices tiveram uma sensível redução nesse subperíodo. Então, como explicar esse elevado crescimento da participação dos escravos nos bens produtivos? A resposta possivelmente encontra-se na acentuada queda do número médio de reses por inventário, ou seja, do primeiro para o segundo subperíodo essa média sofreu uma queda de 68,5%. Nesse ponto, vemos o impacto das guerras sobre o patrimônio pecuário dos indivíduos daquela região, uma vez que o abastecimento das tropas em campanha se dava, muitas vezes, às expensas dos criadores da fronteira. Além disso, cabe comentar que nesse subperíodo há o maior percentual de reses xucas na composição do rebanho vacum, as quais possuíam o menor valor dentre todas as reses,

fato que pode ter contribuído para queda do montante total destinado aos animais nesse momento. É bem provável que boa parte desse gado xucro tenha sido tomado dos campos espanhóis por ocasião da segunda intervenção na Banda Oriental; porém, esse é um processo que se acentuou, como veremos adiante, mais ao final desse período, tendo reflexos mais claros no subperíodo entre 1822 e 1828. Não é sem motivo, portanto, que no terceiro subperíodo os animais tenham voltado a ocupar a primeira posição dentre os bens produtivos, vindo em seguida os escravos. Podemos observar também uma nítida queda no percentual das terras, em decorrência, pelo que tudo indica, da Guerra Cisplatina, ocorrida entre 1825 e 1828. Assim, nesse subperíodo se expressa de forma mais clara as características de uma conjuntura de guerra esboçadas por Osório, ou seja, os bens semoventes se elevaram, enquanto os bens imóveis sofreram redução.

Contudo, a análise quantitativa realizada até aqui não nos dá a dimensão exata do impacto que a Guerra Cisplatina gerou sobre a estrutura agrária da região de Jaguarão. Em “*Origens de Jaguarão*”, Franco chega a descrever em tom dramático as consequências dessa guerra para aquela região:

“Os campos de Jaguarão, de Erval e de Arroio Grande se viram talados pelas incursões predatórias, as estâncias saqueadas, o comércio paralisado. Era o desastre a aniquilar uma comunidade que se iniciara sob ridentes esperanças¹²⁶”.

Esse mesmo autor relata a ocupação do pequeno povoado do Serrito do Jaguarão por parte das tropas das Províncias Unidas, no início de 1828, fato que levou à interrupção dos registros paroquiais daquela freguesia nesse ano.

Encontramos, em alguns inventários abertos entre 1827 e 1828, referências explícitas aos desfalques que os inventariados sofreram por parte dos “insurgentes”. Em um desses casos, Francisco do Canto, inventariante de sua falecida esposa, declarou que parte de seus bens foram consumidos e roubados pelos inimigos, quando invadiram a província e foram a sua estância¹²⁷. Dentre esses bens perdidos estão 800 reses, além de 2 escravos que fugiram “para a pátria”, uma possível referência aos escravos que incorporaram às tropas das Províncias Unidas. Em outro caso, a maior parte do rebanho declarado quando o inventário foi aberto em 1827, já não existia no momento da avaliação dos bens em 1831, pois, segundo a inventariante, tinham sido roubados pelos

¹²⁶ FRANCO, Op. Cit., p. 108.

¹²⁷ Inventário de Maria Antunes do Canto. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, auto nº 82, cx. 28, estante 149A, 1827.

“insurgentes”. E também um dos escravos dessa propriedade fugiu para a Banda Oriental nesse intervalo de tempo.

O caso de João Teixeira de Melo, um dos mais ricos estancieiros de Jaguarão, falecido em meados de 1825, mas que somente teve seu inventário aberto em 1827, mostra bem como o contexto bélico afetou o patrimônio dos produtores daquela fronteira. Um dos herdeiros de João Teixeira de Melo protestou contra a demora por parte da viúva em declarar os bens do falecido, argumentando que nesses dois anos que se passaram desde a morte do inventariado:

"... a fazenda foi desfalcada em animais, escravos e móveis (...) não só pela falta de arrecadação que havia a fazer do outro lado em Campos da Província Sisplatina de animais pertencentes ao falecido seu sogro (...) como pela invasão do Inimigo quando invadiram as nossas Fronteiras no que a fizeram também na casa e fazenda da suplicada. Como amostra de tais prejuízos foi sem a menor dúvida a suplicada deixando de dar os bens a inventário para se dar a partilha...¹²⁸".

Em resposta, a viúva do inventariado declarou que foi por causa da guerra que estava em curso e por existirem bens na “Fronteira do Jaguarão, e parte na Província Cisplatina” que ela não pôde concluir o inventário.

Fica evidente nas declarações do genro do falecido a importância de aqueles indivíduos levarem em conta, sobretudo em tempos de guerra, a condição fronteiriça daquela região, manejando seus rebanhos para terras mais seguras. As suas declarações, juntamente com as citadas anteriormente, mostram claramente que os conflitos da Guerra Cisplatina adentraram os campos da fronteira do Jaguarão. É bem possível que a insegurança daquela fronteira nesse contexto de guerra tenha impedido a viúva de João Teixeira de Melo de declarar os bens do seu casal, tal como se pode depreender da sua declaração.

Além desses indícios apontados acima, outro indicativo do impacto que a Guerra Cisplatina causou na região é a drástica redução na quantidade de inventários nos anos da guerra, ou seja, na amostra utilizada nesta pesquisa há apenas 6 inventários para o intervalo entre 1826 e 1828. Já no ano de 1830 esse número sobe para 12 inventários.

¹²⁸ Inventário de João Teixeira de Melo. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, cx. 28, estante 149A, 1827.

A incorporação da Banda Oriental ao Império do Brasil, segundo Spencer Leitman, permitiu a muitos rio-grandenses investirem em terras e gado naquele território, ao mesmo tempo em que trouxeram de lá uma enorme quantidade de animais para as suas estâncias na província do Rio Grande¹²⁹. No entanto, após a Guerra da Cisplatina, os rebanhos da província teriam diminuído, um indicativo das perdas ocasionadas pela guerra. Desse modo, Leitman argumenta que a prosperidade dos estancieiros rio-grandenses estava relacionada ao livre acesso que tinham ao gado e às pastagens da Banda Oriental¹³⁰. Ao abordar a necessidade que se impôs a esses estancieiros de restabelecerem as propriedades arruinadas com a guerra, Leitman cita o exemplo de João da Silva Tavares, juiz em Eral, o qual teve a sua estância na Banda Oriental saqueada nos anos da guerra, mas estava disposto a reorganizar a sua propriedade¹³¹. Assim, tudo nos leva a crer que a prosperidade que vinha sendo alcançada a partir da incorporação da Província Cisplatina ao Império do Brasil por parte dos proprietários da fronteira foi em parte perdida com a guerra que resultou na independência uruguaia. As perdas sofridas com essa guerra sobrepujaram largamente os benefícios obtidos, ao contrário do que ocorrera nas intervenções na Banda Oriental. Da mesma forma que nas campanhas militares anteriores, boa parte da população do Rio Grande de São Pedro sacrificou-se em favor desse esforço bélico, que visava garantir a posse da Cisplatina para o Império do Brasil. No entanto, as doações de animais, colheitas, equipamentos e homens para os combates, além do prejuízo com as constantes requisições forçadas de bens, acabaram sendo inúteis, uma vez que as tropas inimigas conseguiram invadir as fronteiras da Província em diversos pontos e realizaram saques por onde passaram¹³².

Fica, assim, evidente que a guerra consumiu importantes bens produtivos da região, principalmente reses que foram roubadas das estâncias ou simplesmente abatidas. Esse impacto negativo do conflito bélico aparece de forma sutil nos números levantados sobre o rebanho *vacum* médio, que analisaremos mais adiante, sendo que somente alguns relatos da época dimensionam com mais precisão as perdas sofridas, como podemos observar nas palavras de Antônio José Gonçalves Chaves: “Uma inundação de bárbaros percorreu uma boa parte dos nossos campos (...); nossas riquezas

¹²⁹ LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 98.

¹³⁰ Idem, pp. 100 e 101.

¹³¹ LEITMAN. Op. Cit., p. 106.

¹³² MIRANDA. Op. Cit., p. 197-223.

de campanha desapareceram em particular os gados, cujos produtos alimentavam e enriqueciam não só o Brasil, mas a todo mundo¹³³”. A narrativa deixada por Carl Seidler, mercenário alemão engajado nas tropas brasileiras, mostra claramente o desfalque sofrido por diversos proprietários da Fronteira do Jaguarão com esse conflito militar. Esse autor narra os fatos ocorridos no primeiro trimestre de 1828 da forma que segue:

“... aproximamo-nos novamente de Jaguarão e da amável Serrito, de onde era muito mais fácil prover ao abastecimento, do que do Arroio do Meio. Durante a marcha tocamos em várias fazendas isoladas e aí achamos vestígios das barbaridades praticadas pelas tropas da República. As paredes das casas estavam arrombadas, todos os móveis estilhaçados, nenhuma janela inteira (...). Nem o gado pertencente a essas casas, nem as árvores frutíferas haviam sido poupadas dessa selvageria; nem com a destruição de objetos inanimados se saciaria o furor dos argentinos: pessoas inocentes tiveram que pagar com a vida o ódio nacional remanescente, de séculos, entre esses descendentes dos espanhóis e os dos portugueses¹³⁴.”

Mas por que esses produtores que foram saqueados não conseguiram deslocar seus rebanhos para terras mais seguras, antes de serem surpreendidos pelo avanço das tropas inimigas? Talvez o veemente protesto escrito em setembro de 1827 pelo “Coronel comandante do regimento do Serro Largo”, Bento Gonçalves da Silva, ao presidente da Província possa nos dar pistas para explicar essa dificuldade encontrada por aqueles produtores da fronteira:

“Os muitos refugiados da Provincia Cysplatina (...) não querendo seguir o pérfido partido Patriotico, preferiram abandonar seus bens, e acolherse nesta parte da Fronteira para não serem profanadas suas habitações e insultadas suas famílias (...) principalmente alguns que podéram retirar parte dos seus Animais não encontram acolhimento n’alguns Fazendeiros desta, que surdos às vozes da Humanidade, (...), os correm e se negam a prestar lhes o apoio, que huma sam filantropia devia inspirar-lhes...¹³⁵”.

Nota-se, nas palavras acima, que a atitude de alguns fazendeiros das terras ao norte da Fronteira do Jaguarão, negando acolhimento a seus compatriotas, fez com que

¹³³ Idem, pp. 233-234.

¹³⁴ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 244.

¹³⁵ Carta do Coronel Bento Gonçalves da Silva ao Presidente da Província Salvador José Maciel, 05/09/1827. AHRN – FAM, Maço 104.

estes não tivessem opção, restando-lhes enfrentar a “invasão inimiga” que não tardou em ocorrer naquela fronteira.

Após a Guerra Cisplatina, conforme argumenta Márcia Eckert Miranda, teria ocorrido uma mudança na relação entre a Província e a Corte, aumentando o descontentamento da população com o centro de poder, que teria desconsiderado os pesados encargos da guerra que recaíram sobre o Rio Grande de São Pedro, alimentando, desse modo, a revolta que viria a eclodir alguns anos mais tarde¹³⁶.

Retomando a análise quantitativa dos bens produtivos, no último subperíodo (1830-1834) as terras atingem o maior percentual, um sinal da estabilização da região e da valorização da terra. Cabe frisar que esse foi o bem de produção que teve a maior valorização ao longo do século XIX, fenômeno que se acentuou na segunda metade desse século, como demonstrou Graciela Garcia¹³⁷. Além disso, algo que também favoreceu a elevação do percentual destinado às terras foi o grande aumento do número de proprietários de bens de raiz nesse momento. Já a ligeira redução na participação dos animais e escravos, tal como consta no gráfico 2, pode ter sido um reflexo ainda das consequências da Guerra Cisplatina.

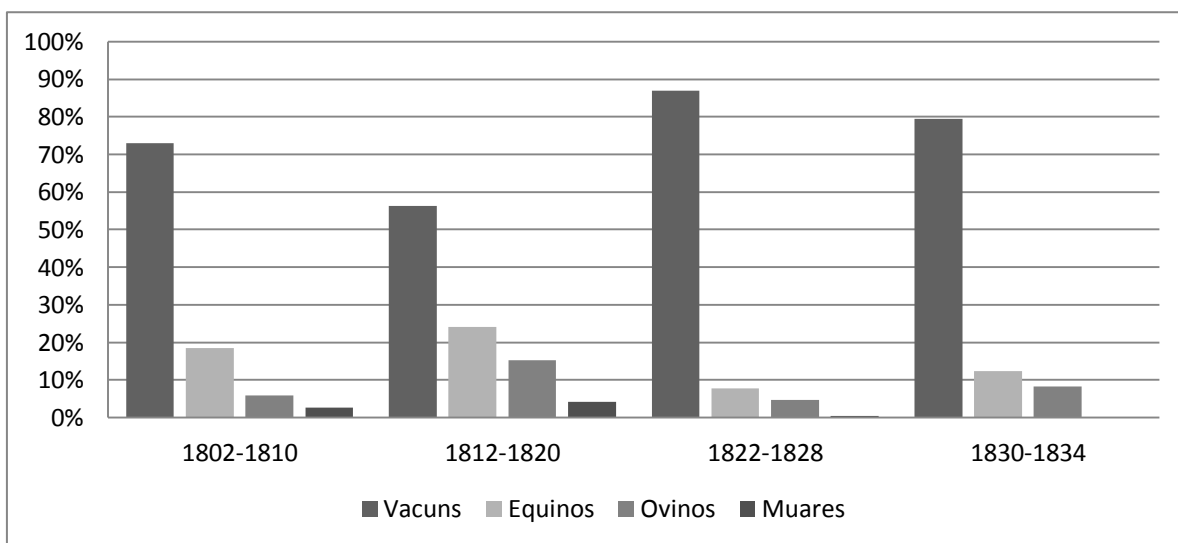
2.2 – Produção pecuária

A imagem da fronteira como uma área de criação exclusiva de gado vacum não corresponde à realidade mostrada pela composição dos rebanhos da fronteira do Jaguarão. A maior parcela do rebanho total era, de fato, constituída por vacuns: 76,3%. Porém não se pode desprezar os percentuais de equinos, ovinos e muare: 14,7%, 7,3% e 1,7% respectivamente. Analisando a composição dos rebanhos por subperíodos (gráfico 3), percebemos que nos dois primeiros há uma maior proximidade dos percentuais de equinos e ovinos com os percentuais de vacuns, em comparação com os dois últimos subperíodos, quando a participação dos vacuns nunca é inferior a 79%.

¹³⁶ MIRANDA. Op. Cit., p. 259.

¹³⁷ GARCIA, Graciela Bonassa. Op. Cit., pp. 25-29.

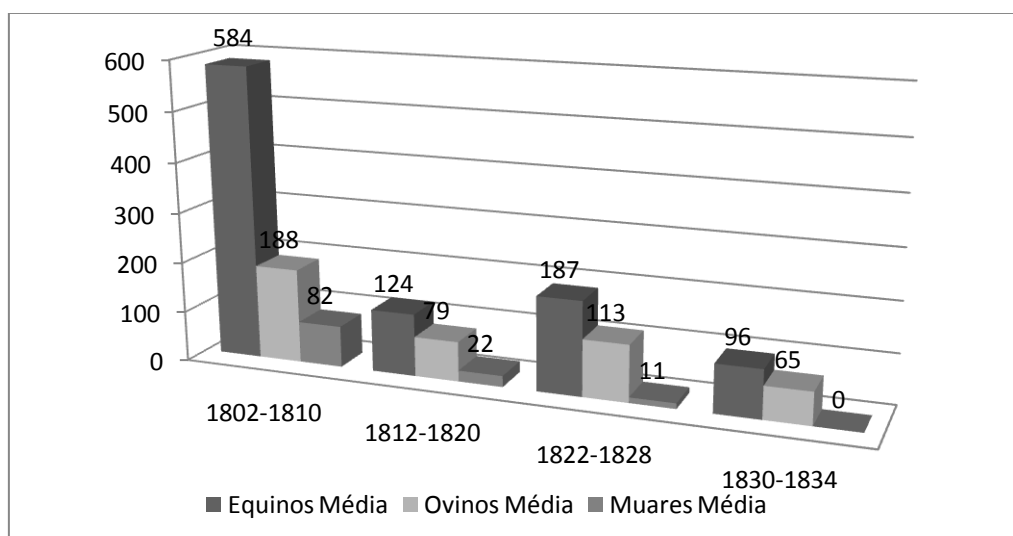
Gráfico 3 - Composição do rebanho total (%), por subperíodos.



Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

Esses dados apontam para uma maior diversidade dos rebanhos nas duas primeiras décadas do século XIX, ao passo que, nos dois últimos subperíodos, a quantidade de vacuns aumenta consideravelmente¹³⁸ e a participação dos demais animais no rebanho total vai diminuindo gradativamente, fenômeno que pode ser observado no gráfico seguinte.

Gráfico 4 – Quantidade média de equinos, ovinos e muares, por subperíodos.



Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

¹³⁸ Entre 1802 e 1820, o rebanho vacum total é de 33769 animais, enquanto entre 1822 e 1834, o rebanho vacum total sobe para 43951 animais. 78 inventários *post mortem*. APERS.

Em relação aos equinos, a queda brusca da sua média¹³⁹ no segundo subperíodo tem relação direta com as intervenções na Banda Oriental, uma vez que essas campanhas militares demandaram uma grande quantidade de animais cavалares, conforme constatamos no capítulo anterior. Esse fenômeno parece repetir-se em menores proporções no quarto subperíodo, em virtude dos já mencionados efeitos nefastos da Guerra Cisplatina. Quanto aos muares, é notável o acentuado declínio da produção desses animais. E, por fim, chama a atenção o fato de que a média de ovinos é a que sofre a menor variação ao longo do tempo. A frequência de ovinos nos inventários aumenta de 22,5% nos dois primeiros subperíodos para 50% nos dois últimos. No caso da campanha de Buenos Aires, Garavaglia constatou a presença de ovinos em 62% da sua amostra, indicando que essa frequência se relacionava não apenas ao consumo de escravos e peões, mas também com a utilização doméstica da lã, uma vez que parte da sua amostra contava com teares, pentes e tornos de fiar¹⁴⁰. Em Jaguarão, 10% dos inventários contavam com teares, 4% com roda de fiar e 3% com engenho de fiar. Relacionando esses equipamentos com a posse de ovinos nos inventários, verificamos que em 13% dos inventários existe a presença de ambos. Isso nos leva a constatar que, nessa região, também se desenvolveu uma pequena produção doméstica da lã.

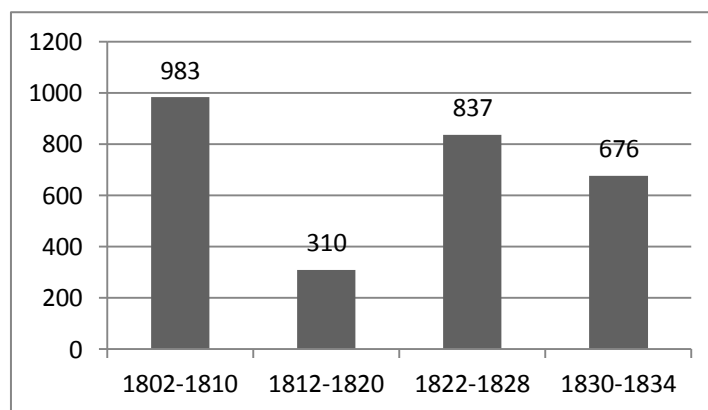
Criação de gado vacum

A produção de gado vacum como vimos nos dados do gráfico 3 foi, de fato, a mais importante na região, e inclusive a sua participação na composição dos rebanhos acentuou-se ainda mais entre 1822 e 1834. Contudo, a criação de vacuns ressentiu-se das conjunturas de guerra que atingiram aquela fronteira, como fica evidente a partir da análise das oscilações da média de vacuns por proprietário ao longo dos períodos de paz e guerra, conforme mostra a representação gráfica abaixo¹⁴¹.

¹³⁹ Caso descontássemos os animais cavалares do maior proprietário do primeiro subperíodo – José Vieira da Cunha, a média de 584 equinos por proprietário cairia para 355, reduzindo a distância entre as médias do primeiro e do segundo subperíodo de análise.

¹⁴⁰ GARAVAGLIA, Op. Cit., p. 136.

¹⁴¹ Foram excluídos, do cálculo da média de rebanho vacum por proprietário, os dois inventários que contam com mais de 15000 vacuns, autos n. 9 (1810) e n. 76 (1824), por contarem com rebanhos muito superiores a todos os demais. Se esses autos fossem incluídos gerariam uma acentuada distorção nas médias de seus respectivos períodos.

Gráfico 5 – Rebanho Vacum médio, por subperíodos.

Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

Pode-se perceber que, apesar de a criação de vacuns aumentar a sua predominância ao longo do tempo, o desenvolvimento dessa produção não pôde se dar de forma linear, pelos motivos já apresentados. Também é possível perceber, a partir do gráfico acima, o quanto os efeitos das guerras continuam tendo reflexos nos inventários dos subperíodos posteriores, de modo que a média de vacuns do terceiro subperíodo reflete os acréscimos de gado com a 2ª Intervenção na Banda Oriental e a média do quarto subperíodo reflete ainda as perdas com a Guerra Cisplatina.

O abastecimento das charqueadas

A questão sobre qual era a destinação da produção de vacuns de Jaguarão é de suma importância para entendermos o desenvolvimento dessa produção. A ascensão do comércio do charque¹⁴² e a demanda crescente de gado vacum nas charqueadas foi, provavelmente, o fator que levou os produtores da região a se dedicarem cada vez mais à produção de reses para o abate naqueles estabelecimentos. Existiram pelo menos quatro charqueadas na região do Jaguarão entre 1802 e 1834, sendo que a primeira delas veio à falência antes de 1819¹⁴³. Duas destas charqueadas pertenciam ao capitão de milícias José Vieira da Cunha, dono da segunda maior fortuna inventariada naquela fronteira¹⁴⁴. Além disso, Vieira da Cunha era detentor do maior plantel de escravos da

¹⁴² OSÓRIO, Op. Cit., p. 195.

¹⁴³ Segundo Sérgio da Costa Franco, José Pereira da Fonseca teria sido o fundador da primeira charqueada de Jaguarão; porém, o autor não indica a data da fundação desse estabelecimento. Ver FRANCO, Op. Cit., p. 40.

¹⁴⁴ Inventário de José Vieira da Cunha. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, auto nº 9, cx. 23, estante 149A, 1810.

amostra, 68 cativos, sendo que boa parte destes devia trabalhar na produção do charque. Dentre o seu imenso rebanho, 15000 animais são designados como “reses de rodeio de charqueada”, o que nos dá uma dimensão da quantidade de gado vacum que era destinado às charqueadas desse indivíduo.

A outra charqueada que consta nos inventários da região pertenceu a Ana Maria da Conceição e a João Baptista Gomes¹⁴⁵. Este estabelecimento localizava-se próximo ao “Porto de Embarque”, no povoado do Serrito. Esses proprietários também possuíam um plantel de escravos considerável: 37 cativos. É interessante que nesse inventário consta uma quantidade expressiva de foices de trigo, além de uma atafona, o que nos leva a supor que esses escravos se dedicavam à produção do charque e às lavouras de trigo.

Analisando os inventários de Jaguarão, do intervalo entre 1845 e 1855, Paulo Moreira encontrou três registros de atividade de charqueada. Além disso, o autor comenta que chegaram a existir nove charqueadas em Jaguarão em 1854, segundo informações da Câmara daquela vila. Apesar de, um ano depois, duas charqueadas serem fechadas, o número total de reses abatidas passou de 35163 para 41697 em 1855¹⁴⁶. Esse total de animais abatidos indica que os poucos estabelecimentos destinados à produção de charque daquela localidade consumiam uma quantidade expressiva de reses, drenando, desse modo, uma parcela considerável do rebanho vacum daquele espaço fronteiro. Infelizmente, não contamos com fontes que nos deem o total de reses destinadas às charqueadas de Jaguarão nas três primeiras décadas do século XIX. Por outro lado, sabemos que parte da produção de gado dessa região abastecia as charqueadas de Pelotas. Jonas Vargas verificou em seu estudo sobre a elite charqueadora pelotense no século XIX que 33% dos charqueadores da sua amostra possuíam também estâncias, as quais estavam localizadas, na sua maioria, na área de fronteira entre Jaguarão e Bagé, no extremo sul do Rio Grande de São Pedro, e Cerro Largo e Tacuarembó, no norte do Uruguai. Para o caso de Jaguarão, Vargas contabilizou 14 propriedades de charqueadores pelotenses; no entanto, quase a totalidade desses registros encontrados pelo autor pertence à segunda metade do século

¹⁴⁵ Inventário de Ana Maria da Conceição. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, auto nº 36, cx. 25, estante 149A, 1816.

¹⁴⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Fragmentos de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteira (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX)* In: *Escravidão, mestiçagens, Populações e Identidades Culturais* ed.SP / BH / V. Conquista : ANNABLUME / PPGH UFMG / Edições UESB, 2010, p. 115-138.

XIX. De acordo com o autor, a relativa proximidade com Pelotas, em comparação com outras regiões, fez com que as estâncias dessa área da fronteira fossem o alvo preferencial do investimento dos charqueadores. Porém, o rebanho de suas estâncias na fronteira não chegava a suprir nem uma pequena parcela da elevada demanda de carne das suas charqueadas. Vargas argumenta que esse investimento em terras na fronteira, a despeito dos riscos de saques, fazia parte de uma estratégia mais ampla de obtenção do gado dessas regiões. Possuindo propriedades na fronteira, esses charqueadores estabeleciam-se como grandes compradores de rebanhos das estâncias vizinhas por intermédio de seus filhos ou de outros parentes, os quais eram colocados como administradores das suas propriedades rurais¹⁴⁷. Em outras palavras, “...a estância parecia funcionar como uma base estratégica do charqueador e de seus agentes fornecedores de gado¹⁴⁸”.

Em relação às primeiras décadas do século XIX, encontramos um caso de proprietário de charqueada em Pelotas que detinha terras em Jaguarão. O inventário dos bens do casal Damazio Vergara e Ana Bernarda de Bitencourt foi aberto em 1825, quando faleceu Ana Bernarda, e traz um detalhamento na descrição dos bens que é raro de ser encontrado em outros documentos do mesmo tipo, sendo que os bens de Pelotas e Jaguarão foram descritos de forma separada no processo¹⁴⁹. Desse modo, foi possível identificar que todos os bens relacionados à produção do charque encontravam-se em Pelotas, e todos os bens relacionados à produção pecuária estavam em Jaguarão. Na charqueada do casal em Pelotas, havia um galpão de charque, quatro ranchos, duas casas, um iate e 21 escravos, dentre os quais havia três “carneadores”, dois “salgadores” e dois “marinheiros”, ou seja, escravos com ocupações relacionadas à produção do charque. Em Jaguarão, o casal possuía duas estâncias próximas ao “povoado do Serrito”, nas quais havia um modesto rebanho vacuum com 894 “reses”, além de 24 bois mansos, 956 ovelhas e algumas dezenas de equinos. Além dos animais, nas propriedades de Jaguarão havia 21 escravos, dentre os quais havia 2 “campeiros”. Através de uma petição, Damazio Vergara declarou que desejava ficar com os bens de Pelotas, onde residia, especialmente com o estabelecimento de charqueada, juntamente com os escravos charqueadores, o iate e os escravos marinheiros, que realizavam “o

¹⁴⁷ VARGAS. Op. Cit., pp. 290-303.

¹⁴⁸ VARGAS. Op. Cit., p. 302.

¹⁴⁹ Inventário de Ana Bernarda de Bitencourt. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, cx. 27, estante 149A, 1825.

tráfico da charqueada”. Essa petição do inventariante indica que, provavelmente, fosse o próprio Damazio Vergara quem administrava a charqueada. Por outro lado, é razoável pensar que os bens de Jaguarão fossem administrados por sua mulher e pelos seus filhos, pois Ana Bernarda declarou em seu testamento, feito em 1824, que residia na freguesia do “Espírito Santo do Serrito do Jaguarão”, e um dos filhos do casal, que faleceu em Jaguarão no ano de 1820, vivia como agregado nas terras de seus pais. Além disso, Damazio Vergara declarou em sua petição que deixava aos seus herdeiros os bens que estavam em Jaguarão, o que acabou se confirmando na partilha.

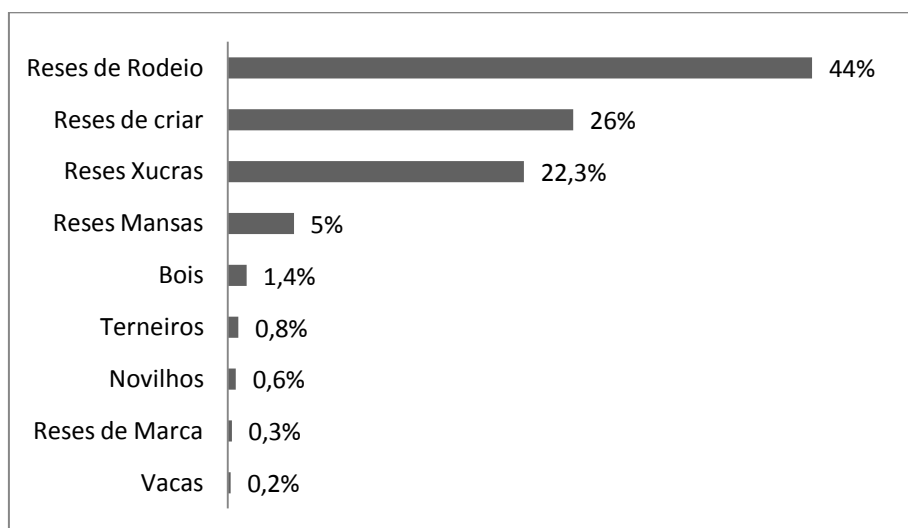
Esse caso apresentado acima lança algumas luzes sobre como podia ocorrer a vinculação das estâncias de Jaguarão com as charqueadas pelotenses, nas primeiras décadas do século XIX. Como vimos, as estâncias da família de Damazio Vergara possuíam um rebanho vacum de médio porte, que certamente não abastecia plenamente a charqueada do casal. Era necessário, portanto, a obtenção de reses por outras formas, o que devia ser feito pelos herdeiros do casal radicados naquela região. Assim, nesse caso da família Vergara, parece haver também uma estratégia de obtenção de gado da fronteira através das redes de parentesco, tal como observou Jonas Vargas para meados do século XIX, ocorrendo a inserção dos filhos do charqueador naquela região fronteiriça. Estes, além de produzirem reses para serem enviadas para a charqueada de seu pai, poderiam negociar com os criadores vizinhos a compra do gado a ser remetido a Pelotas. Também não se pode esquecer o contexto de anexação da Banda Oriental no início da década de 1820, que abriu caminho para os criadores brasileiros arrebanharem uma grande quantidade de reses daqueles campos, no que pode ter participado Damazio Vergara através de seus “agentes fornecedores” daquela fronteira.

Não dispomos de dados suficientes que nos permitam concluir qual era o destino principal das reses criadas nas estâncias de Jaguarão - se eram as Charqueadas de Pelotas, se eram as charqueadas de Jaguarão, ou se era a venda de gado vacum em pé para consumo da população geral. Se considerarmos a grande envergadura da produção do charque em Pelotas no século XIX, podemos imaginar que esse era o destino principal dos rebanhos vacuns daquela fronteira. De qualquer modo, o que importa destacar é que o desenvolvimento da indústria do charque certamente afetou o perfil da produção pecuária em Jaguarão, servindo de estímulo aos criadores da fronteira, que passaram a se dedicar cada vez mais a produção do gado vacum.

Composição do rebanho vacum

Feitas essas considerações sobre o peso da economia do charque sobre a produção pecuária de Jaguarão, vejamos agora como se dividia o rebanho vacum dessa região (gráfico 6).

Gráfico 6 – Composição (%) do rebanho vacum, 1802-1834.



Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

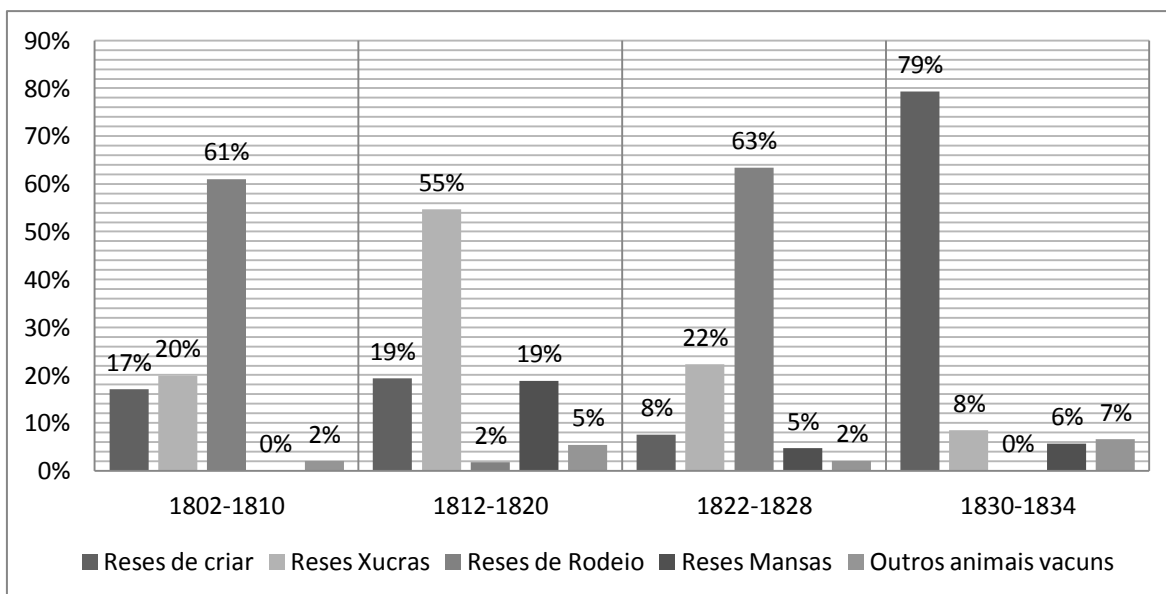
As reses de rodeio, apesar do seu elevado percentual no gráfico acima, aparecem em apenas 6,4 % dos inventários; todavia, são nesses autos que estão as “reses de rodeio” de José Vieira da Cunha e Manoel Amaro da Silveira, os dois maiores criadores da região, com rebanhos superiores a 15000 animais. Já as reses de criar, apesar de não comporem a maior parte do rebanho vacum, são as mais frequentes nos inventários, estando presentes em 45% da amostra. Merece também destaque o reduzido percentual de reses mansas, principalmente se comparado com os índices de toda a capitania no colonial tardio, quando o percentual dessas reses jamais chegou a ser inferior a 10%¹⁵⁰.

Embora não haja consenso na historiografia quanto ao significado das denominações dadas às reses (de criar, de rodeio, xucra, etc.), sabendo-se apenas que tais denominações correspondiam a diferentes graus de domesticação do rebanho, a análise das variações da composição do rebanho vacum ao longo dos subperíodos pode nos dar pistas valiosas sobre as arreadas de gado da Banda Oriental e sobre o desenvolvimento da atividade criatória nas estâncias locais (gráfico 7). Para efeitos

¹⁵⁰ OSÓRIO. Op. Cit., p. 139.

práticos, agrupamos nessa análise os animais com uma participação ínfima – bois, terneiros, novilhos, reses de marca e vacas – sob a designação “outros animais vacuns”, como se pode observar no gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Composição (%) do rebanho vacum, por subperíodos.



Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

Primeiramente, no intervalo entre 1802 e 1810, encontra-se o menor índice de reses mansas. Nesse subperíodo, ainda estavam se estabelecendo as primeiras estâncias da região e a atividade pecuária começava a se desenvolver, o que pode explicar a completa ausência de gado totalmente domesticado nessa década. Pode também ter contribuído para esse percentual nulo o apresamento do gado selvagem daqueles campos, fato ocorrido nas últimas décadas do século XVIII e que provavelmente repercutiu no patrimônio inventariado na primeira década do século XIX. Já no intervalo entre 1812 e 1820 encontramos o maior percentual de reses mansas, o que demonstra o desenvolvimento da atividade criatória em Jaguarão, especialmente uma maior diligência na tarefa de domesticação do gado. Por outro lado, é no segundo subperíodo que há o maior percentual de reses xucras, as quais podiam ser compostas por animais completamente bravios e também por animais com um pequeno grau de domesticação, pois, de acordo com Farinatti, ao gado xucro era aplicado o mínimo de manejo necessário para que esses animais não se extrviassem ou voltassem a ser bravios, por isso, para o autor, o termo “xucro” não pode ser equiparado exatamente a

“gado não domesticado”¹⁵¹. De qualquer modo, podemos supor que boa parte dessas “reses xucras” tenham sido tomadas dos campos da Banda Oriental, pois o subperíodo entre 1812 e 1820 foi um momento propício para as arreadas e roubos de gado. Tal fenômeno ocorreu mais intensamente durante a segunda intervenção na Banda Oriental (1816-1820), a ponto de o comandante da fronteira de Rio Grande relatar ao governador da capitania, em mais de uma ocasião, a respeito dos excessos que se estavam cometendo por parte dos luso-brasileiros no saque de gado proveniente daqueles campos¹⁵². O comandante chegou a listar 13 indivíduos que arremataram o gado confiscado pelas autoridades portuguesas, sendo que pelo menos três deles eram radicados em Jaguarão. Além disso, boa parte desses animais foram introduzidos nos domínios portugueses através do rio Jaguarão, o que nos permite supor que parte significativa dessas reses tenha permanecido nas estâncias dessa região, gerando esse crescimento do rebanho xucro na segunda década do século XIX.

No subperíodo entre 1830 e 1834, destaca-se o elevado percentual de “reses de criar” – 79%. Essas reses podem ser consideradas aquelas que foram paridas e criadas na própria estância, sendo, em geral, os animais que eram encaminhados às charqueadas¹⁵³. Apesar de possuírem preços médios semelhantes ao do gado xucro¹⁵⁴, é mais razoável considerar as reses de criar como animais em um estágio intermediário de domesticação, sendo os dois extremos ocupados pelas reses xucras sem nenhum manejo por parte dos criadores e as reses mansas completamente domesticadas. Se lembrarmos que o último subperíodo dessa análise é um momento de recuperação e estabilização da região, podemos considerar esse alto índice de reses de criar como um indicativo do desenvolvimento da atividade criatória e da consolidação de estâncias estáveis na região.

2.3 Agricultura

A grande relevância da produção pecuária nessa região de fronteira não significa ausência de atividade agrícola nesses campos. Em relação à prática da agricultura nos campos rio-grandenses, Paulo Zarth pôde verificar, a partir da análise de indícios de

¹⁵¹ FARINATTI, Op. Cit., p. 295.

¹⁵² FRANCO, Op. Cit., pp. 84-86.

¹⁵³ FARINATTI, Op. Cit., p. 128. (nota 248)

¹⁵⁴ O valor de ambos os tipos de reses (de criar e xucra) variou, ao longo do tempo, entre 2\$000 e 3\$200 réis.

atividade agrícola encontrados nos inventários, especialmente a partir da presença de escravos roceiros e de instrumentos agrícolas, que havia produção agrícola nas estâncias sulinas¹⁵⁵, ou seja, nessas propriedades que eram consideradas unidades de produção exclusiva de gado, desenvolvia-se também a agricultura. A disseminação da agricultura pelos campos da capitania também foi verificada por Helen Osório, constatando que era comum haver a prática agrícola nas unidades produtivas onde se criava gado¹⁵⁶. A esse respeito, Garavaglia argumentou que pecuária e agricultura não eram atividades opostas, mas sim complementares, uma vez que, nos campos de Buenos Aires, juntamente com a atividade pecuária desenvolvia-se uma produção considerável de cereais, com destaque para a produção trigueira¹⁵⁷. Assim, como podemos ver, a visão que colocava em oposição pecuária e agricultura, nesse espaço platino, foi superada pela historiografia recente.

A extensa região da “fronteira de Rio Grande”, no final do século XVIII, era uma das mais importantes áreas agrícolas da capitania, pois essa região detinha o maior percentual de bois mansos, os quais eram utilizados nas tarefas agrícolas, e o maior percentual de trigo produzido na capitania¹⁵⁸. Em relação às terras mais meridionais dessa área da fronteira, o governador da capitania, Paulo Gama, chega a sugerir que elas fossem divididas em datas de terras, a fim de serem utilizadas para a produção agrícola:

“... Assim fosse possível dividirem-se já em datas semelhantes todas essas terras da costa do sobredito Jaguarão e outras iguais próprias para a agricultura pela a sua pasmosa fertilidade: mas sobre estas terras que são das conquistadas na próxima passada guerra, ainda Vossa Alteza Real se não dignou resolver coisa alguma...”¹⁵⁹.

Pelas palavras do governador, percebe-se que as terras da costa do Jaguarão eram ideais para a prática agrícola. Quanto à proposta do governador em relação à distribuição daquelas terras, havia muitos obstáculos para a sua execução, sendo que o governo de Paulo Gama chegou ao fim sem que ele pudesse pôr em prática essa medida.

Há também outro relato que nos dá uma noção a respeito da qualidade daquelas terras da fronteira do Jaguarão e da prática agrícola naqueles campos. O bispo Dom José

¹⁵⁵ ZARTH. Op. Cit., p. 114.

¹⁵⁶ OSÓRIO, Op. Cit., p. 104.

¹⁵⁷ GARAVAGLIA, Op. Cit., pp. 176-181.

¹⁵⁸ OSÓRIO, Op. Cit., p. 128.

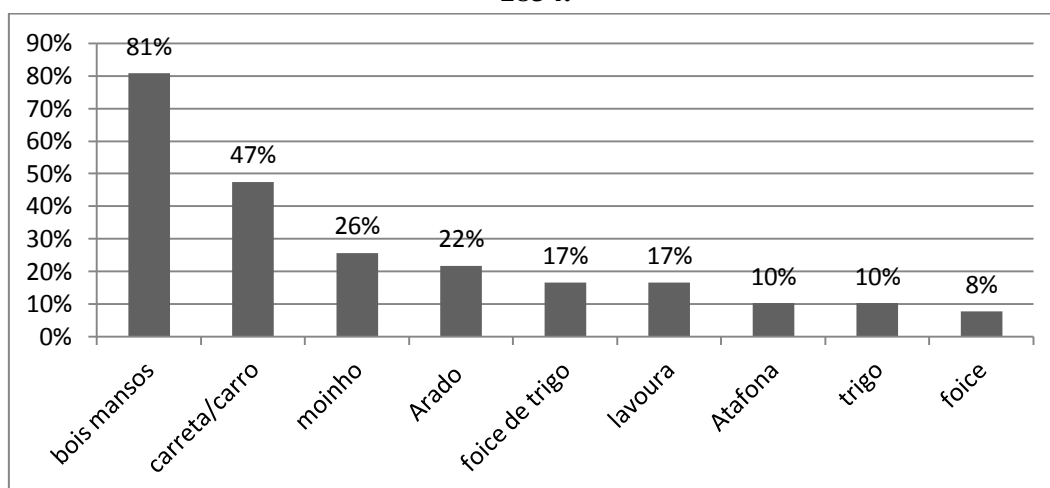
¹⁵⁹ Ofício de Paulo Gama ao Rei D. João VI, 16/10/1806. In: Rio Grande do Sul. Instituto Histórico e Geográfico. Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama 1808/ Coord. Márcia Eckert Miranda, Liana Bach Martins – Porto Alegre: CORAG, 2008, p. 94 e 95.

Caetano da Silva Coutinho passou por essas terras, quando estava percorrendo as freguesias mais meridionais da sua diocese no ano de 1815, e deixou o seguinte relato:

“Do arraial do Piratini a este do Jaguarão são 28 léguas (...). As primeiras dez léguas são por um terreno montuoso e quase despovoado (...). Nas três léguas seguintes, já o terreno é mais aplainado, mais verde e mais ameno. Assim continua pelas dez léguas seguintes em que se passam os rios do Chasqueiro e o Arroio Grande, o país mais lindo e povoado e *cultivado* que se encontra (...). finalmente, as últimas cinco léguas, vão cada vez os campos a ser menos dobrados e mais lisos, até que duas léguas antes de chegar se goza o espetáculo mais soberbo de horizonte de terra que eu tenho visto em minha vida¹⁶⁰.” (grifo meu)

Além dessas referências mais gerais em relação à prática da agricultura naquela fronteira, encontramos diversos indícios de atividade agrícola nos inventários de nossa amostra (gráfico 8).

Gráfico 8 - Frequência (%) de meios de produção agrícolas nos inventários, 1802 - 1834.



Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

A grande maioria das unidades produtivas possuía bois mansos, os quais podiam ser utilizados ou no transporte de bens agrícolas ou como animal de tração para arados e atafonas. Boa parte desses bois devia ser utilizada no transporte da produção, uma vez que quase metade das unidades produtivas possuía também carretas e carros. Os arados, as foices de trigo e as atafonas, instrumentos que indicam a produção do trigo, apareciam em um menor número de unidades produtivas; porém, juntamente ao

¹⁶⁰ Dom José Caetano da Silva Coutinho Apud SOARES, Eduardo Alvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa (org.) *Olhares sobre Jaguarão* – Porto Alegre: Evangraf, 2010, p.14.

percentual de trigo armazenado, deixam evidente a prática do cultivo do trigo naquelas terras. Dessa forma, os moinhos apontados no gráfico provavelmente eram destinados à moenda do trigo que era produzido nessas propriedades agrícolas. Por fim, surpreendemos a ausência de equipamentos destinados ao preparo da farinha de mandioca, algo comum nas demais regiões no período colonial¹⁶¹.

Convém esclarecer que esses indícios apontados acima são indicadores mínimos da prática agrícola, uma vez que somente eram inventariados instrumentos com lâminas ou pontas de metal, além de serem excluídos da avaliação os instrumentos mais velhos, por causa do seu baixo valor¹⁶². Também cabe esclarecer que os inventários registram de forma esporádica as culturas, como é o caso do trigo armazenado, em função da sazonalidade dos cultivos e do momento da realização do inventário. Assim, certamente havia uma disseminação da agricultura naquela região maior do que a esboçada por esses poucos indícios apontados acima. De qualquer maneira, a partir dos dados apresentados no gráfico 8, podemos constatar que havia uma produção de alimentos em Jaguarão; porém, os dados dos inventários não nos permitem saber se essa produção destinava-se mais ao abastecimento interno das unidades produtivas ou mais ao mercado colonial. Pelo o que nos sugere a presença de carretas e carros nos autos analisados, uma parcela dessa produção agrícola era destinada à comercialização.

Em suma, encontramos uma disseminação razoável da agricultura naqueles campos, estando bem evidente o cultivo do trigo em parte daquelas unidades produtivas. Embora seja mais plausível pensar que a maior parcela da produção agrícola daquela região fosse voltada para a subsistência da população local, a outra parcela do excedente agrícola podia estar sendo destinada ao mercado colonial ou até mesmo à exportação. Assim, há a necessidade de mais estudos sobre a agricultura na fronteira meridional, a fim de trazer maior clareza sobre essa questão ainda em aberto.

2.4 – As unidades produtivas

A análise da distribuição do rebanho vacum pode nos dar uma primeira visão a respeito do porte das unidades produtivas de Jaguarão, que em sua grande maioria possuíam animais vacuns. O baixo índice de apenas 6,4% de unidades sem gado aponta

¹⁶¹ OSÓRIO, Op. Cit., p. 162.

¹⁶² FARINATTI, Op. Cit., pp. 148 e 149.

para a disseminação da criação desse tipo de rebanho entre os proprietários daquela região. Além disso, essa análise pode nos informar também sobre o grau de concentração dos rebanhos.

Tabela 1 – Distribuição do rebanho vacum, por unidade produtiva, 1802-1834.

Dimensão do rebanho	nº de unidades produtivas	%		Total do rebanho	% total	
Sem gado	5	6,4%	37,2%	-	-	1,3%
Até 100 reses	24	30,8%		1039	1,3%	
101 a 500	32	41,0%	48,7%	7356	9,5%	14,6%
501 a 1000	6	7,7%		3974	5,1%	
1001 a 2000	4	5,1%	14,0%	5843	7,5%	84,1%
2001 a 5000	3	3,8%		12870	16,6%	
Mais de 5000	4	5,1%		46638	60,0%	
Total	78	100,0%	100%	77720	100,0%	100%

Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

Na faixa entre 1 e 500 reses encontramos a grande maioria das unidades produtivas (71,8%), indicando uma grande presença de unidades de pequeno porte; porém, essas unidades detinham apenas 10,8% do rebanho. No outro extremo, estavam as grandes estâncias que contavam com mais de 5000 reses, que representavam apenas 5,1% das unidades e concentravam 60% do rebanho. Esses dados indicam uma elevação na concentração de reses em comparação com toda a capitania no período entre 1765 e 1815, quando nas faixas entre 1 e 500 reses encontravam-se 78% das unidades e 17% do gado, e na faixa acima de 5000 vacuns havia um percentual bastante diminuto de unidades (1,7%), as quais detinham 27,5% do rebanho. Porém, como apontou Osório, entre 1815 e 1825 o tamanho dos rebanhos teve um grande crescimento, a ponto de surgirem, nesse intervalo, inventários com mais de 20 mil vacuns¹⁶³. Esse fenômeno pode ser explicado pelo contexto das grandes arreadas de gado proporcionadas pela intervenção e anexação da Banda Oriental no final da segunda década do século XIX. No caso de Jaguarão, acreditamos que esse contexto tenha permitido o aumento em 24,6% na média de reses por unidade após 1815. Grande parte desse acréscimo de reses deve ter ficado nas mãos dos grandes estancieiros, pois, com exceção de apenas um caso anterior a 1815, os demais casos de proprietários de mais de 5000 reses aparecem a partir da década de 1820, o que certamente contribuiu para a elevação do grau de

¹⁶³ OSÓRIO, Op. Cit., pp. 113-117, 140.

concentração dos rebanhos nessa região. No entanto, uma parcela dessas reses deve ter permanecido com os pequenos criadores, contribuindo para a disseminação das unidades criatórias com rebanhos entre 101 e 1000 vacuns, pois, das 38 unidades com essa faixa de rebanho, 28 delas encontram-se no período posterior a 1815.

A partir do critério da posse de reses podemos definir três tipos distintos de unidades produtivas naquela região: as pequenas unidades produtivas com até 100 reses, as pequenas estâncias com rebanhos entre 101 e 1000 reses, e, finalmente, as médias e grandes estâncias com mais de 1000 reses¹⁶⁴. Vejamos outras características dessas unidades produtivas além do número de vacuns (Quadro 1).

Quadro 1 – Perfil das unidades produtivas, Fronteira do Jaguarão.

Unidades produtivas (por nº de reses)	Frequência equinos	Frequência ovinos	Frequência bois mansos	1 instrumento agrícola	2 ou mais instrumentos agrícolas	Trigo armazenado
Pequena unidade produtiva	86,2%	24,0%	72,4%	34,5%	10,0%	13,8%
Pequenas estâncias	97,4%	34,2%	86,8%	34,2%	47,4%	10,5%
Médias e grandes estâncias	100,0%	73,0%	91,0%	36,4%	54,5%	0,0%

Fonte: 78 inventários post mortem. APERS.

Em relação às unidades produtivas com menos de 100 reses, uma ressalva deve ser feita: são justamente essas as unidades que tem a menor representatividade nos inventários, em virtude da escassez de bens dos produtores rurais com essa faixa de rebanho; se contássemos com censos agrários referentes a essa região, provavelmente

¹⁶⁴ Tomando como base esse critério da posse de reses, percebemos uma distância bem evidente entre esses grupos de unidades produtivas. No primeiro grupo, o rebanho das pequenas unidades, com exceção de um caso com 94 reses, chegava até 71 vacuns. Em relação às pequenas estâncias, seus rebanhos, na verdade, estavam situados na faixa entre 117 e 680 reses, excetuando-se apenas uma unidade com 890 reses. Quanto ao último grupo, as médias estâncias podem ser consideradas aquelas que tinham entre 1001 e 2000 reses, pois não havia rebanhos na faixa entre 2001 e 4000 vacuns, sendo que acima de 4000 reses encontravam-se as grandes estâncias, que compunham 9% das unidades e concentravam 76,6% do rebanho.

essas unidades constituiriam a grande maioria dos estabelecimentos produtivos¹⁶⁵. Quanto a menor presença de instrumentos agrícolas nessas unidades, isso não é um indicativo de que a atividade agrícola fosse inexpressiva nesses estabelecimentos. Como comentamos anteriormente, nem todos os instrumentos agrícolas eram inventariados. Além disso, havia a possibilidade de compartilhamento dos instrumentos agrícolas entre esses pequenos produtores. Desse modo, levando em conta o percentual de pequenas unidades com apenas um 1 instrumento agrícola, mais o percentual das que tinham 2 ou mais instrumentos, chegamos a um total de 44,5% dessas unidades com algum instrumento, e, possivelmente, com algum cultivo. Também não se deve desprezar o percentual dessas unidades que apresentavam trigo armazenado (13,8%), pois não é demais lembrar que esse tipo de registro ocorria esporadicamente nos inventários. Por fim, considerando que os pequenos rebanhos desses produtores não deviam ser suficientes para o sustento de suas famílias, podemos concluir que a sua fonte principal de subsistência devia vir da agricultura¹⁶⁶.

Os dados acima também nos indicam que as unidades produtivas com mais de 100 reses, que aqui definimos como “estâncias¹⁶⁷”, eram as que possuíam a maior diversidade de rebanhos, além de possuírem a maior frequência de meios de produção agrícolas¹⁶⁸. Tudo leva a crer que estamos diante de unidades de produção mistas, que combinavam pecuária e agricultura, tal como já haviam observado Osório e Garavaglia para os seus respectivos períodos e regiões de análise. Chama a atenção também no quadro acima que, quanto maior era o número de reses da estância, maior era a diversidade dos rebanhos e da produção, o que pode estar indicando a existência de uma estratégia de diversificação produtiva posta em prática por esses estancieiros, a fim de obterem maiores ganhos¹⁶⁹, algo que não estava dentro das possibilidades econômicas dos pequenos produtores. Inclusive nas médias e grandes estâncias havia a maior frequência de ovinos dentre as unidades produtivas analisadas, o que pode estar indicando um investimento na produção desse tipo de rebanho e na produção doméstica da lã por parte desse grupo de produtores.

¹⁶⁵ GARAVAGLIA, Op. Cit., pp. 304 e 305.

¹⁶⁶ OSÓRIO, Op. Cit., p. 85.

¹⁶⁷ Utilizamos o critério de posse de rebanho vacum superior a 100 cabeças para definir a unidade produtiva dedicada majoritariamente à criação de gado vacum, a qual neste trabalho denominamos de “estância”. Cf. Osório, Op. Cit., p. 105.

¹⁶⁸ Os meios de produção agrícolas presentes no quadro 1 são os mesmos que estão listados no gráfico 8.

¹⁶⁹ OSÓRIO, Op. Cit., p.164.

Cabe destacar em relação às estâncias de Jaguarão, que a grande maioria delas eram pequenas unidades criatórias, as quais detinham um percentual não desprezível do rebanho: 14,6% . Como vimos anteriormente, as arreadas de gado da Banda Oriental devem ter beneficiado também esse setor de pequenos criadores. Além disso, podemos considerar que em pelo menos metade dessas pequenas estâncias havia atividade agrícola, sendo que em uma parcela delas se cultivava trigo. As médias e grandes estâncias, por sua vez, compunham a menor parte das unidades (14%), sendo que aquelas que detinham mais de 4000 vacuns constituíam 9% das unidades e concentravam 76,6% do rebanho, sendo essa a elite de estancieiros da amostra. Como podemos ver, a fronteira do Jaguarão pode ser considerada uma região onde, ao lado de algumas poucas estâncias com rebanhos imensos, havia inúmeras estâncias de pequeno porte.

Quanto ao acesso à mão de obra escrava nessas unidades produtivas, percebemos que quase todas possuíam escravos, sendo que em apenas algumas das pequenas unidades não havia cativos (Quadro 2). Isso demonstra o quanto o trabalho escravo se disseminou rapidamente naquela região, havendo grande acesso à mão de obra escrava por parte de todos os grupos sociais representados na amostra. Além disso, fica evidente que, em comparação com a concentração de gado vacum, a concentração da mão de obra escrava era bem menor, ou seja, havia uma maior distribuição do total de escravos entre os produtores daquela região. Podemos, assim, constatar que a situação fronteiriça não impediu que as relações escravistas de produção se estabelecessem nessa região, como acontecia na maior parte das localidades da Capitania, mas, pelo contrário, o recurso à mão de obra escrava foi primordial para o aproveitamento econômico daquele espaço de ocupação recente. O fato de haver uma população livre relativamente pequena naquele espaço¹⁷⁰, a qual contava com diversas possibilidades de acesso à terra, pode ser uma das razões para essa grande dependência da mão de obra cativa naqueles campos. Todavia, analisaremos no próximo capítulo, de uma forma mais detida, essa e as demais questões relativas ao trabalho escravo na fronteira.

¹⁷⁰ Em 1833, a população da Vila de Jaguarão dividia-se entre 2926 pessoas livres (2856 brancos e 70 negros) e 2531 cativos, ou seja, mais de 46% da população constituía-se de escravos. FRANCO, Op. Cit., p. 115.

Quadro 2 – Mão de obra escrava nas unidades produtivas, Fronteira do Jaguarão.

Unidades produtivas (por nº de reses)	Frequência escravos	Média escravos/inventário	% do total de escravos
Pequena unidade produtiva (até 100 reses)	86%	3,2	13,4%
Pequenas estâncias (101 a 1000 reses)	100%	6,9	38,6%
Médias e grandes estâncias (acima de 1000 reses)	100%	29,8	48,0%

Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

O percentual do total de escravos presentes nas pequenas unidades produtivas (13,4%) sugere que o trabalho com os pequenos rebanhos dessas unidades não devia ser a principal ocupação desses cativos, mas, na maior parte do tempo, esses escravos deviam auxiliar os pequenos produtores e suas famílias nas atividades agrícolas. Quanto às estâncias, percebemos que os pequenos estancieiros detinham uma parcela significativa da escravaria (38,6%). Relacionando esse índice com o fato de uma grande parte de toda a escravaria estar distribuída entre plantéis de até 9 escravos¹⁷¹, fica evidente que não foram apenas grandes charqueadas ou grandes estâncias que contribuíram para que houvesse uma população escrava considerável nessa região, mas a maioria desses cativos (52%) estavam nos estabelecimentos com até 1000 reses. Os médios e grandes estancieiros, por sua vez, detinham um número médio de cativos (30) superior a dos grandes estancieiros analisados por Helen Osório, que possuíam em média 22 escravos¹⁷², o que evidencia uma elevação dos plantéis desses grandes senhores da fronteira em relação a toda capitania. É interessante que as médias de escravos encontradas por nós para os demais grupos – 3,2 nas pequenas unidades e 6,9 nas pequenas estâncias – coincidem com as médias encontradas pela autora para o final do século XVIII e início do XIX, o que mostra uma continuidade na estrutura de posse de escravos por parte desses produtores.

¹⁷¹ Trataremos da Estrutura de Posse de cativos no próximo capítulo (ver Quadro 3).

¹⁷² *Idem*, p. 152.

A análise de como estavam distribuídos os dois bens mais relevantes nos patrimônios da amostra, ou seja, reses e escravos, permite-nos ter uma noção a respeito das hierarquias sociais naquela fronteira. A posse de pelo menos um desses bens parece ter sido o critério mínimo para a abertura de inventário nessa região, pois encontramos apenas um caso em que não consta nenhum desses bens no momento da realização do inventário¹⁷³. É bem possível que houvesse inúmeras famílias camponesas naquela região dedicadas ao cultivo agrícola, as quais não foram representadas na amostra por não contarem nem com escravos nem com gado vacum. Além dessas famílias camponesas, podemos identificar um grupo de pequenos produtores, dedicados mais à agricultura do que à criação de animais, que possuíam pequenos rebanhos e pequenos plantéis de escravos. O setor médio daquela sociedade provavelmente era constituído pelos pequenos estancieiros, dedicados principalmente à atividade criatória, mas que não prescindiam da agricultura. Estes possuíam cerca de 300 reses por proprietário e uma média de 7 cativos. Por fim, podemos considerar que a elite daquela sociedade era constituída pelos grandes estancieiros com rebanhos superiores a 4000 reses e com uma média de mais de 40 escravos por proprietário.

Como comentamos no início deste capítulo, a análise serial dos inventários *post mortem* poderia nos dar apenas uma visão aproximada da estrutura produtiva que se constituiu nesse espaço em formação, ficando a maior parte das questões abordadas ainda em aberto. Porém, há algumas conclusões que podem ser esboçadas sobre o perfil produtivo de Jaguarão, ainda que sejam de caráter parcial. Primeiro, ficaram evidentes as perdas e os ganhos que incidiram sobre o patrimônio produtivo de Jaguarão, em razão dos muitos conflitos bélicos ocorridos ao longo das três primeiras décadas do século XIX, o que nos permite dizer que essa foi uma região agrária moldada pelas guerras. De um modo geral, o desenvolvimento agrário da região nos mostrou que os benefícios obtidos com as guerras, sobretudo a obtenção de rebanhos da Banda Oriental,

¹⁷³ Inventário Jozé Antônio de Lima. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, auto nº 108, cx. 29, estante 149A, 1830. No entanto, em seu testamento (1815), que se encontra transcrito no inventário, Jozé Antônio de Lima declarou que possuía alguns animais e cinco escravos.

foram maiores do que as perdas sofridas, funcionando o conflito bélico como um “mal necessário” para a expansão agrária daquela sociedade fronteiriça.

Além disso, os dados analisados também nos permitiram indicar a diversidade da pecuária que era praticada por aqueles produtores da fronteira, principalmente nas duas primeiras décadas do século XIX, sendo que a produção de gado vacum somente passou a ter ampla predominância naquela paisagem agrária após 1820. A demanda crescente da produção do charque foi certamente o estímulo principal para que os criadores da região se voltassem cada vez mais para a criação de vacuns. Verificamos que a indústria do charque também se desenvolveu em Jaguarão, porém em proporções bem menores do que em Pelotas.

Assim, a partir dos dados analisados podemos dizer que a vocação principal, mas não exclusiva, da região era a produção pecuária. Esta produção era complementada pela agricultura, uma vez que existem indícios inequívocos dessa prática naqueles campos, ainda que sejam indícios insuficientes para medir o nível dessa produção. Contudo, esses poucos vestígios agrícolas nos permitiram mostrar que parte daqueles produtores se dedicou à produção de trigo. Por tudo isso, podemos considerar que aquela região agrária era bastante diversificada, sendo que as unidades com perfil produtivo mais diversificado eram justamente aquelas onde predominava a criação de vacuns, ou seja, as estâncias.

Por fim, vimos que a posse da mão de obra escrava estava disseminada entre praticamente todas as unidades produtivas, estando distribuída de forma menos desigual do que outros bens, tal como o rebanho vacum. Desse modo, consideramos que o trabalho escravo tornou-se indispensável para os produtores que se estabeleceram naquelas “novas” terras de domínio português.

Capítulo 3

Trabalho escravo nos campos da fronteira meridional

Conforme viemos observando nos capítulos anteriores, o trabalho escravo teve grande relevância na formação socioeconômica da Fronteira do Jaguarão. Num curto espaço de tempo, ocorreu a estruturação produtiva daquele espaço fronteiriço, demandando um considerável contingente de mão de obra. Supomos que grande parte dessa demanda foi suprida com trabalhadores escravizados, embora não contemos com fontes que nos permitam identificar e quantificar os trabalhadores livres, os quais, seguramente, também participaram das atividades laborais desenvolvidas naquele espaço. Boa parte desses indivíduos livres contava com a possibilidade de acesso informal às terras daquela fronteira no alvorecer do século XIX, pois identificamos anteriormente que 40% dos produtores de nossa amostra não contavam com terras dentre os seus bens inventariados, mas mesmo assim mantinham os seus estabelecimentos produtivos e arranchamentos naquela fronteira. Esse fenômeno, certamente, tornou limitada a oferta de mão de obra livre naquela região e contribuiu para que houvesse uma acentuada dependência da mão de obra cativa por parte daqueles produtores, a ponto de 95% dos autos analisados contarem com trabalhadores escravizados.

Nossa perspectiva é de que a expansão agrária e o trabalho escravo conjugaram-se e permitiram a consolidação do domínio luso-brasileiro sobre as terras da Fronteira do Jaguarão. Por isso, sustentamos a ideia de que os cativos tiveram papel fundamental na estruturação produtiva da fronteira, uma vez que sua força de trabalho viabilizou o aproveitamento econômico de uma região de ocupação recente.

Assim, este capítulo tem como foco principal o trabalho escravo nos campos da fronteira. A análise de experiências, trajetórias e atuação daqueles indivíduos escravizados, embora tenha grande relevância, não é o foco deste estudo. De qualquer modo, buscaremos estar atentos às pessoas que estão por trás dos números e percentuais que aqui serão abordados.

3.1 – Trabalho escravo para além das charqueadas

Dentro do seu contexto de produção intelectual, podemos considerar que a tese de Fernando Henrique Cardoso trouxe importantes contribuições para a análise da sociedade escravista que se desenvolveu no Brasil meridional. Nesse trabalho, publicado originalmente em 1962, o autor refutou a ideia de que a população de ascendência africana fosse numericamente insignificante no Rio Grande de São Pedro. Cardoso também destacou o papel desempenhado pelos trabalhadores escravizados na economia rio-grandense. Contudo, ao se aferrar aos relatos de viajantes estrangeiros, o autor cometeu alguns equívocos na sua análise da aplicação da mão de obra escrava nas atividades produtivas sulinas, principalmente em relação à atividade pecuária, como se pode observar no trecho a seguir:

“Nas estâncias a quantidade de negros utilizados não chegou a ser grande, tanto porque houve a utilização concomitante do trabalho indígena e do trabalho de peões gaúchos livres como porque a quantidade de mão de obra requerida pela empresa criatória é sabidamente pequena. Na charqueada, porém, o trabalho organizou-se exclusivamente à base da escravidão. (...) Finalmente, nos serviços domésticos, tanto na área rural quanto nas cidades, os escravos foram amplamente utilizados.”¹⁷⁴ (grifos meus)

Apesar de considerar que houve o emprego de cativos nas estâncias, o autor minimiza a participação deles nos estabelecimentos criatórios, sendo que os poucos escravos lá presentes se dedicariam principalmente aos serviços domésticos. Além disso, o autor considera que a população escrava seria aproveitada em maior monta nas lavouras de trigo e principalmente na produção do charque, a qual, para Cardoso, constituiu-se como o tipo de produção tipicamente escravista do sul. No que tange à atividade pecuária, o autor argumentou que a maioria das estâncias sulinas ainda não havia se constituído como empresas organizadas para obtenção de lucros nas duas primeiras décadas do século XIX, pois até esse momento teria predominado às arreadas de gado selvagem. Desse modo, a baixa lucratividade da pecuária naquele momento não permitiria investimentos de grande porte na compra de escravos. Mas, mesmo depois que a estância sulina passou a ser “uma empresa econômica organizada”¹⁷⁵, não haveria necessidade de grandes investimentos em cativos, pelo simples fato de a atividade pecuária demandar pouca mão de obra, conforme argumentou o autor. Por todos esses

¹⁷⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 6ª edição, 2011 (1ª edição de 1962), p. 85.

¹⁷⁵ CARDOSO. Op. Cit., p. 72.

motivos, haveria poucos escravos dedicados especificamente às lides campeiras na perspectiva esboçada por Cardoso.

Cabe destacar, por fim, que o autor também minimizou a presença de cativos nas terras fronteiriças que foram sendo incorporadas à capitania no período colonial tardio:

“... Nas áreas que se incorporaram à economia rio-grandense nos fins do século XVIII e primórdios do século XIX, onde se repetia, neste período, a aventura da conquista e da preia ao gado, a presença do negro foi mais ocasional que rotineira, sendo mais aproveitado na qualidade de doméstico que na de peão.¹⁷⁶”

Essas áreas “novas” incluíam a Fronteira do Jaguarão, e, como temos apontado neste trabalho, havia um contingente considerável de cativos naquela área, sendo que a maioria deles encontrava-se justamente nas estâncias.

Essa perspectiva esboçada por Fernando Henrique Cardoso foi seguida durante muito tempo pela historiografia rio-grandense, como bem resumiu Leandro Fontella:

“Assim, para a historiografia clássica, o baixo rendimento da pecuária, a grande oferta de trabalhadores livres, a inviabilidade de se sustentar uma estrutura de vigilância e a proximidade com a fronteira teriam sido os principais fatores que impossibilitaram o emprego de mão de obra cativa em larga escala nas regiões de pecuária...¹⁷⁷”.

O historiador Paulo Zarth foi o primeiro a revisar a questão do trabalho escravo nas estâncias a partir da análise de inventários *post mortem*, constatando uma presença significativa de cativos naqueles estabelecimentos produtivos. Todavia, o autor sugeriu que os escravos “roceiros” deviam formar a maioria do contingente de cativos nas estâncias¹⁷⁸. Helen Osório também verificou, através da análise de inventários, o trabalho escravo nas estâncias, indicando que a maior parte dos escravos com ocupação declarada, pertencentes a estancieiros, eram dedicados à atividade pecuária¹⁷⁹. Sobre a ideia de pouca mão de obra na pecuária, a autora concluiu:

“Os casos expostos do Rio da Prata mostraram que as necessidades de mão de obra em grandes estâncias, de produção diversificada, eram muito superiores ao que as fontes tradicionais afirmavam. Podemos concluir, portanto, que, nas grandes estâncias, os escravos campeiros, especializados, supriam as necessidades de mão de obra permanentes da atividade pecuária. Trabalhavam

¹⁷⁶ Idem, p. 76-77.

¹⁷⁷ FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos sete povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828 – c. 1860)*. Dissertação de Mestrado, PPGH – UFRGS, 2013, p. 200.

¹⁷⁸ ZARTH. Op. Cit., p. 111-114.

¹⁷⁹ OSÓRIO. *O Império Português...*, Op. Cit., p. 150.

comandados por um capataz livre (...) e certamente acompanhados de peões livres, nos picos sazonais da atividade pecuária.¹⁸⁰

Desse modo, Osório desfez com a tese de que as lides pecuárias demandavam poucos trabalhadores e indicou que os cativos “campeiros” presentes nos grandes estabelecimentos pastoris podiam ser suficientes para suprir a demanda de mão de obra permanente da atividade criatória.

Para o caso da região de Alegrete, Luís A. Farinatti constatou que quase a metade dos escravos homens adultos daquela localidade eram empregados diretamente no costeio do gado¹⁸¹. Esse autor também demonstrou que o trabalho com o gado naquelas estâncias contava com um núcleo estável de trabalhadores, o qual era formado majoritariamente por cativos, mas contava também com peões livres¹⁸².

Assim, a perspectiva que negava o emprego regular de cativos nas lides campeiras foi superada a partir da contribuição dos autores citados acima. Ao analisarem a escravidão para além das charqueadas, destacando o trabalho escravo no interior das estâncias, esses autores inauguraram um novo campo de pesquisa, o qual ainda necessita de outros estudos¹⁸³. Veremos na sequência deste capítulo como a análise do caso da Fronteira de Jaguarão pode contribuir para o avanço da questão sobre o trabalho escravo em zonas de pecuária da fronteira.

3.2 – Estrutura de posse de escravos na área rural

A análise da estrutura de posse de cativos nos permite observar como estava distribuída a propriedade escrava pelos distintos estratos sociais. O historiador Stuart Schwartz foi um dos primeiros a utilizar esse instrumento de análise para verificar o padrão de posse de cativos. Em sua pesquisa sobre a sociedade colonial no recôncavo baiano, esse autor constatou que o contingente de cativos daquela região não estava concentrado de forma absoluta nos engenhos de açúcar, mas encontrava-se amplamente distribuído entre várias camadas da sociedade. Nas palavras desse autor, “a escravidão como instituição, sistema econômico e forma de riqueza era amplamente distribuída

¹⁸⁰ Idem, p.155.

¹⁸¹ FARINATTI. Op. Cit., p. 305.

¹⁸² Idem, p. 308-310.

¹⁸³ XAVIER, Regina Célia Lima. “A Escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos”, In: Gilberto Ferreira da Silva et alii (orgs). RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2008, pp. 22-24.

entre a população brasileira. No final da era colonial, nem o Brasil como um todo nem o recôncavo baiano era simplesmente um engenho em tamanho ampliado¹⁸⁴”.

No caso da capitania do Rio Grande de São Pedro, Helen Osório também verificou uma considerável disseminação da posse de cativos entre os inventariados de sua amostra, concluindo que:

“A estrutura de posse de escravos nos demonstra um alto grau de disseminação da propriedade escrava, o que significa que diversas camadas da população – inclusive libertos – se encontravam comprometidos com a escravidão, independente da extensão de suas posses...¹⁸⁵”.

Assim, esse importante instrumento de análise pode nos indicar o nível de comprometimento de diferentes grupos sociais com a escravidão. Agora, passaremos a verificar a distribuição da posse cativa na área específica analisada neste trabalho (quadro 3).

Quadro 3 - Estrutura de posse de escravos na área rural, Fronteira do Jaguarão, 1802 – 1834.

Faixa de tamanho do plantel (FTP)	Nº de proprietários	% do total de proprietários	Nº de escravos	% do total de escravos
1 a 4	31	42%	79	11,6%
5 a 9	29	39%	201	29,4%
10 a 19	8	11%	109	16,0%
20 ou +	6	8%	295	43,0%
Total	74	100%	684	100%

Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

Primeiramente, é importante lembrar que selecionamos para esta pesquisa somente os inventários com perfil exclusivamente rural, e, por essa razão, todas as nossas análises se referem apenas ao meio rural. Feita essa ressalva, o primeiro dado que chama a atenção no quadro acima é o elevado percentual de 81% de proprietários com plantéis de até 9 cativos, os quais detinham 41% do total de escravos. Por outro lado, havia uma concentração de 43% dos cativos nas mãos de apenas 8% dos

¹⁸⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 360.

¹⁸⁵ OSÓRIO, Helen. “*Fronteira, Escravidão e Pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial.*” Segundas Jornadas de História regional Comparada. Anais. Porto Alegre: PUCRS, 2005, p. 5.

proprietários. Os dados do estudo de Helen Osório para a área rural do Rio Grande de São Pedro trazem um índice de 75% de proprietários na faixa até 9 cativos, os quais contavam com 35% do total da escravaria, sendo que os grandes proprietários com mais de 20 escravos concentravam 37% dos cativos. Esses números indicam que na Fronteira do Jaguarão, de modo semelhante a outras regiões e períodos, havia também uma elevada distribuição da posse de escravos entre pequenos e médios produtores rurais. Todavia, o índice de concentração da posse cativa naquela fronteira era mais elevado em relação à capitania com um todo. Gabriel Aladrén, estudando uma ampla área fronteiriça entre 1777 e 1840, não encontrou uma concentração de cativos tão elevada quanto a que encontramos. Em seu estudo, na faixa acima de 20 escravos encontrava-se apenas 4,8% dos proprietários, os quais possuíam cerca de 25% da escravaria. Mas cabe comentar que a amostra utilizada por Aladrén incluiu inventários do meio rural e do meio urbano, inclusive da importante vila de Rio Pardo, o que certamente contribuiu para elevar o percentual de pequenos plantéis no estudo desse autor, uma vez que no meio urbano havia, de modo geral, uma maior presença de plantéis com até 4 cativos¹⁸⁶. Na Vila de São Borja, área cuja matriz produtiva mesclava agricultura e criação de gado bovino e muar, 45% da escravaria encontrava-se nos plantéis de até 9 escravos, entre os anos 1828 e 1850, sendo que 34% do total de cativos pertenciam a 9% dos senhores com mais de 20 escravos¹⁸⁷. Percebemos, desse modo, uma concentração de cativos ligeiramente maior na Fronteira do Jaguarão em comparação com os casos mencionados acima. Por outro lado, os índices de concentração em Jaguarão são bem inferiores aos de Pelotas no mesmo período desta análise, onde 63% do total de escravos estava nas mãos dos senhores com plantéis superiores a 20 cativos¹⁸⁸. Sobre esses grandes senhores de escravos, Jonas Vargas comenta que: “dos 20 maiores escravistas pelotenses inventariados entre 1800 e 1835 (...) pelo menos 15 eram proprietários de charqueadas. Estes 15 charqueadores (...) concentravam 41% dos escravos e apresentavam um plantel médio de 69 cativos¹⁸⁹”. Em Pelotas, o peso da economia charqueadora sobre o perfil dos plantéis de cativos era evidente.

Embora houvesse em Jaguarão uma elite que concentrava uma grande parte da escravaria, podemos concluir que naquele espaço também ocorreu a disseminação da

¹⁸⁶ OSÓRIO. *“Fronteira, Escravidão e Pecuária...”*, Op. Cit., p. 4.

¹⁸⁷ FONTELLA. Op. Cit., p. 179.

¹⁸⁸ VARGAS. Op. Cit., p.122.

¹⁸⁹ Idem, p. 123.

posse escrava entre muitos pequenos e médios proprietários. Cabe, inclusive, destacar a presença significativa tanto de proprietários quanto de escravos na faixa de plantel entre 5 a 9 cativos, o que pode ter ligação com o elevado percentual de pequenas estâncias naquela fronteira, com rebanhos entre 101 e 1000 reses, conforme foi indicado no capítulo anterior. Essa hipótese pode ser verificada relacionando a posse de escravos com a dimensão do rebanho vacum dos proprietários (quadro 4).

Quadro 4 – Estrutura de posse de escravos e dimensão do rebanho vacum

FTP	1 - 100 reses		101 – 1000 reses		Acima de 1000 reses	
	% do total de proprietários	% do total de escravos	% do total de proprietários	% do total de escravos	% do total de proprietários	% do total de escravos
1 a 4	17,5%	4,0%	20,0%	7,0%	--	--
5 a 9	11,0%	7,6%	23,0%	17,0%	4,0%	4,0%
10 a 19	--	--	7,0%	9,4%	4,0%	6,5%
20 ou +	--	--	1,4%	5,4%	7,0%	38,0%

Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

A faixa de plantel entre 5 e 9 cativos era de fato a mais comum nas pequenas estâncias; no entanto, havia também um percentual razoável desses estancieiros com pequenos plantéis de 1 a 4 cativos. Esta faixa de plantel era a mais frequente nas unidades produtivas com até 100 reses, não havendo nessas unidades plantéis superiores a 9 escravos. No outro extremo, entre os estancieiros com mais de 1000 reses, há somente médios e grandes plantéis de escravos, sendo que na faixa de plantel acima de 20 cativos está concentrada a maior parte da escravaria arrolada nos inventários de nossa amostra. Esses dados reforçam a ideia da ligação entre a atividade pecuária e o elevado contingente escravo presente na Fronteira do Jaguarão. Não se pode desconsiderar, no entanto, que havia uma parcela dos cativos daquela fronteira empregados nas atividades agrícolas, pois identificamos no capítulo anterior uma razoável frequência de meios de produção agrícola nos diferentes tipos de unidades produtivas.

Não temos como saber qual era a quantidade exata de cativos empregados nas três charqueadas inventariadas naquela fronteira entre 1802 e 1834, pois os inventários nos quais constam essas charqueadas não individualiza a descrição de bens por unidade produtiva. O capitão de milícias José Vieira da Cunha possuía 2 estâncias e 2

charqueadas e, dos seus 68 cativos, 12 são descritos como campeiros, 2 como alfaiates, 2 como sapateiros e 1 como cozinheiro, restando, no máximo, 51 dos seus cativos para o trabalho nas charqueadas. Já Ana Maria da Conceição possuía uma estância mista, que mesclava a produção agrícola e a criação de 400 reses e 400 ovelhas, e uma charqueada no Serrito, além de contar com um plantel de 37 escravos. Destes cativos, apenas um teve descrita a sua ocupação – alfaiate, sobrando 36 escravos desta proprietária sem descrição de ocupação, os quais poderiam se dedicar à produção do charque¹⁹⁰. Portanto, podemos apenas estimar que no máximo 12,7% dos escravos arrolados nos inventários daquela fronteira nos primórdios do século XIX dedicava-se à produção do charque. Como comentamos no capítulo anterior, o historiador Paulo Moreira identificou apenas três registros de charqueadas em Jaguarão no total de inventários abertos naquela localidade entre 1845 e 1855¹⁹¹. Nos 166 inventários analisados por Moreira encontra-se um total de 1192 escravos, sendo que nos três inventários com registro de charqueada foram arrolados apenas 63 cativos¹⁹². O conjunto desses dados nos leva a descartar a hipótese de que teria sido a produção do charque em Jaguarão a responsável pelo elevado contingente de escravos na população daquela fronteira¹⁹³. Portanto, há a necessidade de rompermos com a visão tradicional que vincula quase de forma automática índices elevados de população cativa com a economia charqueadora. Pelo que parece indicar a documentação consultada, a atividade pecuária realizada naquela fronteira era suficientemente rentável, a ponto de drenar grande parte do contingente de escravos que consta nas fontes primárias referentes a Jaguarão. As atividades agrícolas e a produção do charque também demandaram uma parcela dessa escravaria, ainda que em proporções menores.

Convém também observarmos a ocorrência de mudanças no padrão de posse de cativos em Jaguarão ao longo do nosso recorte temporal. Conforme constatamos nos capítulos anteriores, no período entre 1802 e 1820, ocorreu a formação socioeconômica

¹⁹⁰ Inventário de José Vieira da Cunha. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, auto nº 9, cx. 23, estante 149A, 1810 e Inventário de Ana Maria da Conceição. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, auto nº 36, cx. 25, estante 149A, 1816.

¹⁹¹ MOREIRA. Op. Cit., p. 115-138.

¹⁹² Agradeço a gentileza do professor Paulo Moreira em conceder o seu fichamento desses inventários, a partir do qual pudemos extrair esses números.

¹⁹³ O historiador Paulo Zarth, analisando uma estatística realizada em 1859 dos municípios com maior número de escravos da província, indica que os quatro municípios com o maior número de escravos são: 1º Porto Alegre, 2º Jaguarão, 3º Pelotas e 4º Rio Grande. Para essa elevada concentração de cativos nessas localidades, o autor sugere a seguinte explicação: “Esses municípios estavam ligados a atividades urbanas e à produção do charque que, como se sabe, demandava grande número de mão de obra escrava.” ZARTH. Op. Cit., pp. 122-123. (grifos meus).

daquela fronteira, beneficiada em grande parte pela tomada de gado da Banda Oriental. Além disso, ao longo desse período, o volume de escravos importados para o Rio Grande de São Pedro aumentou enormemente. As médias anuais de escravos que ingressaram no porto de Rio Grande podem nos dar uma ideia desse incremento no tráfico negreiro para a capitania: entre 1788 e 1800 a média foi de 331 escravos por ano, entre 1802 e 1810 passou para 789, e chegou a 1901 cativos por ano na segunda década do século XIX¹⁹⁴. Acreditamos que essa grande elevação no tráfico negreiro abasteceu também a Fronteira do Jaguarão, favorecendo a formação de várias unidades produtivas naquela região, as quais foram dinamizadas pela mão de obra cativa. Portanto, apesar de ter ocorrido perdas de bens produtivos com as diversas campanhas militares ocorridas no intervalo entre 1801 e 1820, podemos dizer que esse foi um período bastante favorável para os produtores daquela fronteira. O mesmo não ocorreu entre 1822 e 1834, mais especificamente após 1826, em virtude dos trágicos efeitos da Guerra Cisplatina. Já vimos no capítulo 2 a grande perda de bens produtivos ocasionados por essa guerra. Outro efeito negativo foi a desaceleração do tráfico atlântico de escravos para a capitania, sendo que, durante esse conflito bélico, ingressaram em média 675 escravos por ano¹⁹⁵. Apesar de ocorrer a recuperação do tráfico negreiro para a capitania após o término da Guerra Cisplatina, a lei de 1831, que declarava livres os africanos desembarcados em solo brasileiro, resultou em uma redução drástica no ingresso de cativos pelo porto de Rio Grande. Assim, permanece a pergunta: será que essas duas conjunturas distintas afetaram o padrão de posse de escravos em Jaguarão?

¹⁹⁴ ALADRÉN. Op. Cit., p. 60-61.

¹⁹⁵ ALADRÉN. Op. Cit., p. 63.

Quadro 5 - Estrutura de posse de escravos na área rural, Fronteira do Jaguarão, por intervalos.

FTP	1802 – 1820				1822 – 1834			
	Nº de proprietários	Nº de escravos	% do total de proprietários	% do total de escravos	Nº de proprietários	Nº de escravos	% do total de proprietários	% do total de escravos
1 a 4	20	52	51%	15,5%	11	27	31,5%	8%
5 a 9	12	81	31%	24%	17	120	49%	34,5%
10 a 19	4	57	10%	17%	4	52	11,5%	15%
20 ou +	3	146	8%	43,5%	3	149	8,5%	43%
Total	39	336	100%	100%	35	348	100%	100%

Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

De modo geral, observamos que se manteve uma estrutura de posse semelhante nos dois períodos, inclusive com o mesmo nível de concentração da escravaria na faixa de plantel acima de 20 cativos. Esses grandes senhores, provavelmente, tiveram mais condições de manter seus plantéis no mesmo patamar durante a conjuntura desfavorável dos anos 1822 a 1834. Nas duas menores faixas de plantel, observamos que se manteve um elevado índice de proprietários. Entretanto, o percentual de pequenos proprietários com até 4 cativos diminuiu significativamente, permitindo-nos supor que foram esses proprietários os que mais sofreram com os tempos difíceis que sobrevieram à capitania, não conseguindo repor a sua escravaria. O valor médio de um escravo do sexo masculino em idade produtiva¹⁹⁶ sofreu uma elevação considerável a partir de 1822, tornando-se mais difícil a compra de cativos, especialmente para os produtores com menos recursos.

Quadro 6 - Variação do valor médio de um escravo

Período	valor médio (em réis)
1802-1810	171\$105
1812-1820	152\$290
1822-1828	240\$849
1830-1834	328\$510

Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

É interessante notar que essas variações no valor dos cativos acompanharam as oscilações no tráfico negreiro, ou seja, na conjuntura mais favorável para o comércio

¹⁹⁶ Consideramos em idade produtiva os escravos com idade entre 15 e 40 anos.

atlântico de escravos, ocorrida nas duas primeiras décadas do século XIX, é possível observar um valor menor dos escravos, ao passo que, nas décadas seguintes, o preço de um cativo aumenta significativamente¹⁹⁷ em razão das dificuldades já comentadas. Portanto, esses dados reforçam a ideia da conexão daquele espaço fronteiriço com o tráfico atlântico de almas.

Voltando à análise diacrônica da estrutura de posse de escravos, podemos concluir que as diferentes conjunturas afetaram de forma distinta aos pequenos e aos grandes proprietários, sendo que o acesso à mão de obra escrava já não era tão amplo quanto fora nas duas primeiras décadas do século XIX.

3.3 – Algumas características da população cativa

Uma vez que a área analisada neste trabalho pertenceu à Vila de Rio Grande durante as três primeiras décadas do século XIX, não é possível encontrar censos populacionais que abordem de forma específica a população de Jaguarão nessa época. Para esse período, contamos apenas com um censo populacional realizado em 1814, o qual discriminou, dentro da imensa área da Fronteira de Rio Grande, apenas a população da freguesia de Piratini. Por esse censo somos informados que naquela freguesia havia uma população total de 3673 indivíduos, sendo que 1535 eram escravos, ou seja, 41,8% daquela população era formada por cativos¹⁹⁸. Esse percentual estava bem acima do índice de escravos na população da capitania – 29%, segundo dados do próprio Censo de 1814¹⁹⁹. Esses índices nos mostram a importância do contingente escravo na população daquela área de ocupação recente, especialmente naquele contexto de estabilização do povoamento luso-brasileiro naquela região.

Os inventários não nos permitem dimensionar qual era a parcela de indivíduos escravizados que havia na população total. Porém, essa fonte nos possibilita analisar algumas das características da população cativa, mais especificamente a proporção entre homens e mulheres, os percentuais de crioulos e africanos nos plantéis, e também as

¹⁹⁷ Embora a inflação sofresse elevação nesse período, acreditamos que esse fenômeno não tenha alterado a tendência de aumento nos valores reais de um cativo em idade produtiva, tal como foi observado acima. Ao agradeço ao historiador Jonas Vargas por ter colaborado com essa valiosa observação.

¹⁹⁸ Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, p. 46.

¹⁹⁹ Idem, p. 46.

faixas etárias predominantes. Por outro lado, os inventários são bastante limitados para verificar a constituição de famílias por parte dos escravos, pois são raros os casos em que há a descrição do estado conjugal do cativo nos autos. Por essa razão, não poderemos abordar aqui essa importante questão, mas não deixamos de considerar a possibilidade de uma parte daqueles indivíduos escravizados terem constituído família.

Primeiramente, encontramos em nossa amostra um percentual de 71,5% de cativos do sexo masculino, índice próximo ao encontrado por Helen Osório para toda a capitania: 68%²⁰⁰. Aladrén identificou em sua amostra uma taxa de masculinidade de 64%, ressaltando que essa maior proporção de homens entre os cativos reafirma ser a exploração do trabalho o eixo estruturante da escravidão moderna²⁰¹.

Entre os cativos de origem africana era comum ser mais acentuada a desproporção numérica entre homens e mulheres, como constatou Stuart Schwartz para o caso do recôncavo baiano²⁰². Pelo o que podemos observar no quadro 7, o elevado percentual de escravos africanos do sexo masculino afetou nitidamente o perfil geral da população cativa de Jaguarão.

Quadro 7 – Distribuição (%) da população escrava por sexo e origem, 1802-1834.

	Crioulos	Africanos
Homens	59%	79,5%
Mulheres	41%	20,5%
Total	100%	100%

Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

O mais surpreendente neste estudo de caso são os dados sobre as origens dos cativos: 57% eram africanos e 43% crioulos. Em regiões agroexportadoras ou nas charqueadas pelotenses, era comum o predomínio de africanos nos plantéis de cativos²⁰³. Porém, uma alta taxa de africanidade foge ao padrão esboçado nos estudos que analisam áreas de fronteira voltadas à produção pecuária. Leandro Fontella, após examinar diversos estudos sobre a composição da população cativa em diferentes áreas pastoris brasileiras, pôde concluir que “... em nenhum destes espaços pastoris os cativos africanos se constituíram em maioria, sendo mais comum representarem entre 25 a 40%

²⁰⁰ OSÓRIO. “Fronteira, Escravidão e Pecuária...”, Op. Cit., p. 15.

²⁰¹ ALADRÉN. Op. Cit., p. 105.

²⁰² SCHWARTZ. Op. Cit., p. 287-288.

²⁰³ VARGAS. Op. cit., p. 120-121.

do universo populacional escravo.²⁰⁴ Essas considerações tornam mais significativos os dados que aqui expomos. No caso de Alegrete, Farinatti observou um percentual de africanos um pouco superior ao padrão mais comum em áreas pastoris, ou seja, naquela localidade os escravos de origem africana compunham 42,4% do total de cativos. Esse índice levou o autor a concluir que “... a pecuária extensiva tinha por característica a incorporação contínua de trabalhadores escravos”, os quais muitas vezes eram africanos²⁰⁵. O que, então, dizer do caso aqui apresentado? A maioria de africanos nos plantéis de Jaguarão demonstra que a atividade criatória praticada naquela fronteira permitiu, de fato, a acumulação de capital necessária para a obtenção de cativos via tráfico atlântico de escravos.

No entanto, para Aladrén, a economia pecuária não trabalhava com níveis elevados de acumulação e, portanto, não permitiria a formação de grandes escravarias através da aquisição de africanos via tráfico negreiro²⁰⁶. Por seguir essa perspectiva, restou a esse autor apenas sugerir que o maior acesso ao mercado de africanos em Jaguarão teria ocorrido por causa da proximidade geográfica com o porto de Rio Grande²⁰⁷. Certamente, havia também outros motivos para essa alta taxa de africanidade naquela região. Por um lado, acreditamos que uma parcela dos produtores daquela fronteira deve ter mantido vínculos de diversos tipos com a vila de Rio Grande, pois mais da metade dos indivíduos livres (55,4%) que levaram seus filhos à pia batismal na freguesia de Jaguarão entre 1814 e 1826 procediam daquela vila portuária²⁰⁸. Uma investigação dos laços de compadrio dos maiores senhores escravistas daquela fronteira poderia mostrar se estes produtores mantiveram de fato vínculos com moradores de Rio Grande, mais especificamente com comerciantes daquela vila. Contudo, acreditamos que o maior motivo para a ocorrência da taxa de africanidade verificada nesta pesquisa seja a capacidade de investimento por parte dos criadores de gado vacum, os quais possuíam a grande maioria dos escravos africanos. Os criadores com rebanhos entre 101 e 1000 reses dividiam o contingente total de africanos com aqueles que possuíam mais de 1000 cabeças de gado, sendo que os primeiros detinham 42,4% da escravaria de origem africana e os segundos, 45,2%.

²⁰⁴ FONTELLA. Op. Cit., p. 191.

²⁰⁵ FARINATTI. Op. Cit., p. 300.

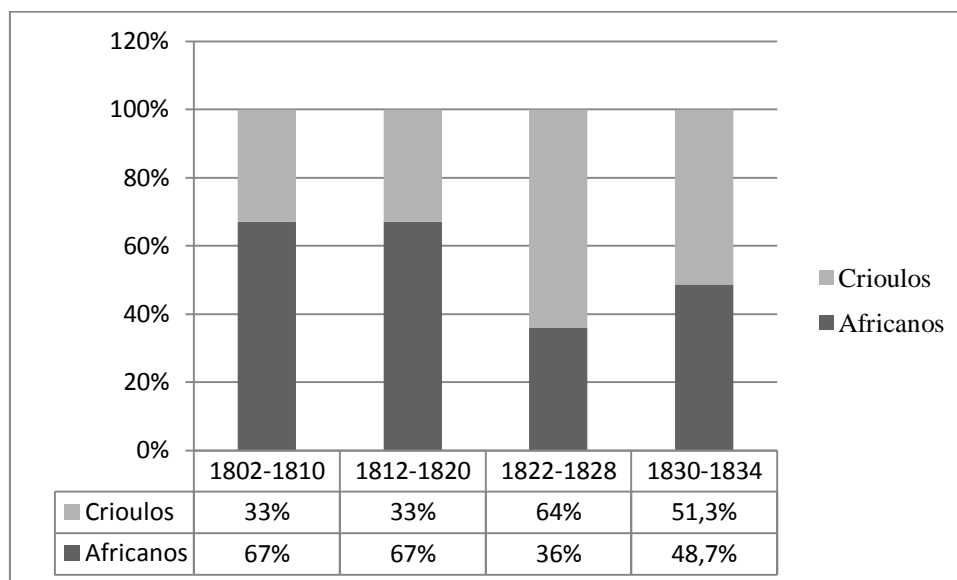
²⁰⁶ ALADRÉN. Op. Cit., p. 108.

²⁰⁷ Idem, p. 130. Aladrén encontrou um índice de 52,3% de cativos africanos na totalidade dos inventários do 1º cartório de órfãos e ausentes de Jaguarão, abertos entre 1802 e 1836.

²⁰⁸ FRANCO. Op. Cit., p. 116.

Também é necessário observarmos se houve alguma variação na proporção de crioulos e africanos naquela fronteira ao longo do tempo (gráfico 9).

Gráfico 9 – Participação de crioulos e africanos no total de escravos, por intervalos



Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

Percebemos os maiores percentuais de africanos justamente nas décadas de auge do tráfico atlântico de escravos, ao passo que nas conjunturas de retração na importação de cativos observa-se uma queda acentuada nas taxas de africanidade. Essas variações confirmam a intensa ligação daquela fronteira com o comércio atlântico de cativos. Podemos dizer que, pelo menos no momento de formação dos estabelecimentos produtivos de Jaguarão, o recurso à mão de obra de cativos africanos foi fundamental. Já no último intervalo analisado, nota-se quase um equilíbrio na proporção entre africanos e crioulos, sendo que estes últimos aumentaram gradativamente a sua participação no contingente cativo em virtude, certamente, da reprodução endógena dessa população.

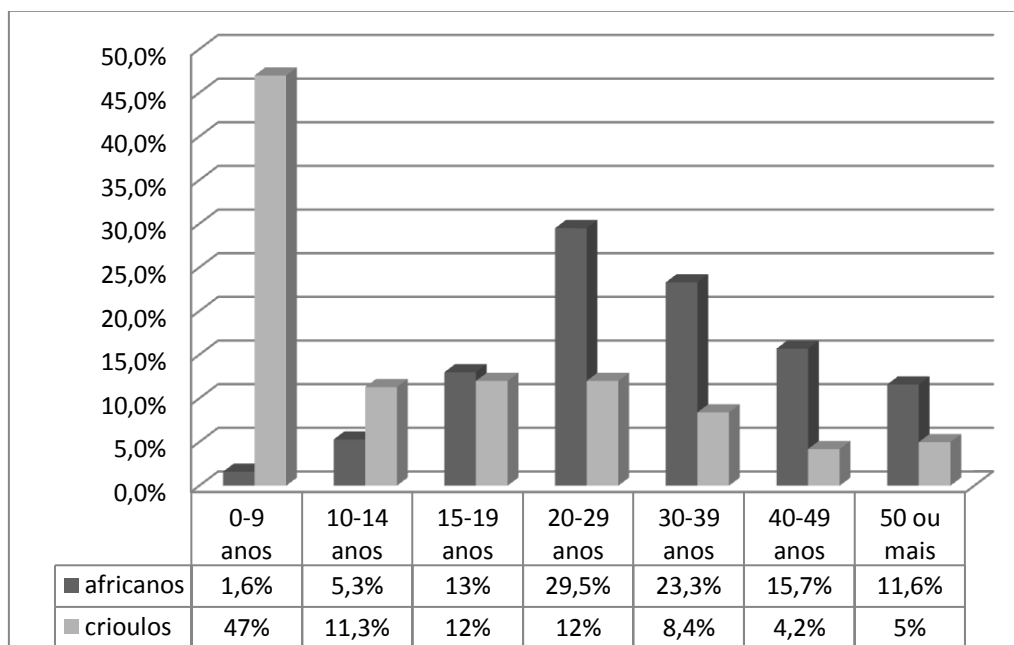
Após verificarmos a ligação da Fronteira do Jaguarão com o tráfico atlântico de escravos, resta-nos observar de que maneira esse comércio de almas afetou o perfil etário da escravaria presente naquela fronteira. Mas, primeiramente, é necessário estarmos atentos para o alerta do historiador Stuart Schwartz sobre o problema da imprecisão na atribuição de idade aos cativos:

“Neste estudo, como em outros, as discussões a respeito de idades serão imprecisas devido a esses problemas; contudo, em termos gerais, a despeito da imprecisão na separação das categorias etárias, é possível examinarmos a

população escrava dividida em crianças até oito ou treze anos, adultos de catorze a cinquenta e idosos com mais de cinquenta anos²⁰⁹.

Com essa ressalva em mente, vejamos agora o perfil etário do contingente cativo que foi arrolado nos inventários *post mortem* de Jaguarão (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Perfil etário dos escravos africanos e crioulos, 1802-1834



Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

Como era esperado, aqueles que estavam em idade produtiva constituíam a maior parcela dos cativos africanos. Porém, não se pode desprezar o índice de crianças africanas entre 0 e 14 anos (6,9%). Na vila de Rio Pardo, entre 1810 e 1835, as crianças representavam apenas 2,2% da escravaria africana²¹⁰ e, nos dados trabalhados por Aladrén em sua tese, essa mesma faixa etária correspondia a 3,7% dos cativos nascidos na África²¹¹. Assim, embora os senhores escravistas de Jaguarão preferissem investir em cativos africanos com mais de 15 anos, podemos observar um interesse na compra de crianças, possivelmente para serem instruídas nas lides campeiras. Já entre os africanos idosos (com 50 anos ou mais), há realmente um baixo percentual, especialmente se comparado com a vila de Rio Pardo, onde havia 18,1% de idosos entre os nascidos na

²⁰⁹ SCHWARTZ. Op. Cit., p. 288.

²¹⁰ PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Caminhos Cruzados: Famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese de doutorado, São Leopoldo: PPG História – Unisinos, 2009, p. 110.

²¹¹ ALADRÉN. Op. Cit., p. 117.

África²¹². Esse pequeno número de africanos idosos é um indicativo de que a população escrava não havia se estabelecido há muito tempo naquela fronteira, principalmente em comparação a áreas de povoamento mais antigo, como era o caso de Rio Pardo.

Quanto aos crioulos, chama a atenção o alto índice de crianças de até 9 anos (47%). Nesta mesma faixa de idade, Aladrén identificou um percentual de 44,7%. Na vila de Rio Pardo, também havia um percentual de crianças crioulas²¹³ um pouco inferior ao que verificamos para Jaguarão. O índice de escravos crioulos com até 9 anos, que foi indicado no gráfico 10, mostra que o suprimento de novos cativos naquela região fronteira não se dava apenas através do tráfico atlântico, mas uma parte desse suprimento ocorria através da reprodução endógena.

O primeiro censo populacional específico da região abordada nesta investigação foi elaborado somente após a elevação da freguesia de Jaguarão à condição de Vila em 6 de julho de 1832²¹⁴. Por esse censo populacional, realizado no ano de 1833, sabemos que aquela vila possuía uma população total de 5457 pessoas, sendo que os escravos correspondiam a 46,4% desse total²¹⁵. Já não nos causa surpresa essa grande participação do contingente cativo no conjunto da população de Jaguarão, pois, como viemos expondo ao longo desse capítulo, o trabalho escravo foi fundamental na formação socioeconômica daquele espaço fronteiro. Quanto ao gênero, a população escrava dividia-se em 64,5% homens e 35,5% mulheres. Os africanos compunham 61,7% do total da escravaria, índice que indica um predomínio de africanos naquela região ainda mais acentuado do que a análise anterior dos inventários *post mortem* identificou. Além disso, essa elevada taxa de africanidade é mais uma forte evidencia a favor da ligação entre aquela fronteira e o tráfico atlântico de cativos. Tal taxa está próxima da que foi identificada, no mesmo ano de 1833, para a região charqueadora de Pelotas, onde 67,4% dos cativos eram naturais da África²¹⁶. Paulo Moreira, ao analisar os dados desse censo populacional de Jaguarão, observou que os responsáveis pelo censo dividiram os “pretos” simplesmente entre naturais ou da Costa, não havendo a descrição de nenhuma nação específica. Sobre esse uso generalizado da expressão da

²¹² PETIZ. Op. Cit., p. 110.

²¹³ Idem, p. 110.

²¹⁴ FRANCO. Op. Cit., p. 111.

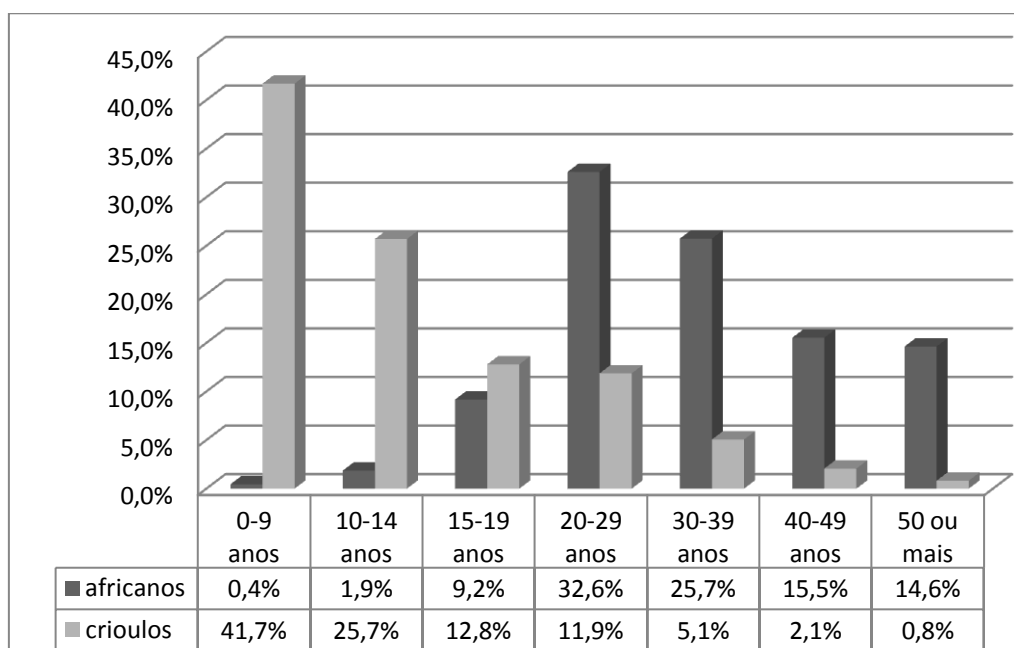
²¹⁵ Relação nominal da população da vila de Jaguarão, 1833. AHRS – Autoridades Municipais, Caixa 35. Agradeço ao professor Paulo Moreira por ter concedido os dados dessa fonte, a qual se encontrava indisponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul no momento desta pesquisa.

²¹⁶ VARGAS. Op. Cit., p. 115.

Costa, o autor sugere que “... talvez indique o ingresso maciço neste período de indivíduos da África Ocidental, numa proporção tal que tenha impactado as autoridades públicas, que passaram a tratar todos os africanos como da Costa²¹⁷”. É possível que tenha ingressado um considerável contingente de africanos “da Costa” naquelas terras fronteiriças nesse período de elaboração do censo, mas acreditamos que tal processo tenha ocorrido principalmente nas duas décadas anteriores, quando o tráfico atlântico para o Rio Grande de São Pedro alcançou o seu auge. Além disso, é necessário levar em conta que o termo “da Costa” era uma denominação bastante genérica, utilizada muitas vezes para designar todos os africanos, não havendo, portanto, uma correlação direta entre este termo e a procedência da África Ocidental²¹⁸.

Como o censo especifica a idade de cada indivíduo, podemos traçar o perfil etário da população cativa através dessa fonte e compararmos com o perfil encontrado a partir dos inventários.

Gráfico 11 – Perfil etário dos escravos no censo de 1833



Fonte: Relação nominal da população da vila de Jaguarão, 1833. AHRs.

Observamos algumas continuidades no perfil etário esboçado acima, de modo que os dados desse censo confirmam boa parte das informações extraídas dos inventários,

²¹⁷ MOREIRA. Op. Cit., p. 119.

²¹⁸ ALADRÉN. Op. Cit., p. 124-125.

servindo inclusive para legitimar a amostra utilizada neste trabalho. Primeiramente, o contingente africano entre 15 e 49 anos correspondia a 83% dos cativos naturais da África, demonstrando que o tráfico atlântico continuava impactando a população cativa daquela fronteira. As rupturas mais evidentes se deram nas duas faixas etárias extremas da escravaria africana, com uma redução na quantidade de crianças e um acréscimo de idosos, denotando uma diminuição no ingresso de africanos com até 14 anos e o conseqüente envelhecimento daquela população. Em relação ao contingente de crioulos, trata-se, de modo geral, de uma população bastante jovem, constituída em grande medida através da reprodução endógena, uma vez que as crianças até 9 anos formavam 41,7% daquela população. A discrepância mais significativa se deu na faixa entre 10 e 14 anos, que não era tão representativa nos dados dos inventários, mostrando, por um lado, o amadurecimento dos crioulos mais novos ao longo do tempo. Mas, por outro lado, uma parte dos crioulos do sexo masculino nessa faixa etária devia ser obtida através do comércio de cativos, pois havia uma considerável desproporção entre homens e mulheres justamente nessa faixa dos 10 aos 14 anos, numa proporção de 61,45% para 38,55%, respectivamente, sendo que em todas as demais faixas etárias do contingente de crioulos havia um equilíbrio numérico entre os sexos.

O censo de 1833 também relaciona os indivíduos libertos, os quais totalizavam apenas 70 pessoas. Já em Pelotas, na mesma época, havia 1137 indivíduos libertos²¹⁹. Tais números podem estar apontando para uma baixa incidência de alforrias em Jaguarão. Mas talvez os libertos tivessem sido sub-representados naquele censo, não sendo tão diminuta a prática de concessão de alforria naquela localidade. De qualquer maneira, a quantidade total de libertos naquela população não devia ser muito superior a que foi registrada no censo. Passando à análise das origens dos libertos que viviam naquela vila fronteira, observamos que a ampla maioria deles eram crioulos (91,4%). Assim, além da possibilidade de conquista da alforria ser limitada, como se pode depreender a partir dos dados do censo, as chances de um escravo africano obter a manumissão eram bem menores do que as de um cativo crioulo.

²¹⁹ VARGAS. Op. cit., p. 116.

3.4 – Ocupações dos escravos nas unidades produtivas

É necessário reconhecer, antes de tudo, as limitações dos inventários *post mortem* para o estudo das ocupações dos cativos, uma vez que apenas uma pequena parcela da escravaria tinha a sua ocupação descrita nos autos. Na amostra utilizada nesta pesquisa apenas 18,3% do total de escravos possui designação de ofício, o que significa que todo o resto dos indivíduos escravizados que estamos estudando aqui não possuía esse tipo de designação. Sobre essa limitação da fonte, Farinatti fez o seguinte comentário:

“Muitos dos casos referem-se simplesmente a uma forma do inventariante ou do escrivão responsável pelo processo designarem mais sumariamente os termos do inventário. Nesse caso, escravos campeiros, roceiros, carpinteiros e outros podem estar diluídos naquele número de cativos sem ocupação declarada. Porém, em outros casos, a omissão pode significar que aquele escravo era empregado em um variado leque de funções, como o costeio do gado, a roça de alimentos, o trabalho em construções e outros²²⁰” (grifo meu).

O autor sugere, desse modo, que uma parte dos cativos sem ofício declarado podia ser empregada em múltiplas tarefas. Acreditamos que esse tenha sido o padrão mais comum nos pequenos plantéis de escravos, nos quais os poucos trabalhadores cativos deviam realizar praticamente todas as tarefas.

Tendo em vista essa omissão quanto ao ofício exercido pela maior parte dos escravos arrolados nos autos, buscaremos conjugar o perfil das unidades produtivas (ver quadro 1) com a mão de obra cativa presente nessas unidades, a fim de levantarmos algumas hipóteses sobre as suas possíveis ocupações.

Nas pequenas unidades de produção, com até 100 reses, encontrava-se 13,4% do total de escravos da amostra, sendo que nenhum deles teve a sua ocupação declarada. Isso pode ser um indício de que nessas unidades fosse mais comum os escravos realizarem múltiplas funções. Contudo, levando em conta que essas unidades tinham um perfil produtivo mais voltado para as atividades agrícolas, podemos supor que os cativos ali presentes se dedicassem, na maior parte do tempo, à agricultura, inclusive participando na produção de trigo, o qual era cultivado em parte desses estabelecimentos.

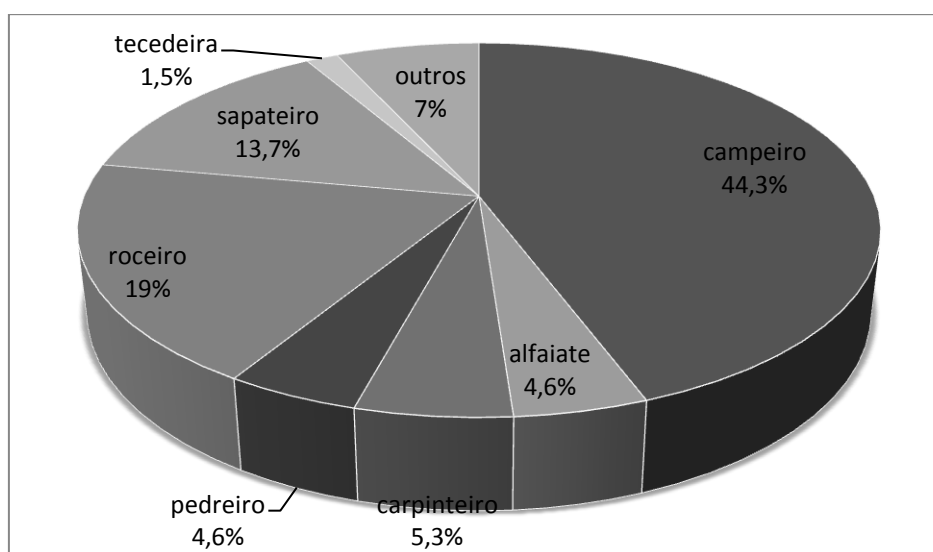
²²⁰ FARINATTI. Op. Cit., p. 302.

A maioria dos cativos de estâncias com até 1000 reses deviam também ser empregados em múltiplas tarefas, haja vista o caráter misto da produção realizada naqueles estabelecimentos. Apenas 5,7% do total de escravos nessas estâncias possuía ofício declarado, sendo que quase a metade deles era formada por “campeiros”. Assim, no caso desses estabelecimentos, as lides campeiras deviam ser a principal ocupação destes cativos.

Nas estâncias com mais de 1000 reses, encontrava-se praticamente a metade de todos os escravos da amostra, sendo que 32,2% deles tiveram a sua ocupação descrita. Farinatti também identificou uma maior incidência de cativos com ocupações declaradas entre os estancieiros mais abastados, principalmente entre aqueles que detinham mais de 2000 reses²²¹. Esses dados apontam, possivelmente, para um maior grau de especialização dos cativos nas unidades pastoris de maior porte. Quanto ao tipo de ocupação dos cativos dessas estâncias de Jaguarão, predomina o ofício de “campeiro”, o que reforça a ideia de que a mão de obra escrava era empregada de forma regular na faina pastoril, ao contrário do que propôs a historiografia tradicional.

Vejamos as ocupações de cativos mais frequentes na amostra, tendo em mente que a grande maioria desses trabalhadores escravizados estava nas estâncias de médio e grande porte, ou seja, aquelas que possuíam rebanhos superiores a 1000 cabeças de gado.

Gráfico 12 – Escravos com ocupações declaradas



Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

²²¹ FARINATTI. Op. Cit., pp. 302-303.

Cabe esclarecer que a representação gráfica acima não pretende indicar quais eram os ofícios exercidos por todo o conjunto de escravos da amostra, servindo mais para ilustrar as diferentes especializações que um cativo poderia ter. Feito esse esclarecimento, destaca-se nitidamente a participação de “campeiros” entre os escravos com ocupação declarada, com um índice que está acima do que foi identificado por Osório para a área rural da capitania – 37,7% – e mais próximo ao que foi detectado por Farinatti para o caso de Alegrete – 47%. Também chama a atenção a participação de “roceiros”, mostrando claramente a importância das atividades agrícolas nas unidades criatórias.

A maioria dos escravos campeiros era natural da África, mostrando mais uma vez a relevância do contingente africano naquelas terras, inclusive impactando o perfil dos cativos dedicados exclusivamente às lides pecuárias.

Quadro 8 – Escravos campeiros – Origem, Fronteira do Jaguarão, 1802-1834

Origem	Total de escravos campeiros	% de escravos campeiros
Africanos	24	41,4%
Crioulos	15	25,9%
Não Informada	19	32,8%
Total	58	100,0%

Fonte: 78 inventários *post mortem*. APERS.

Em Alegrete, Farinatti identificou um equilíbrio entre africanos e crioulos no conjunto dos escravos campeiros, constatando que os crioulos nem sempre eram maioria entre os cativos dedicados às lides campeiras, mas, conforme o autor,

“Se havia uma preferência por destinar os crioulos para a atividade de peão, ela não elidia que os grandes criadores, que tinham mais recursos para investir em escravos, comprassem cativos africanos e os empregassem para pastorear rebanhos²²²”.

Tudo leva a crer que os grandes criadores de Jaguarão também optaram por investir em africanos para destiná-los ao manejo do gado. Em nossa amostra, aqueles que podem ser considerados como a elite estancieira, ou seja, os criadores com mais de

²²² FARINATTI. Op. Cit., p. 306.

4000 reses, detinham quase 90% dos escravos campeiros. Desse modo, convém reduzirmos nossa escala de observação a fim de analisarmos os plantéis de escravos pertencentes a alguns dos grandes estancieiros daquela fronteira.

Quadro 9 - Escravos campeiros e roceiros em estâncias da Fronteira do Jaguarão

Inventariado	Escravos campeiros	Escravos roceiros	Total de escravos	Escravos alforriados	Rebanho Vacum	Agricultura
João Teixeira de Melo (1827)	6	3	38	7	2358	sim
Antônio Francisco dos Santos Abreu (1818)	11	17	41	0	4700	sim
Manuel Amaro da Silveira (1824)	22	4	54	3	19012	sim

Fonte: Inventários *post mortem*. APERS.

Nota-se, no quadro acima, uma relação direta entre o tamanho do rebanho vacum e a quantidade de escravos campeiros, sendo que quanto maior fosse o rebanho, maior era a demanda por trabalhadores especializados no manejo do gado. Convém destacar que o estancieiro Manuel Amaro da Silveira chegou a destinar uma grande parcela de seus cativos exclusivamente para o pastoreio de seu imenso rebanho. Essa vinculação entre a dimensão do rebanho e a quantidade de escravos campeiros, conforme podemos observar acima, demonstra que havia uma necessidade considerável de mão de obra, principalmente na atividade pecuária de grande porte.

No caso dos três proprietários discriminados no quadro 9, a necessidade de peões permanentes para o pastoreio de seus rebanhos parece ter sido suprida por trabalhadores cativos, revelando uma acentuada dependência da mão de obra cativa num contexto de baixa oferta de trabalhadores livres. Infelizmente, não possuímos para este estudo fontes que nos permitam detectar a presença de trabalhadores livres no núcleo permanente de peões das estâncias, mas eles provavelmente deviam complementar o contingente de trabalhadores estáveis daqueles estabelecimentos, além de servirem como trabalhadores temporários nas épocas de marcação e castração do gado, as quais demandavam maior quantidade de mão de obra²²³.

²²³ FARINATTI. Op. Cit., p. 323-327.

3.5 – Senhores e cativos

Uma importante questão esteve latente ao longo deste capítulo: como esses senhores escravistas conseguiam manter seus elevados plantéis de cativos em uma área fronteiriça, onde havia a real possibilidade de fuga para os domínios espanhóis? Essa questão é ainda mais relevante se lembrarmos de que vários desses cativos circulavam montados a cavalo, realizando o costeiro do gado. Certamente a condição fronteiriça daquela região influenciou as relações entre senhores e escravos, dando maior poder de barganha a estes últimos²²⁴. Voltando aos dados do quadro 9, observamos que dois proprietários concederam alforria a alguns dos seus cativos. A promessa de alforria, apesar de poucas vezes ser realizada, podia dar aos cativos a esperança de liberdade através do cumprimento das normas impostas pelo senhor. Merecem registro as palavras da viúva de João Teixeira de Melo – Geneveva Maria da Conceição, que expressou o seu desejo de libertar o escravo pardo Jerônimo “por gratidão e por o ter criado aos seus peitos e por ter recebido muito bons serviços²²⁵”. Além da relação de proximidade que Geneveva tinha com aquele cativo, ela destaca que os bons serviços prestados pelo pardo Jerônimo eram mais um motivo que a levava a conceder-lhe a alforria. Encontramos, na amostra de inventários, outros três casos que mencionam a realização de bons serviços como motivo para a concessão da liberdade. Percebe-se, nesses casos, o papel da concessão de liberdade como uma premiação a um escravo que tinha desempenhado bem às suas funções, que, no caso do pardo Jerônimo, era justamente a atividade de “campeiro”.

O grande estancieiro Manoel Amaro da Silveira, por sua vez, concedeu ao seu escravo Domingos, juntamente com a alforria, 50 animais e um pequeno pedaço de terra. Outro grande criador, Jozé Rodrigues de Carvalho, deixou forro o seu escravo Ventura com a condição de ter que acompanhar a sua senhora enquanto ela estivesse viva e permanecer na mesma fazenda, “e lhe darão uma junta de bois para fazer suas lavouras”. Desse modo, podemos pensar que o principal incentivo dado aos escravos para a sua permanência naquelas terras tenha sido a doação de alguns animais e a permissão para o uso de um pedaço de terra da propriedade para criação ou cultivo.

²²⁴ ARAÚJO, Thiago L. de. *Para o outro lado da linha: as fugas de escravos para o além-fronteira (século XIX)* In.: GRINBERG, Keila (org.). *As Fronteiras da Escravidão e da Liberdade no Sul da América*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 166-167.

²²⁵ Inventário de João Teixeira de Melo. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, cx. 28, estante 149A, 1827.

Devia haver, por certo, outras estratégias de dominação senhorial naquela fronteira, as quais não conseguimos vislumbrar através das fontes utilizadas. Mas outros estudos também identificaram essa mesma estratégia de dominação em outros contextos, como foi o caso de Alegrete:

“O fato de que parte dos escravos pudesse criar alguns animais decorria de suas próprias reivindicações e da política de domínio senhorial. (...) um escravo com animais misturados aos de seu senhor, ou com roças e famílias, cuidava e defendia também algo que fazia parte de seus interesses. Para funcionar, as relações escravistas precisavam aceitar esses limites²²⁶”.

Embora tenha ocorrido com frequência a fuga de alguns escravos, parece ter prevalecido a permanência da maior parte da escravaria nos estabelecimentos produtivos daquela fronteira. Por um lado, manteve-se uma elevada proporção de escravos na população de Jaguarão até o final da década de 1850²²⁷. Por outro lado, identificamos alguns senhores escravistas que conseguiram manter os seus plantéis de escravos no mesmo patamar ao longo dos anos. Em uma relação dos “Cabeças de Casal, Brancos, Escravos da Nova Freguesia de São João Batista do Herval”²²⁸, elaborada em 1824, identificamos alguns dos grandes proprietários presentes em nossa amostra de inventários. Nessa relação, João Teixeira de Melo aparece como responsável por 36 escravos, sendo que três anos depois, quando foi aberto o seu inventário (1827), ele possuía 38 cativos. Apenas um dos seus cativos constava como fugido, o que deve ter ocorrido no contexto da Guerra Cisplatina. A família desse estancieiro mantinha uma relação bastante peculiar com os cativos, pois além de a sua esposa ter ajudado a criar um dos escravos, João Teixeira de Melo era padrinho de uma crioula chamada Anna, a qual foi gerada por seu filho Manoel, e, no fim de sua vida, aquele estancieiro deixou 50\$000 réis para a sua afilhada e neta. Porém, o mais surpreendente é que havia quatro libertos na propriedade da família no momento em que foi redigido o testamento do cabeça de casal, sendo que cada um deles foi agraciado com a doação de um escravo! Isso significa que esses libertos foram tratados de modo semelhante aos filhos daquele proprietário, os quais também haviam recebido a doação de escravos no momento de

²²⁶ FARINATTI. Op. Cit., p. 387.

²²⁷ CARATTI, Jônatas Marques. *O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013, pp. 232-234.

²²⁸ “Consulta sobre Erigir-se Freguesia a Capela do Herval, da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro”. AN - “MCO”, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas (Agradeço ao historiador Marcelo Matheus por ter disponibilizado essa fonte).

registro do testamento do patriarca da família. Podemos, desse modo, considerar que esse proprietário mantinha uma gestão bastante paternalista sobre a sua escravaria, a ponto de quatro ex-cativos permanecerem em sua propriedade e serem beneficiados da mesma forma que foram seus filhos.

Outro grande estancieiro de nossa amostra presente também nessa “Relação de 1824” foi Francisco das Chagas, falecido em 1834. Em dez anos, o seu plantel de escravos passou de 80 para 68 cativos, ou seja, apresentou uma redução de 15%. No entanto, não há indícios de fuga de seus escravos, sendo possível que alguns deles tenham falecido e outros tenham sido negociados e o dinheiro distribuído entre seus herdeiros, os quais tinham em seu poder mais de 25 contos de réis pertencentes ao inventariado²²⁹. Outro inventariado que aparece na “Relação” – Manoel dos Santos Leite – teve seu plantel ampliado nesse mesmo intervalo de tempo, passando de 6 para 10 cativos no ano de 1834²³⁰. Assim, se houve a perda de alguns escravos, principalmente nas conjunturas de guerra que atingiram aquela fronteira, podemos supor que tais perdas não tenham sido tão significativas a ponto de abalar as relações de produção escravistas.

O fato de destacarmos a gestão paternalista da escravaria²³¹ não significa negar a prática de punições violentas que eram dispensadas aos cativos. Elas estavam presentes no cotidiano das relações escravistas, como se pode perceber no seguinte relato sobre oito escravos que foram presos juntos com um cativo suspeito de homicídio:

“... a respeito dos mais, o Senhor delles, o cap. Joze Rodriguez Barcelos, requereo que se dece em cada hum, hua novena de 50 asoites por dia, para correção, e exemplo dos demais. visto não terem culpa na morte, tendo levado o castigo, pertendo tambem mandalos soltar, quando requerer seu Senhor²³²”.

Inclusive encontramos entre os bens descritos em um inventário “um tronco com ferragens no valor de 8\$000²³³”. No entanto, não podemos concordar com a perspectiva esboçada por Fernando Henrique Cardoso sobre a dominação senhorial através

²²⁹ Inventário de Francisco das Chagas. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, Auto nº 145, cx. 31, estante 149A, 1834.

²³⁰ Inventário de Manoel dos Santos Leite. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, Auto nº 153, cx. 32, estante 149A, 1834.

²³¹ VARGAS. Op. Cit., pp. 276-278.

²³² Carta de Manuel Marques de Souza a Joze Ignacio da Silva, 26/09/1805. AHRS – FAM, maço 8.

²³³ Inventário de Francisco Quadrado. APERS, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, Auto nº 63, cx. 26, estante 149A, 1822.

unicamente da violência. A frase a seguir resume bem a visão sustentada pelo autor: “... o negro amarrado no tronco (...). Nessa situação extrema desvenda-se todo o mecanismo de manutenção da sociedade escravocrata...²³⁴”. Como outros trabalhos tem mostrado, apenas o uso da violência não permitiria a manutenção do escravismo, ainda mais em terras fronteiriças. Havia, certamente, uma combinação de punições e incentivos, tais como a colocação de cativos em funções especializadas e a permissão para o pastoreio de seus próprios rebanhos. Assim, estamos de acordo com a perspectiva esboçada por Stuart Schwartz, ao analisar o caso do recôncavo baiano:

“Os senhores de engenho descobriram que a melhor maneira de obter a desejada quantidade e qualidade do trabalho era um misto de punições e recompensas (...) A adaptabilidade do escravismo conferiu longevidade ao sistema, mas também deu aos cativos alguma esperança²³⁵”. (Grifo meu)

No caso específico daquela fronteira, vimos anteriormente que havia uma solidariedade entre as guardas militares portuguesas e espanholas em relação à restituição recíproca de escravos fugitivos, o que, provavelmente, dificultou a empreitada da fuga do cativo. Além disso, ao longo de todo o período analisado neste trabalho, a escravidão teve ampla legitimidade nos dois lados daquela fronteira, pois também em Serro Largo a posse de cativos estava disseminada entre a maioria dos domicílios²³⁶. Assim, um cativo que fugisse em direção à Banda Oriental tinha grandes possibilidades de ser capturado e enviado ou para a sua propriedade de origem ou até mesmo para alguma propriedade daquelas terras ao sul do Rio Jaguarão.

Portanto, a soma de todos esses fatores – paternalismo, incentivos, punições, vigilância das guardas militares – contribuíram conjuntamente para a manutenção da posse sobre cativos naquela região extrema da fronteira.

* * *

²³⁴ CARDOSO. Op. Cit., p. 174.

²³⁵ SCHWARTZ. Op. Cit., pp. 142-143.

²³⁶ BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y Trabajo: un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. (1835-1855)*. Montevideo: Púlmon Ediciones, 2004, pp. 163-169.

Todos os dados que foram apresentados neste capítulo confirmaram a relevância do trabalho escravo nos campos da Fronteira do Jaguarão. Sobretudo no período formativo daquela região, o recurso à mão de obra cativa foi fundamental em vista da baixa oferta de trabalhadores livres, os quais podiam ter acesso aos muitos terrenos ainda sem título formal de propriedade naquela fronteira.

O caso aqui apresentado reforça as constatações que vem sendo feitas pela historiografia recente em relação à significativa presença de trabalhadores escravizados em áreas fronteiriças dedicadas majoritariamente à atividade pecuária. Todavia, algumas especificidades foram encontradas no caso de Jaguarão. Encontramos um padrão de posse cativa que estava, por um lado, disseminada ente muitos proprietários de até 9 escravos, mas, por outro lado, concentrada nas mãos dos grandes senhores escravistas. Esse nível de concentração da escravaria mostrou-se superior a praticamente todos os casos que serviram como base de comparação neste estudo.

Ao relacionarmos a posse de cativos com a dimensão dos rebanhos vacuns, pudemos observar a ligação entre a criação de gado e o elevado contingente cativo presente naquela área fronteiriça, uma vez que a pecuária foi a atividade produtiva que empregou a maior parte da mão de obra escrava em Jaguarão. Embora em proporções menores do que as atividades pastoris, a agricultura também demandou uma quantidade razoável de mão de obra cativa. Quanto ao trabalho escravo nas charqueadas daquela localidade, pudemos verificar que apenas uma pequena parcela dos escravos encontrava-se naqueles estabelecimentos produtivos, o que desfaz com a ideia de que Jaguarão possuía uma elevada população escrava por causa da produção do charque.

Outra especificidade daquela fronteira era a sua intensa ligação com o comércio atlântico de cativos, o que pôde ser observado principalmente pelo elevado percentual de africanos dentre a população escrava de Jaguarão. O predomínio de escravos naturais da África naquela localidade aponta para a capacidade de acumulação de capital por parte daqueles produtores, principalmente os criadores de gado, pois a grande maioria dos africanos encontrava-se justamente nas estâncias. Assim, a população escrava daqueles campos foi formada inicialmente através da compra de africanos, a ponto de a taxa de africanidade de Jaguarão em 1833 quase equiparar-se ao índice verificado no caso do complexo charqueador pelotense. Contudo, é necessário salientar que aquela população foi crescendo também através da reprodução endógena, conforme ficou evidente a partir dos altos índices de crianças crioulas. Essa grande quantidade de

crioulos com até 9 anos, juntamente com o grande número de africanos em idade produtiva e o baixíssimo percentual de cativos idosos de ambas as origens, evidenciou o quão jovem era a população escrava daquela fronteira. Esse perfil etário observado mostra que a presença cativa na Fronteira do Jaguarão era recente e acompanhou o ritmo de apropriação daquelas terras iniciado no final do século XVIII, juntamente com o estabelecimento das unidades de produção.

Em relação às ocupações dos cativos nas unidades produtivas, pudemos levantar algumas hipóteses, destacando o maior grau de especialização dos cativos dos grandes estancieiros, sendo que a maioria dos cativos da amostra com ocupação declarada exercia o ofício de campeiro. A esse respeito encontramos mais uma peculiaridade da região em estudo: a maioria desses cativos campeiros era de origem africana, demonstrando que os grandes senhores investiram em escravos naturais da África para destiná-los ao manejo do gado.

Por último, tentamos identificar as estratégias de dominação específicas daqueles senhores escravistas da fronteira, destacando o uso de incentivos oferecidos aos escravos, tais como a concessão de um pequeno rebanho e a permissão para o uso da terra, a fim de garantirem a permanência da sua escravaria. A condição fronteiriça daquela região certamente influenciou as relações escravistas travadas naqueles campos, levando alguns senhores a realizarem uma gestão de caráter paternalista sobre a sua escravaria. Outro fator que contou a favor da manutenção dos plantéis de cativos naquelas terras foi a ampla legitimidade que o sistema escravista tinha naquele momento nos dois lados da fronteira.

Portanto, observamos a implantação e a ampliação da escravidão naquele espaço fronteiriço através principalmente do tráfico atlântico de cativos. Também percebemos a reiteração da escravidão naquela região ao longo do tempo, mantendo-se uma forte presença de cativos nas unidades produtivas, especialmente nas grandes estâncias. A quantidade considerável de peões escravos nas estâncias de Jaguarão, em fins da década de 1850, é um forte indicativo desse fenômeno²³⁷. Essa persistência do trabalho escravo ao longo do século XIX passou a ser fruto, em grande medida, da reprodução de uma população escrava nativa que havia se estabelecido nas décadas analisadas neste estudo.

²³⁷ OSÓRIO. *O Império português...* Op. Cit., p. 160.

Conclusões

Após percorrermos os capítulos desta dissertação, faz-se necessário relembrar que o foco principal deste estudo foi a formação da estrutura agrária da Fronteira do Jaguarão. Observamos constantemente como a condição fronteiriça daquele espaço afetava a formação das atividades produtivas. Esse foi o nosso objeto de estudo, o qual perpassou cada capítulo. Portanto, chegando ao término desta pesquisa, podemos destacar algumas conclusões obtidas até esse momento sobre as principais questões que nos guiaram nesta investigação.

Verificamos, inicialmente, que a ocupação efetiva dos terrenos “neutros” situados entre os rios Piratini e Jaguarão, por parte dos súditos portugueses na América, ocorreu a partir da década 1780. Ao final desta década, iniciaram as primeiras concessões de sesmaria naquela fronteira. Dessa forma, a Campanha militar de 1801 serviu para expulsar a presença espanhola de terras que já estavam sendo apropriadas, proporcionando maior segurança àqueles que estavam formando seus estabelecimentos produtivos. Além disso, essa Campanha permitiu a tomada de inúmeras reses da Banda Oriental, dando impulso inicial para os produtores recém-estabelecidos naquelas terras. Não foi por acaso que após esse êxito militar acentuou-se consideravelmente a quantidade de pessoas que passaram a ocupar aqueles terrenos. Nesse momento inicial de ocupação daqueles campos, teve grande importância as relações pessoais com as autoridades militares, notavelmente com o comandante da Fronteira de Rio Grande – Manuel Marques de Souza, o qual detinha poderes que transcendiam a esfera militar, decidindo, em muitos casos, quem poderia se beneficiar daquele processo de expansão agrária.

Também identificamos os efeitos que as intervenções na Banda Oriental trouxeram sobre a formação da estrutura agrária da Fronteira do Jaguarão. Vimos que os encargos dessas guerras pesaram sobre a população daquela fronteira, a qual teve que arcar com o fornecimento de animais para as tropas, principalmente equinos. Mas, por outro lado, esses conflitos bélicos permitiram a tomada de grande quantidade de gado das terras ao sul do Jaguarão. Embora uma parte dessas reses tenha permanecido nas estâncias daquela fronteira, encontramos indícios que indicaram serem as charqueadas o

principal destino desses rebanhos capturados na Banda Oriental. Além disso, foi justamente nessa década de intervenções militares que as concessões de títulos de terra naquela região fronteiriça acentuaram-se, mostrando que os êxitos no campo de batalha andavam ao lado da apropriação de terras.

Passando à análise do perfil produtivo da Fronteira do Jaguarão, constatamos que as diferentes conjunturas de guerra e paz afetavam nitidamente os patrimônios daqueles produtores. Se, por um lado, as intervenções na Banda Oriental deixaram um saldo bastante positivo para aqueles produtores, o contexto da Guerra Cisplatina trouxe perdas que se refletiram no patrimônio produtivo. Todavia, observamos uma estabilização econômica da região no último intervalo da análise, ou seja, entre 1830 e 1834.

Até a década de 1820, a Fronteira do Jaguarão apresentava uma produção pecuária bastante diversificada. Mas, em virtude da demanda crescente da produção do charque, observamos uma gradativa especialização produtiva daquela fronteira, com um grande crescimento da criação de vacuns. Porém, não se pode ignorar a frequência constante de ovinos nos inventários analisados, além da presença de diversos indícios da prática agrícola na maior parte das unidades produtivas analisadas. Desse modo, identificamos inúmeras estâncias “mistas”, da mesma forma que Helen Osório já havia constatado para o caso da capitania no colonial tardio. Portanto, aquela fronteira apresentava um perfil produtivo diversificado, mesclando produção pecuária e agricultura.

Embora não fosse o centro de nossa atenção no início desta pesquisa, tornou-se impossível não abordar a questão do trabalho escravo naquela fronteira, em vista da abundância de indícios sobre os cativos nas fontes consultadas. Conforme foi abordado no primeiro capítulo, desde os primórdios da ocupação luso-brasileira daquelas terras havia a presença de cativos naquele território, a ponto de causar constante preocupação nas autoridades militares que guarneciam aquela região. O principal motivo de preocupação foi evidentemente a manutenção da propriedade sobre cativos em uma área de fronteira. Apesar de a Campanha de 1801 propiciar a fuga de inúmeros escravos, logo após o término desse conflito bélico as autoridades militares de ambos os lados da fronteira reafirmaram uma política de restituição recíproca de cativos fugitivos. A forma encontrada para proteger a propriedade sobre os indivíduos escravizados foi negar abrigo aos escravos fugitivos em ambos os lados da fronteira. Assim, sustentamos que,

enquanto a escravidão teve legitimidade naqueles dois territórios, havia grandes dificuldades para o êxito na fuga de escravos. Não negamos a ocorrência constante de fugas, sendo este um importante elemento na negociação das relações escravistas naquele espaço. O que enfatizamos são os obstáculos que havia para a obtenção da liberdade no outro lado da fronteira naquele contexto. Por isso, pareceu-nos mais plausível trabalhar com a ideia da permanência da maior parte daqueles cativos nas propriedades da Fronteira do Jaguarão.

Seria bastante difícil compreender a presença maciça de escravos na população daquela fronteira, bem como o papel do trabalho escravo naqueles campos, caso não tivéssemos conhecimento sobre a estrutura produtiva daquele espaço. Desse modo, pudemos constatar que a mão de obra cativa foi aplicada em maior quantidade na atividade pecuária, o que reforça a ideia sustentada pela historiografia recente quanto ao emprego regular de cativos nas lides pastoris²³⁸. A agricultura e a produção do charque também demandaram braços cativos, mas em menores proporções.

Certamente a conclusão mais significativa sobre a população cativa daquela fronteira diz respeito às suas origens: a maior parte daqueles cativos era nascida na África. Esse dado contribuiu para chegarmos à outra importante constatação: havia uma intensa ligação daquela fronteira com o comércio atlântico de escravos via porto de Rio Grande, especialmente nas duas primeiras décadas do século XIX. Identificamos um maior índice de africanos no período de consolidação daquela fronteira, ou seja, entre 1802 e 1820. No intervalo entre 1822 e 1834, percebemos uma maior presença de crioulos naquela população. Associando este último dado com o elevado percentual de crianças no contingente crioulo ficou evidente que a reprodução endógena também teve grande importância para o crescimento da população escrava daquela fronteira, principalmente após a terceira década do século XIX. A partir desse momento, a Fronteira do Jaguarão estabiliza-se e aquela sociedade “amadurece”: gerações de senhores e escravos passaram a se suceder naquele espaço.

Assim, este estudo de caso contribui para reafirmar que a escravidão não era incompatível com a condição fronteiriça daquela área; mas, pelo contrário, a exploração do trabalho escravo mostrou-se funcional àquela realidade, apesar das conjunturas de guerra mais propícias às fugas. A reprodução de uma sociedade escravista ao longo do tempo mostrou a funcionalidade desse sistema.

²³⁸ FARINATTI. *Confins Meridionais...* Op. Cit.; OSÓRIO. *O Império português...* Op. Cit.; ZARTH. Op. Cit.

Ao observarmos o impacto da condição fronteiriça sobre a estrutura produtiva, fomos percebendo também o quanto o processo de expansão agrária acabou moldando aquela fronteira. Em outras palavras, o processo de apropriação efetiva daquelas terras, juntamente com a formação de unidades produtivas, foi fundamental para a definição dos contornos daquela área, fazendo com que o rio Jaguarão fosse se estabelecendo como uma divisa entre os territórios portugueses e espanhóis. Dessa forma, aquele espaço passou gradativamente a ser reconhecido e designado como a “Fronteira do Jaguarão”. No entanto, aquele rio não poderia isolar as populações que habitavam em seus dois lados; pelo contrário, muitos cruzavam o Jaguarão constantemente, realizando negócios lícitos e ilícitos, manejando rebanhos, comandando tropas, administrando propriedades em mais de um território, fugindo ou retornando ao domínio senhorial ou tentando escapar da justiça.

Esse processo de expansão agrária foi respaldado pelas diversas guerras encabeçadas pelas tropas luso-brasileiras, uma vez que a apropriação daqueles campos antecedeu os conflitos armados. A grande demanda da produção do charque nos primórdios do Oitocentos acabou impulsionando esse processo que aqui foi analisado. Todavia, vimos que sem o recurso ao trabalho escravo seria praticamente impossível o desenvolvimento das atividades produtivas naquelas novas terras. Assim, não foram apenas conflitos bélicos, nem muito menos tratados diplomáticos, que permitiram a consolidação daquele território fronteiriço. Sustentamos que tal consolidação deu-se através da conjugação entre expansão agrária e trabalho escravo.

Não foi possível aprofundar neste trabalho diversas questões relevantes para aquela sociedade, tais como as relações comerciais realizadas através daquela fronteira, a perspectiva dos hispano-americanos em relação à construção daquele espaço, a formação da elite socioeconômica local e as experiências de resistência e acomodação dos indivíduos escravizados naquela área fronteiriça. Como dissemos no início desta dissertação, o estudo da formação da estrutura agrária daquela região foi uma primeira aproximação do entendimento daquela sociedade. Dessa forma, acreditamos que este trabalho poderá servir como ponto de partida para investigações futuras sobre essas e outras questões ainda em aberto sobre aquela região.

ANEXOS

Anexo 1 – Fragmento do Mapa encomendado pelo Visconde de São Leopoldo e executado por Th. Duvoteny (1810)



Fonte: NEVES, Gervásio Rodrigues (coord). A natureza na cartografia histórica do Rio Grande do Sul: mapas históricos ambientais do Rio Grande do Sul – Porto Alegre: Metrópole, 2008.

Obs.: O mapa acima foi o mais antigo que encontramos com a denomina o de “Serrito”, fazendo referência   Guarda e ao povoado que deu origem   cidade de Jaguarão.

Anexo 2 – Fragmento de mapa mostrando as áreas onde se localizavam a maior parte das unidades produtivas inventariadas entre 1802 e 1834.



Fonte: Adaptado de Secretaria estadual do Meio Ambiente (SEMA) – DRH, 2008.

Disponível em:

http://www.sema.rs.gov.br/upload/Mapa_RS_Hidro_RH_BLitoraneas.jpg (acesso em 17/04/2014).

FONTES

Fontes primárias impressas:

Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950*. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981, 330 p.

Correspondência do governador Paulo José da Silva Gama, in: Rio Grande do Sul. Instituto Histórico e Geográfico. Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama 1808/ Coord. Márcia Eckert Miranda, Liana Bach Martins – Porto Alegre: CORAG, 2008. 208p.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 244.

Fontes primárias manuscritas:

AHRS (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul)

Fundo Autoridades Militares (FAM).

Correspondência do Comandante da Fronteira de Rio Grande Marechal Manuel Marques de Souza.

Anos 1801-1809; 1811-1813; 1815-1820.

Maços 1, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 26, 32, 33, 39, 50, 58, 60, 64, 65, 69, 74, e 78.

Correspondência do Comandante da Fronteira de Rio Grande Bento Corrêa da Câmara.

Ano 1827.

Maço 104.

Fundo Autoridades Municipais

Relação nominal da população da vila de Jaguarão.

Ano: 1833.

Caixa: 35.

ARQUIVO NACIONAL (AN)

“Consulta sobre Erigir-se Freguesia a Capela do Herval, da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro”.

MCO, Código 4J, Seção de Guarda Codes/SDE: caixa 283, Criação de Freguesias e Capelas.

APERS (Arquivo Público do Rio Grande do Sul)

75 Inventários *post mortem* do Cartório de Órfãos e Ausentes de Jaguarão, Caixas 23 a 32, Estante 149A. Anos: 1802, 1804, 1806, 1808, 1810, 1812, 1814, 1816, 1818, 1820, 1822, 1824, 1826, 1828, 1830, 1832, 1834.

2 Inventários *post mortem* do Cartório de Órfãos e Ausentes de Pelotas. Anos: 1806 e 1810.

1 Inventário *post mortem* do Cartório de Órfãos e Ausentes de Rio Grande. Ano: 1818.

Referências Bibliográficas

ALADRÉN, Gabriel. *Estancieiros escravistas na fronteira rio-grandense: a estrutura de posse de escravos em regiões de pecuária (Jaguarão e Cachoeira, Rio Grande do Sul, 1799-1840)*. Revista Hermes & Clio – Grupo de estudos e pesquisas em História Econômica FEA/USP, 2011.

_____, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Rio de Janeiro: PPG em História, UFF, 2012 (tese de doutorado).

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natalia. *Esclavitud y Trabajo: un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. (1835-1855)*. Montevideo: Púlmón Ediciones, 2004.

CARATTI, Jônatas Marques. *O Solo da Liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)*. São Leopoldo: Oikos/Unisinós, 2013, 454 p.

CAMARGO, Fernando. *O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Ed. Clio, 2001. 351 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 6ª edição, 2011. 375 p. (1ª edição de 1962)

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. 327 p.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)*. Rio de Janeiro: PPG em História Social, UFRJ, 2011. Tese de doutorado.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro: PPG em História Social, UFRJ, 2007. Tese de doutorado.

_____, Luís Augusto Ebling e THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX)*. In: HEINZ, Flávio M. *Experiências Nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina./* Organizado por Flávio M. Heinz. – São Leopoldo: Oikos, 2009. 328 p.

FONTELLA, Leandro Goya. *Sobre as ruínas dos sete povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828 – c. 1860)*. Dissertação de Mestrado, PPGH – UFRGS, 2013, 283 p.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed. rev., 1998, 400 p.

_____; Bicalho, Maria Fernanda Baptista; Gouvêa, Maria de Fátima Silva (Org.) *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 473 p.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão: 1790-1833*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, 2007, 120 p.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Las “Estancias” en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815)*. In: FRADKIN, Raúl O. (org.) *La historia agraria del Rio de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

_____. GELMAN, Jorge. *Mucha tierra y poca gente: um nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850)*. *Historia agraria: Revista Semestral del Seminario de Historia Agraria*, Universidade de Múrcia, nº15, enero-julio de 1998.

_____. *Pastores e labradores de Buenos Aires. Una historia de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1999.

GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da terra: estrutura agrária e conflitos fundiários na campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação (mestrado em história) – UFRGS, 2005.

GARCIA, Elisa Frúhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história da UFF, Niterói, 2007

GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GELMAN, Jorge. *Campesinos e estancieros. Una región Del Rio de La Plata a fines de La época colonial*. Buenos Aires: Editorial los libros del Riel, 1998.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 225 p.

GRINBERG, Keila (org.). *As Fronteiras da Escravidão e da Liberdade no Sul da América*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, 228 p.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e Argentina*. Vol I. Porto Alegre; L&PM, 2002.

GUZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: UFRJ – PPGH, 1998 (Tese de doutorado).

LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MARTINS, Roberto Duarte. *A Ocupação do Espaço na Fronteira Brasil-Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Arquitetura da Universidade Politécnic da Catalunha. Barcelona, 2001.

MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS/ Ministério Público do Estado do RS/ CORAG, 2000.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo, Editora Hucitec, 2009, 309 p.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Fragments de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo*

de Bittencourt / Jaguarão, século XIX) In: *Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais* ed.SP / BH / V. Conquista : ANNABLUME / PPGH UFMG / Edições UESB, 2010, p. 115-138.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1990. 248 f.

_____, Helen. *“Fronteira, Escravidão e Pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial.”* Segundas Jornadas de História regional Comparada. Anais. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

_____, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. 355 p.

_____, Helen. *Expansão Territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX*. In: *A Corte no Brasil: população e sociedade no Brasil em Portugal no início do século XIX*. Org.: Ana Silvia Volpi Scott; Eliane Cristina Deckman Fleck. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2008.

_____, Helen. *Guerra y comercio em La frontera hispano-portuguesa meridional – Capitania del Rio Grande, 1790-1822*. In: FRADKIN, Raúl O.; GELMAN, Jorge (org). *Conflictos, Negociaciones y comercio durante las guerras de independencia latino americanas*. Gorgias Press, 2010, 287p.

_____, Helen. *Território, administração e expansão da fronteira meridional: o Rio Grande de São Pedro*. In: MARTINS, Ismênia; MOTTA, Márcia (org). *1808 – A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010, 401p.

PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Caminhos Cruzados: Famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese de doutorado, São Leopoldo: PPG História – Unisinos, 2009, 321 p.

PRADO, Fabrício. *A Presença brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino*. In.: *o Continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Neumann, Eduardo santos & Grijó, Luis Alberto (org.). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. 208 p.

SOUZA, Susana Bleil de & PRADO, Fabrício Pereira. *“Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX”* In.: GRIJÓ, Luiz Alberto, KÜHN, Fábio,

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos & NEUMANN, Eduardo Santos (org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza; FRANCO, Sérgio da Costa (org.) *Olhares sobre Jaguarão* – Porto Alegre: Evangraf, 2010, 264 p.

TARACENA ARRIOLA, Arturo. “*Propuesta de definición histórica para región*” In.: *Estudios de Historia Moderna y contemporánea de México*, n. 35, enero-junio 2008, p. 182.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação (mestrado em história) – UFRGS, 2007.

_____, Mariana Flores da Cunha. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira do Brasil Meridional (1845-1889)*. Porto Alegre: PPGH/PUC-RS, 2012.

VAN YOUNG, Eric. *Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas e teóricas*, 1985, pp. 255-281.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Rio de Janeiro: UFRJ - PPGH, 2013 (Tese de doutorado).

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

ZARTH, Paulo Afonso. *História Agrária do Planalto Gaúcho, 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997.

_____. *Do arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ed. Unijuí, 2002, 320p.